

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**RIGER – RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES
GERENCIAIS**

**Secretaria Geral de Sustentabilidade e
Responsabilidade Social
(SGSUS)**





RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER)
SECRETARIA GERAL DE SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE SOCIAL
(SGSUS)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Ano: 2025
RELATÓRIO ANUAL

DADOS DO RELATÓRIO	
ELABORADO POR:	Serviço de Alcance de Metas
APROVADO POR:	Carlos Eduardo Menezes da Costa
DATA DE EMISSÃO:	20/01/2026

DADOS REFERENCIAIS DA UNIDADE EMISSORA DO RIGER	
DENOMINAÇÃO:	SECRETARIA GERAL DE SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE SOCIAL (SGSUS)
TELEFONE:	(21) 3133-1983/ 3198
LINK:	https://www.tjrj.jus.br/web/guest/institucional/secretarias-gerais/secretaria-geral-de-sustentabilidade-e-responsabilidade-social-sgsus-
CNPJ:	28.538.734/0001-48
E-MAIL GERAL:	sgsus@tjrj.jus.br



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE SOCIAL (SGSUS)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

SUMÁRIO

1. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL ORGANOGRAMA	5
2. PRINCIPAIS ATRIBUIÇÕES DA SECRETARIA-GERAL	6
3. DEPARTAMENTOS E PRINCIPAIS ATRIBUIÇÕES	6
3.1 DEPARTAMENTO DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO SOCIAL (DEAIS)	6
3.2 - DEPARTAMENTO DE INSTRUÇÃO PROCESSUAL E APOIO ADMINISTRATIVO (DEIPA)	7
3.3 – DEPARTAMENTO DE SUSTENTABILIDADE (DESUS)	9
4. ROTINAS ADMINISTRATIVAS	10
5. INDICADORES ESTRATÉGICOS	11
5.1 ÍNDICE DE DESEMPENHO DE SUSTENTABILIDADE (IDS)	11
5.2 INDICADORES DO PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL	12
5.3 PESSOAS BENEFICIADAS PELOS PROJETOS SOCIAIS	13
6. INDICADOR GERENCIAL	14
6.1 CONSUMO DE RESMAS DE PAPEL <i>PER CAPITA</i>	14
7. INDICADORES DAS ROTINAS ADMINISTRATIVAS	15
7.1 METAS ESPECÍFICAS DA SGSUS	17
8. INDICADORES OPERACIONAIS	18
8.1 PROGRAMA JOVENS MENSAGEIROS	18
8.2 PROGRAMA JUSTIÇA PELOS JOVENS	19
8.3 PROGRAMA COMEÇAR DE NOVO	22
8.4 PROGRAMA INCLUSÃO LEGAL	25
8.5 EVOLUÇÃO DO SALDO DA CONTA DE PRESTAÇÃO PECUNIÁRIA JUDICIAL	26
8.6 GRÁFICOS DO VOLUNTARIADO CONTINUADO	27
8.7 SOLICITAÇÕES E VALOR DE PAGAMENTOS DE PERITOS JUDICIAIS	29
8.8 AGENDAMENTO DE EXAMES DE DNA	30
9. GARANTIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	31
9.1 GESTÃO ADMINISTRATIVA	31
9.2 ACOMPANHAMENTO DO SALDO DA CONTA DE PRESTAÇÃO PECUNIÁRIA JUDICIAL	32
9.3 PRESTAÇÃO DE CONTAS	33
9.4 PROGRAMAS DE CIDADANIA	34
9.5 PROGRAMAS DE INCLUSÃO SOCIAL	45
9.6 ACESSIBILIDADE	52
10. AGILIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL	62
10.1 GESTÃO ADMINISTRATIVA	62
10.2 SALDO DA CONTA DE PRESTAÇÃO PECUNIÁRIA JUDICIAL	62
10.3 PRESTAÇÃO DE CONTAS	63
10.4 PERÍCIAS GENÉTICAS	64
10.5 PERÍCIAS JUDICIAIS	64
10.6 SERVIÇO DO CENTRO ESPECIALIZADO DE ATENÇÃO E APOIO ÀS VÍTIMAS DE CRIMES E ATOS INFRACIONAIS (SECAI)	66
10.7 NÚCLEO DE APOIO TÉCNICO EM AÇÕES DE SAÚDE (NATJUS/RJ)	67
11. PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE	68



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER)
SECRETARIA GERAL DE SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE SOCIAL
(SGSUS)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

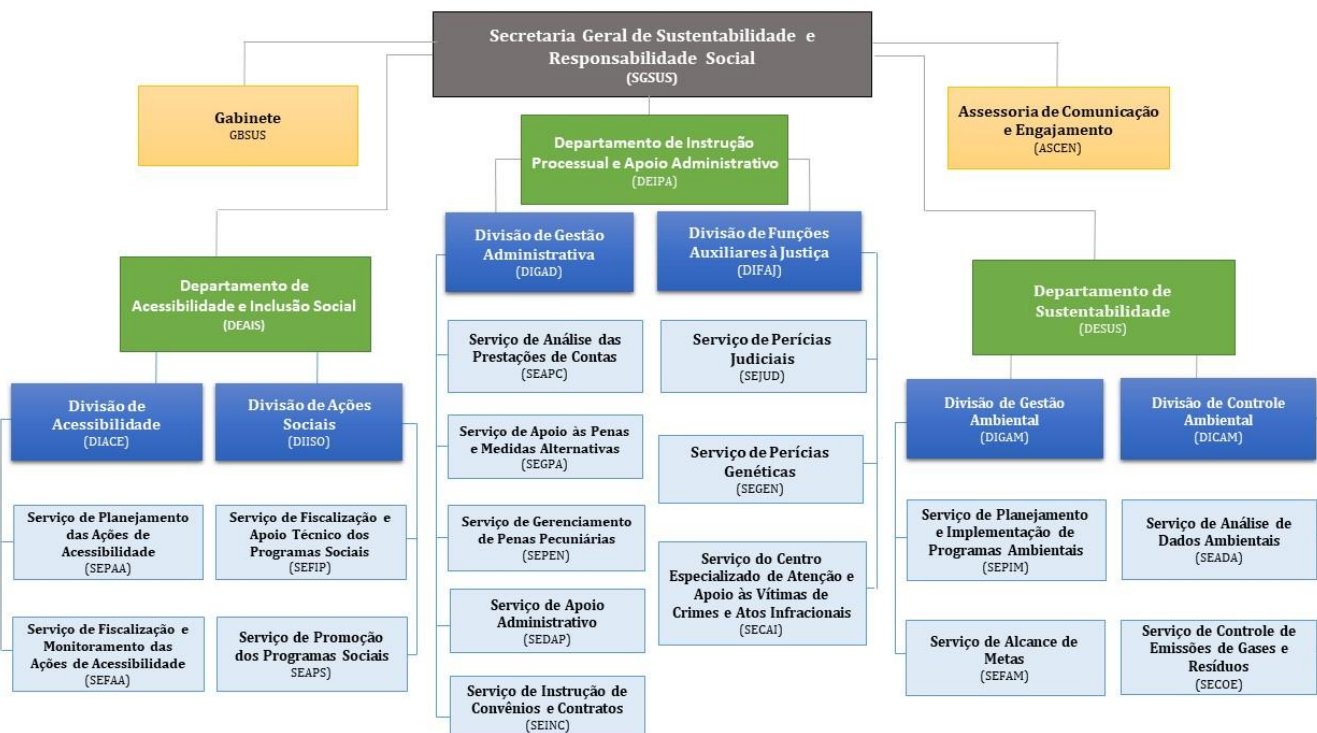
11.1 ATIVIDADES DE SUSTENTABILIDADE	68
11.2 ATIVIDADES DA DIVISÃO DE GESTÃO AMBIENTAL.....	70
11.3 ATIVIDADES DA DIVISÃO DE CONTROLE AMBIENTAL	87
12. CONCLUSÃO	96
13. PEÇAS DE DIVULGAÇÃO DE 2025	98
14. LINKS DE EVENTOS	102
15 PLANILHAS DE INDICADORES - ESTRATÉGICOS, GERENCIAIS E OPERCIONAIS.....	105



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE SOCIAL (SGSUS)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

1. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL| ORGANOGRAMA



SGSUS - Secretaria Geral de Sustentabilidade e Responsabilidade Social

GBSUS - Gabinete da SGSUS

DEAIS - Departamento de Acessibilidade e Inclusão Social;

DEIPA - Departamento de Instrução Processual e Apoio Administrativo;

DESUS - Departamento de Sustentabilidade;

DIACE - Divisão de Acessibilidade;

DIISO - Divisão de Ações Sociais;

DIGAD - Divisão de Gestão Administrativa;

DIFAJ - Divisão das Funções Auxiliares à Justiça;

DICAM - Divisão de Controle Ambiental;

DIGAM - Divisão de Gestão Ambiental;

SEPAA - Serviço de Planejamento das Ações de Acessibilidade;

SEFAA - Serviço de Fiscalização e Monitoramento das Ações de Acessibilidade;

SEFIP - Serviço de Fiscalização e Apoio Técnico dos Programas Sociais;

SEAPS - Serviço de Promoção dos Programas Sociais;

SEAPC - Serviço de Análise das Prestações de Contas;

SEPA - Serviço de Apoio às Penas e Medidas Alternativas;

SEPE - Serviço de Gerenciamento de Penas Pecuniárias;

SEDAP - Serviço de Apoio Administrativo;

SEINC - Serviço de Instrução de Convênios e Contratos;

SEJUD - Serviço de Perícias Judiciais

SEGEN - Serviço de Perícias Genéticas;

SECAI - Serviço do Centro Especializado de Atenção e Apoio às Vítimas de Crimes e Atos Infracionais;

SEPIM - Serviço de Planejamento e Implementação de Programas Ambientais;

SEFAM - Serviço de Alcance de Metas;

SEADA - Serviço de Análise de Dados Ambientais;

SECOE - Serviço de Controle de Emissões de Gases e Resíduos.



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE SOCIAL (SGSUS)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

2. PRINCIPAIS ATRIBUIÇÕES DA SECRETARIA-GERAL

A Secretaria Geral de Sustentabilidade e Responsabilidade Social tem como objetivo planejar e orientar as iniciativas relacionadas aos programas especiais que visam facilitar o acesso à Justiça, promover ação social e sustentabilidade dentro do âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.

Administração Superior:

Secretário-Geral: Carlos Eduardo Menezes da Costa

Gabinete - Assessor Chefe: Renata Jesus de Carvalho Paes

Assessor apoio: André Gonçalves Drolhe da Costa

RD: Nilson Almeida de Araújo

3. DEPARTAMENTOS E PRINCIPAIS ATRIBUIÇÕES

3.1 DEPARTAMENTO DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO SOCIAL (DEAIS)

Cabe ao Departamento de Acessibilidade e de Inclusão Social, da Secretaria Geral de Sustentabilidade e Responsabilidade Social coordenar a execução dos programas de promoção da cidadania e dos programas sociais implementados pelo Departamento, gerir, coordenar e supervisionar ações relacionadas à Acessibilidade, por meio de suas unidades organizacionais.

DEAIS	DEPARTAMENTO DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO SOCIAL DIRETOR (A): MARCIO CASTRO DE AGUIAR E-MAIL: MARCIOCASTRO@TJRJ.JUS.BR TELEFONE: 3133- 3069
DIACE	DIVISÃO DE ACESSIBILIDADE DIRETOR (A): CLAUDIA BROGNO MARQUES LINHARES E-MAIL: CLAUDIAMARQUES@TJRJ.JUS.BR TELEFONE: 3133-2804
SEPAA	SERVIÇO DE PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DE ACESSIBILIDADE CHEFE DE SERVIÇO: PATRÍCIA SOUZA COSTA E-MAIL: PATRICIACOSTA@TJRJ.JUS.BR TELEFONE: 3133-2055
SEFAA	SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO E MONITORAMENTO DAS AÇÕES DE ACESSIBILIDADE CHEFE DE SERVIÇO: MARCIO MARREIROS DOS SANTOS E-MAIL: MARCIOMARREIROS@TJRJ.JUS.BR TELEFONE: 3133- 2050



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER)
SECRETARIA GERAL DE SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE SOCIAL
(SGSUS)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

DIISO

DIVISÃO DE AÇÕES SOCIAIS
DIRETOR (A): RENATA VICTORINO DA COSTA RÊTO
E-MAIL: RENATACOSTA@TJRJ.JUS.BR
TELEFONE: 3133-3161

SEFIP

SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO E APOIO TÉCNICO DOS PROGRAMAS SOCIAIS
CHEFE DE SERVIÇO: ANA PAULO ARGOLO
E-MAIL: ANAPAF@TJRJ.JUS.BR
TELEFONE: 3133-3160

SEAPS

SERVIÇO DE PROMOÇÃO DOS PROGRAMAS SOCIAIS
CHEFE DE SERVIÇO: JULIANA FERNANDEZ AMARAL
E-MAIL: JULIANAFERNANDEZ@TJRJ.JUS.BR
TELEFONE: 3133-2550

3.2 - DEPARTAMENTO DE INSTRUÇÃO PROCESSUAL E APOIO ADMINISTRATIVO (DEIPA)

Cabe ao Departamento de Instrução Processual e Apoio Administrativo coordenar a execução dos programas de promoção da cidadania e dos programas sociais implementados pelo Departamento, gerir, coordenar e supervisionar ações relacionadas à ampliação do acesso à justiça, por meio de suas unidades organizacionais, além de ser responsável pela gestão administrativa de questões afetas à Secretaria.

DEIPA

DEPARTAMENTO DE INSTRUÇÃO PROCESSUAL E APOIO ADMINISTRATIVO
DIRETOR (A): SERGIO MATTOS MAGALHAES DA CUNHA
E-MAIL: @TJRJ.JUS.BR / SERGIOMAGALHAES@TJRJ.JUS.BR
TELEFONE: 3133 -2581

DIGAD

DIVISÃO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
DIRETOR (A): RAFAEL COELHO DE OLIVEIRA
E-MAIL: rafaeloliveira@tjrj.jus.br
TELEFONE: 3133-3176

SEAPC

SERVIÇO DE ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS
CHEFE DE SERVIÇO: ROSANA MAGALHAES SOBREIRA
E-MAIL: rosana.magalhaes@tjrj.jus.br
TELEFONE: 3133-3566

SEGPA

SERVIÇO DE APOIO ÀS PENAS E MEDIDAS ALTERNATIVAS
CHEFE DE SERVIÇO: VIRGÍNIA MENDES DE PINHO FREITAS AZEVEDO
E-MAIL: virginiampa@tjrj.jus.br
TELEFONE: 3133-3027



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER)
SECRETARIA GERAL DE SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE SOCIAL
(SGSUS)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

SEPEN

SERVIÇO DE GERENCIAMENTO DE PENAS PECUNIÁRIAS
CHEFE DE SERVIÇO: JULIO CESAR TEIXEIRA JUNIOR
E-MAIL: julioteixeira@tjrj.jus.br
TELEFONE: 3133-4489

SEDAP

SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO
CHEFE DE SERVIÇO: GUILHERME LIMA DOS ANJOS
E-MAIL: guilhermelima@tjrj.jus.br
TELEFONE: 3133-3867

SEINC

SERVIÇO DE INSTRUÇÃO DE CONVÊNIOS E CONTRATOS
CHEFE DE SERVIÇO: GUILHERME CESAR VERAS TEIXEIRA
E-MAIL: guilhermeveras@tjrj.jus.br
TELEFONE: 3133-3176

DIFAJ

DIVISÃO DA FUNÇÕES AUXILIARES À JUSTIÇA
DIRETOR(A): LEONARDO CARDOSO FERREIRA DA CUNHA
E-MAIL: leonardocardoso@tjrj.jus.br
TELEFONE: 3133- 3291

SEJUD

SERVIÇO DE PERÍCIAS JUDICIAIS
CHEFE DE SERVIÇO: CARLOS ANDRÉ FERNANDES CORREA
E-MAIL: carlosafc@tjrj.jus.br
TELEFONE: 3133-3308

SEGEN

SERVIÇO DE PERÍCIAS GENÉTICAS
CHEFE DE SERVIÇO: RAPHAELA PAULO DOS SANTOS THIENGO
E-MAIL: raphaela.paulo@tjrj.jus.br
TELEFONE: 3133-3291

SECAI

SERVIÇO DO CENTRO ESPECIALIZAÇÃO DE ATENÇÃO E APOIO ÀS VÍTIMAS DE
CRIMES E ATOS INFRACIONAIS
CHEFE DE SERVIÇO: ADRIANA SPALLA OGNIBENI
E-MAIL: adrianaso@tjrj.jus.br
TELEFONE: 3133-2504



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER)
SECRETARIA GERAL DE SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE SOCIAL
(SGSUS)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

3.3 – DEPARTAMENTO DE SUSTENTABILIDADE (DESUS)

Cabe ao Departamento de Sustentabilidade gerir, coordenar e supervisionar a implementação de ações, campanhas, eventos e programas de gestão ambiental, bem como fiscalizar e gerir os contratos e convênios socioambientais, promovendo e articulando, no âmbito de sua competência, práticas inovadoras para o reconhecimento do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro como órgão comprometido com a sustentabilidade.

DESUS	DEPARTAMENTO DE SUSTENTABILIDADE DIRETOR: LUIZ FELIPE FLEURY CORREA E-MAIL: LUIZFEC@TJRJ.JUS.BR TELEFONE: 3133-3446
DIGAM	DIVISÃO DE GESTÃO AMBIENTAL DIRETOR (A): CLÁUDIA DE SÁ CARDOSO SCHKRAB E-MAIL: claudia@tjrj.jus.br TELEFONE: 3133-2336
SEPIM	SERVIÇO DE PLANEJAMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DE PROGRAMAS AMBIENTAIS CHEFE DE SERVIÇO: ANA PAULA ANTUNES DA SILVA VARGES E-MAIL: anapasv@tjrj.jus.br TELEFONE: 3133-2338
SEFAM	SERVIÇO DE ALCANCE DE METAS CHEFE DE SERVIÇO: NILSON ALMEIDA DE ARAÚJO E-MAIL: naaraujo@tjrj.jus.br TELEFONE: 3133-3808
DICAM	DIVISÃO DE CONTROLE AMBIENTAL DIRETOR (A): LEONARDO DE ARAÚJO ROSSI E-MAIL: leonardorossi@tjrj.jus.br TELEFONE: 3133- 2551
SEADA	SERVIÇO DE ANÁLISE DE DADOS AMBIENTAIS CHEFE DE SERVIÇO: YURI FERNANDES DA CRUZ E-MAIL: cruz.yuri@tjrj.jus.br TELEFONE: 3133- 3922
SECOE	SERVIÇO DE CONTROLE DE EMISSÕES DE GASES E RESÍDUOS CHEFE DE SERVIÇO: SABRINA BARCELLOS MARQUES E-MAIL: sabrina.barcellos@tjrj.jus.br TELEFONE: 3133- 3636



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER)
SECRETARIA GERAL DE SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE SOCIAL
(SGSUS)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não controlada.

4. ROTINAS ADMINISTRATIVAS

CÓDIGO	TÍTULO	VIGÊNCIA	REVISÃO	UNIDADE
RAD-SGSUS-002	<u>Elaborar, Monitorar e Acompanhar os Resultados do Plano de Logística Sustentável</u>	20/08/2025	1	DESUS
RAD-SGSUS-003	<u>Gerenciar Perícias de DNA</u>	30/07/2025	1	DEIPA
RAD-SGSUS-004	<u>Instituir o Pagamento de Ajuda de Custo aos Peritos</u>	10/12/2025	1	DEIPA
RAD-SGSUS-006	<u>Analisar, Implementar e Encerrar Ações Socioambientais</u>	01/10/2024	1	DESUS
FRM-SGSUS-006-01	<u>Quadro de Controle de Projetos</u>	01/09/2023	0	DESUS
FRM-SGSUS-006-02	<u>Plano de Projeto Socioambiental</u>	01/09/2023	0	DESUS
FRM-SGSUS-006-03	<u>Plano de Implementação de Projeto Socioambiental</u>	01/09/2023	0	DESUS
RAD-SGSUS-007	<u>Fiscalizar e Avaliar Indicadores e Propiciar o Alcance das Metas da SGSUS</u>	20/10/2025	1	DESUS
MAN-SGSUS-007-01	<u>Sistema SMART – Serviço de Alcance de Metas</u>	20/10/2025	0	DESUS
FRM-SGSUS-007-01	<u>Planilha de Mediação</u>	01/06/2023	0	DESUS
FRM-SGSUS-007-02	<u>Planilha de IE25</u>	01/06/2023	0	DESUS
FRM-SGSUS-007-03	<u>Planilha de Metas</u>	20/10/2025	0	DESUS
FRM-SGSUS-007-04	<u>Calcular Índice de Implementação de Política de Governança</u>	20/10/2025	0	DESUS
RAD-SGSUS-008	<u>Receber Nota de Débito e Proceder à Análise das Prestações de Contas de Parcerias Onerosas dos Projetos Vinculados à SGSUS</u>	01/12/2025	1	DEIPA
RAD-SGSUS-010	<u>Operacionalizar Ações, Campanhas e Eventos Sociais</u>	05/04/2024	0	DESUS
FRM-SGSUS-010-01	<u>Ficha de Inscrição de Participante</u>	05/04/2024	0	DESUS
FRM-SGSUS-010-02	<u>Ficha de Cadastro de Voluntário Eventual</u>	05/04/2024	0	DESUS
FRM-SGSUS-010-03	<u>Checklist De Atividades</u>	05/04/2024	0	DESUS
FRM-SGSUS-010-04	<u>Casamento Comunitário e Ação Social de Atuação Judicial</u>	05/04/2024	0	DESUS
RAD-SGSUS-011	<u>Coordenar Programa de Voluntariado</u>	14/02/2025	0	DEAIS
FRM-SGSUS-011-01	<u>Prestação do Serviço Voluntário - Formulário de Atividades</u>	05/02/2024	0	DEAIS
FRM-SGSUS-011-02	<u>Termo de Adesão ao Serviço Voluntário Continuado</u>	05/02/2024	0	DEAIS
FRM-SGSUS-011-03	<u>Ficha de Cadastro de Voluntário Continuado</u>	05/02/2024	0	DEAIS
FRM-SGSUS-011-04	<u>Folha de Frequência de Voluntário Continuado</u>	05/02/2024	0	DEAIS
FRM-SGSUS-011-05	<u>Termo de Descredenciamento</u>	05/02/2024	0	DEAIS
RAD-SGSUS-012	<u>Operacionalizar o Programa Justiça Cidadã</u>	15/07/2024	0	DEAIS
FRM-SGSUS-012-01	<u>Curso Regular - Programa Justiça Cidadã</u>	15/07/2024	0	DEAIS
FRM-SGSUS-012-02	<u>Grade de Programa de Especialização</u>	15/07/2024	0	DEAIS
RAD-SGSUS-013	<u>Coordenar Programas de Inclusão Social</u>	05/12/2025	0	DEAIS
FRM-SGSUS-013-01	<u>Avaliação de Desempenho Profissional</u>	05/12/2025	0	DEAIS
FRM-SGSUS-013-02	<u>Ficha de Inscrição para Processo Seletivo</u>	05/12/2025	0	DEAIS
FRM-SGSUS-013-03	<u>Entrevista de Desligamento</u>	05/12/2025	0	DEAIS
FRM-SGSUS-013-04	<u>Renovação de Contratos de 6 Meses</u>	05/12/2025	0	DEAIS
FRM-SGSUS-013-05	<u>Instrumento de Supervisão</u>	05/12/2025	0	DEAIS
FRM-SGSUS-013-06	<u>Ficha de Inscrição do Projeto</u>	05/12/2025	0	DEAIS
FRM-SGSUS-013-07	<u>Ficha de Encaminhamento</u>	05/12/2025	0	DEAIS
FRM-SGSUS-013-08	<u>Ficha de Evolução JPI</u>	05/12/2025	0	DEAIS
FRM-SGSUS-013-09	<u>Avaliação Semestral</u>	05/12/2025	0	DEAIS



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE SOCIAL (SGSUS)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

5. INDICADORES ESTRATÉGICOS

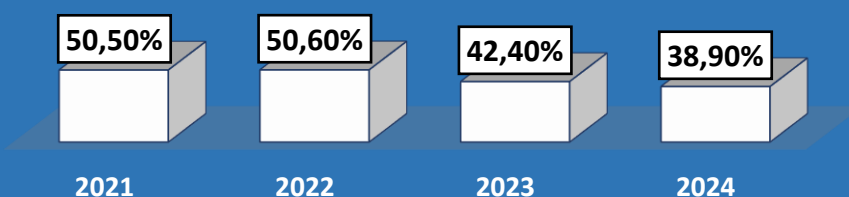
5.1 ÍNDICE DE DESEMPENHO DE SUSTENTABILIDADE (IDS)

INDICADOR ESTRATÉGICO ÍNDICE DE DESEMPENHO DE SUSTENTABILIDADE (IDS) *Situações verificadas*

<i>Linha de base ano 2023</i>	42,40%
<i>Situação no ano 2024</i>	38,90%
<i>Meta</i>	Valor superior ao ano base 2023

O IDS de 2025 ainda não foi disponibilizado pelo CNJ

EVOLUÇÃO ANUAL



Fonte: CNJ

Análise geral:

O Índice de Desempenho de Sustentabilidade (IDS), criado pela Resolução CNJ nº 201/2015, é calculado pelo método AHP (*Analytic Hierarchy Process*) e reúne diversos indicadores de gestão socioambiental. Cada tribunal tem sua pontuação consolidada anualmente pelo CNJ.

No 9º Balanço de Sustentabilidade do Poder Judiciário (2025), o TJRJ alcançou 38,90% no IDS. Embora aquém do potencial da instituição, o resultado evidencia oportunidades de aprimoramento, especialmente nos eixos de consumo de água e energia, onde o Tribunal apresenta alto consumo em função do porte da instituição e da extensão de suas unidades.

Apesar dos desafios, o TJRJ possui pontos positivos estruturais e institucionais que permitem uma rápida evolução do IDS: estrutura de Governança Ambiental consolidada, forte capacidade técnica e administrativa, adoção de práticas positivas já reconhecidas e, por ser um dos maiores tribunais do país, elevado potencial de impacto.

A SGSUS reconhece a importância de concentrar esforços em estratégias essenciais para elevar o IDS, dentre as quais destacam-se: fortalecimento da governança, com definição de metas claras, monitoramento contínuo e alinhamento institucional. Prioridade aos indicadores de maior impacto, como consumo de água e energia, redução ou eliminação do uso de garrafas plásticas e ampliação das ações de reciclagem e estímulo à cultura interna de sustentabilidade, promovendo engajamento e responsabilidade compartilhada.

As ações da SGSUS voltadas à melhoria do IDS encontram-se descritas no formulário na página 105 deste relatório.

Os relatórios e planos de ação: <https://portaltj.tjrj.jus.br/institucional/projetosespeciais/gestao-ambiental>

A estatística do CNJ pode ser verificada no link:

<https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2025/06/9o-balanco-da-sustentabilidade-do-poder-judiciario.pdf>

Planilha de Controle Indicadores PLS-Jud

Periodicidade: Mensal

Ano: 2025

		jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
CATEGORIA_CNJ	INDICADOR_CNJ	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor		
2. Papel	2.1 CPP - Consumo de papel próprio	8.609	9.712	8.412	6.437	10.393	8.399	9.359	8.812	7.916	12.151	11.227	786
	2.2 GPP - Gasto com papel próprio	167.322	188.801	163.436	124.749	201.580	161.261	180.317	171.752	155.247	239.037	220.437	15.414
3. Copos descartáveis	3.1 CC - Consumo de copos descartáveis	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	3.2 GCD - Gasto com copos descartáveis	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
4. Água envasada em embalagem plástica	4.1 CED - Consumo de embalagens descartáveis para água ...	60.960	71.880	25.200	52.200	58.200	59.400	49.800	57.600	35.448	27.252	20.808	19.896
	4.2 CER - Consumo de embalagens retornáveis para água mi...	55	45	45	0	30	45	45	30	30	45	45	30
	4.3 GAED - Gasto com água mineral em embalagens descart...	61.823	84.343	32.940	65.700	73.260	76.740	63.920	75.780	69.322	54.138	37.814	44.143
	4.4 GAER - Gasto com água mineral em embalagens retornáv...	365	225	225	0	420	630	630	420	420	630	630	420
5. Impressão	5.1 QI - Quantidade de impressões	2.987.605	3.936.632	3.189.318	3.045.127	4.111.450	3.385.861	4.984.380	4.357.169	4.810.193	4.414.119	3.893.542	2.759.289
6. Energia elétrica	6.1 CEE - Consumo de energia elétrica	7.534.587	8.119.308	7.817.953	6.827.974	6.338.196	5.688.606	5.420.851	5.553.903	5.956.400	6.313.655	6.092.321	
	6.3 GEE - Gasto com energia elétrica	6.299.533	6.839.354	6.398.053	5.566.400	5.344.250	4.993.380	4.758.011	4.979.549	5.492.037	5.524.132	5.274.188	
	6.5 Uso de energia alternativa	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
7. Água e esgoto	7.1 CA - Consumo de água	51.062	57.114	49.645	48.531	46.429	45.488	48.769	46.015	48.457	47.981	47.461	
	7.3 GA - Gasto com água	1.114.488	1.371.378	1.142.067	1.099.622	1.038.696	998.486	1.117.952	1.010.745	1.112.654	1.087.782	1.069.825	
8. Gestão de resíduos	8.1 DPa - Destinação de resíduos de papel	5.703	14.494	6.676	8.890	15.163	11.142	14.907	19.272	4.589	21.225	13.443	1.510
	8.2 DPI - Destinação de resíduos de plástico	1.351	1.550	1.123	1.726	1.407	1.293	1.132	1.180	1.080	1.589	991	435
	8.3 DMt - Destinação de resíduos de metais	314	139	752	70	2.526	1.797	1.114	1.515	75	162	72	97
	8.4 Dvd - Destinação de resíduos de vidros	213	361	551	451	432	408	494	267	199	831	189	74
	8.5 CGe - Coleta geral	664	1.137	1.350	835	1.179	1.051	1.224	898	845	983	1.066	0
	8.6 TMR - Total de materiais destinados à reciclagem	8.347	17.777	10.616	12.187	20.908	15.787	18.977	23.342	6.934	24.835	15.813	2.169
12. Telefonia	12.1 GTF - Gasto com telefonia fixa	54.253	55.198	34.880	33.934	38.720	35.223	34.344	35.022	38.279	62.774	55.064	
	12.2 LTF - Linhas Telefônicas Fixas	3.164	3.164	3.164	3.156	3.156	3.156	3.156	3.156	3.156	2.980	2.980	
	12.3 GRTF - Gasto relativo com telefonia fixa	17	17	11	11	12	11	11	11	12	21	18	
	12.4 GTM - Gasto com telefonia móvel	128.344	128.348	128.462	128.351	128.451	128.462	128.451	128.479	128.576	128.326	128.595	
	12.5 LTM - Linhas Telefônicas Móveis	2.258	2.258	2.258	2.258	2.258	2.258	2.258	2.258	2.258	2.258	2.258	
	12.6 GRTM - Gasto relativo com telefonia móvel	57	57	57	57	57	57	57	57	57	57	57	
15. Apoio ao serviço administr...	15.1 GCGraf - Gastos com serviços gráficos no período-base	22.050	40.507	11.956	9.220	29.913	18.374	53.322	31.225	28.002	33.575	21.974	21.439

Fonte: Painel Íris



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER)
SECRETARIA GERAL DE SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE SOCIAL
(SGSUS)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não controlada.

5.3 PESSOAS BENEFICIADAS PELOS PROJETOS SOCIAIS

INDICADOR ESTRATÉGICO
PESSOAS BENEFICIADAS PELOS PROJETOS SOCIAIS

Situações verificadas

<i>Linha de base ano 2024</i>	22.212
<i>Situação no ano 2025</i>	30.206
<i>Meta anual</i>	Superior ao ano base 2024

Pessoas beneficiadas pelos projetos sociais

Evolução anual



O serviço da Justiça Itinerante não mais integra a SGSUS e, para efeito de comparação, não foi contabilizado sua estatística dos anos anteriores.

Análise geral:

O avanço expressivo em 2025, sobretudo em relação ao ano-base de 2024, evidencia o intenso esforço da SGSUS na ampliação e qualificação das iniciativas sociais do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

A SGSUS tem atuado de forma estratégica para fortalecer os projetos sociais por meio de:

- Expansão das ações existentes e aumento do número de participantes atendidos;
- Aperfeiçoamento dos programas, com foco na melhoria de metodologias, no desenvolvimento de parcerias e na integração com outras unidades do Tribunal e instituições externas.
- Capacitação contínua das equipes envolvidas, assegurando profissionais preparados para oferecer atendimentos humanizados e eficientes;
- Fortalecimento da governança e do monitoramento dos resultados, permitindo identificar oportunidades de aprimoramento e ampliar o impacto social das iniciativas;
- Atuação alinhada às diretrizes do CNJ e da gestão institucional, reforçando o compromisso do TJRJ com políticas públicas de inclusão, cidadania e proteção social.

Esses esforços refletem o compromisso da SGSUS em promover transformação social, ampliar o acesso a direitos e fortalecer o papel do Poder Judiciário como agente de desenvolvimento humano e comunitário.



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER)
SECRETARIA GERAL DE SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE SOCIAL
(SGSUS)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não controlada.

6. INDICADOR GERENCIAL

6.1 CONSUMO DE RESMAS DE PAPEL PER CAPITA

CONSUMO RESMAS PER CAPITA	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
CONSUMO DE RESMAS	8.609	9.712	8.412	6.437	10.393	8.399	9.359	8812	7916	12.151	11.227	786
FORÇA DE TRABALHO	32.213	32.305	32.791	31.766	33.051	32.853	33.163	26.879	28.985	28.134	29.401	N.D.
INDICADOR	0,27	0,30	0,26	0,20	0,31	0,26	0,28	0,33	0,27	0,43	0,38	N.D.

N.D. - Não disponível até o fechamento do relatório

Resultado no ano: $(\sum \text{CONSUMO DE RESMAS}) / \text{MÉDIA DE FORÇA DE TRABALHO NO ANO} = 3,6 \text{ resmas per capita}$

Análise geral:

De acordo com os relatórios de sustentabilidade do CNJ, o consumo de resmas de papel do TJRJ per capita permanece entre os mais elevados. Ciente desse desafio, o Tribunal tem adotado iniciativas para reduzir o uso de papel, alinhando-se às diretrizes da Resolução CNJ nº 400/2021 e às boas práticas de sustentabilidade no setor público.

Ações já desenvolvidas pelo TJRJ:

- Digitalização dos processos e expansão do SEI, reduzindo a necessidade de impressões em atividades administrativas.
- Campanhas educativas promovidas pela SGSUS, incentivando o uso racional do papel, a impressão responsável e a revisão de práticas internas.
- Revisão de fluxos administrativos, priorizando meios eletrônicos para comunicação, assinaturas e tramitação documental.
- Monitoramento do consumo de resmas por unidade, permitindo maior controle e identificação de setores com uso acima do esperado.
- Implantação de políticas de sustentabilidade, como o Plano de Logística Sustentável (PLS), que estabelece metas de redução de insumos.



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE SOCIAL (SGSUS)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não controlada.

7. INDICADORES DAS ROTINAS ADMINISTRATIVAS



ÁRVORE DE PROCESSOS DE TRABALHO E INDICADORES ANO 2025

RAD	INDICADOR	FÓRMULA	PERIODICIDADE	ANO 2025	
ELABORAR, MONITORAR E ACOMPANHAR OS RESULTADOS DO PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL					
PRODUTO: Plano de Logística Sustentável		CLIENTE: PJERJ, sociedade			
RAD-SGSUS-002 (DICAM)	Índice de entrega de indicadores no prazo	(Indicadores das unidades recebidos no prazo/total de indicadores recebidos) x 100	Mensal	1º semestre	2º semestre
				Novo indicador	70%
					50%
					60%
					40%
					30%
				Em apuração	
GERENCIAR PERÍCIA DE DNA					
PRODUTO: Serviço de Perícia Genética		CLIENTE: PJERJ, Sociedade, instituições parceiras			
RAD-SGSUS-003 (SEGEN)	Requerimentos de agendamentos de exames de DNA	Σ de requerimentos de agendamentos de exames de DNA	Mensal	1º semestre	2º semestre
				471	529
				504	468
				520	522
				415	553
				528	432
				404	333
INSTRUIR O PAGAMENTO DE AJUDA DE CUSTO AOS PERITOS					
PRODUTO: Serviço de Perícias Judiciais		CLIENTE: Peritos, Sociedade			
RAD-SGSUS-04 (SEJUD)	Solicitações de pagamentos de peritos	Σ de solicitações de pagamentos de peritos	Mensal	1º semestre	2º semestre
				472	2.514
				871	2.776
				1.146	2.272
				1.427	1.619
				1.646	1.199
				2.819	1.320
FISCALIZAR E AVALIAR INDICADORES E PROPICIAR O ALCANCE DAS METAS DA SGSUS					
PRODUTO: Avaliação dos projetos socioambientais da SGSUS		CLIENTE: SGSUS, PJERJ			
RAD-SGSUS-07 (SEFAM)	Índice de Cumprimento de Metas (ICM)	(número de Metas Cumpridas no Prazo/ Total de Metas Previstas no Período)*100	Anual	72,2%	
Foram definidas 19 metas: 13 concluídas no prazo e 6 em andamento					
RECEBER NOTA DE DÉBITO E PROCEDER À ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE PARCERIAS ONEROSAS DOS PROJETOS VINCULADOS À SGSUS					
PRODUTO: Relatório de prestação de contas da OSCs		CLIENTE: SGSUS, PJERJ			
RAD-SGSUS-08 (SEAPC)	Sem indicador	Sem indicador	Sem indicador	Sem indicador	
OPERACIONALIZAR AÇÕES, CAMPANHAS E EVENTOS SOCIAIS					
PRODUTO: Ações e eventos com cunho social		CLIENTE: Pessoas de baixa renda			
RAD-SGSUS-010 (DIISO)	Quantidade de ações ou eventos	Σ de ações ou eventos realizados	Semestral	42	109
RAD-SGSUS-010 (DIISO)	Quantidade de campanhas realizadas	Σ campanhas realizadas	Semestral	2	6
RAD-SGSUS-010 (DIISO)	Quantidade de doações recebidas	Σ de doações recebidas	Por campanha	SUIPA: 227 Kg e 496 unidades de produtos para animais.	Campanha leite em pó: 300 latas, Campanha de Natal: 498 brinquedos, SUIPA: 152 kg de ração, 183 produtos p/ animais e 1 cão e 1 gato, Campanha de doação de sangue: 204 litros, Campanha de leite materno (DESUS): 3,28 litros de leite
RAD-SGSUS-010 (DIISO)	Quantidade de voluntários que participaram de ações sociais no PJERJ	Σ de voluntários participantes das ações ou eventos	Por ação ou evento	5 voluntários: um voluntário para cada evento	5 voluntários: um voluntário para cada evento
Totais de ações ou eventos no ano da DIISO: 10 palestras "Portas de Saída" com os Jovens Mensageiros, 23 palestras "Portas Abertas" e outras 9 palestras, sobre diversos temas, com os integrantes de todos os projetos, SEAPS: 4 palestras na Semana da saúde e mais 2 de empregabilidade e PCDs, 3 palestras sobre casamento, 53 palestras da Justiça Cidadã, 13 palestras de acessibilidade, 22 palestras do "Bem-me-quer", 2 seminários de AA, 3 dias de feiras de artesanato, 1 dia de feira orgânica, 3 casamento comunitário, 6 circuitos culturais. Campanhas realizadas: 2 campanha de doação de sangue, 2 mês de campanha SUIPA, 1 campanha de doação de brinquedos, 1 campanha de doação de leite materno (DESUS), 1 campanha de leite em pó					



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE SOCIAL (SGSUS)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

COORDENAR PROGRAMA DE VOLUNTARIADO				
PRODUTO: Voluntário integrado ao Pjerj		CLIENTE: Voluntários e UO que receberem voluntários		
RAD-SGSUS-011 (DIISO)	Número de Voluntários Continuados Cadastrados e Desligados do Programa.	Σ de voluntários que passaram pelo Programa de Voluntariado.	Anual	1.134

OPERACIONALIZAR O PROGRAMA JUSTIÇA CIDADÃ				
PRODUTO: Turmas da Justiça Cidadã		CLIENTE: Lideranças comunitárias, membros de associações e participantes da sociedade civil		
RAD-SGSUS-012 (DIISO)	Sem indicador	Sem indicador	Sem indicador	Sem indicador

COORDENAR PROGRAMAS DE INCLUSÃO SOCIAL					
PRODUTO: Programas de inclusão social implementados		CLIENTE: Participantes dos projetos de inclusão social			
RAD-SGSUS-013 (DIISO)	Nº de participantes dos Projetos de Inclusão Social (Acumulativo no ano)	Σ dos participantes nos Projetos	Semestral	1º semestre	2º semestre
		Começar de Novo		42	69
		Inclusão Legal		49	108
		Jovens Mensageiros		59	111
		Justiça pelos Jovens		63	91
RAD-SGSUS-013 (DIISO)	Média de expedientes movimentados pelos Jovens Mensageiros na Capital	Σ dos expedientes movimentados por Jovem Mensageiro / total de participantes do Projeto Jovem Mensageiro	Semestral	Média 1º semestre	Média acumulada 2º semestre
				20.969	20.829
RAD-SGSUS-013 (DIISO)	Número de atendimentos individuais realizados pela Equipe Técnica	Σ dos atendimentos individuais realizados em todos os Projetos	Semestral	1º semestre	2º semestre
		Começar de Novo		173	208
		Inclusão Legal		40	250
		Jovens Mensageiros		328	327
		Justiça pelos Jovens		41	162
RAD-SGSUS-013 (DIISO)	Número de supervisões realizadas pela Equipe Técnica	Σ de supervisões realizadas em todos os Projetos	Semestral	1º semestre	2º semestre
		Começar de Novo		194	78
		Inclusão Legal		952	600
		Jovens Mensageiros		83	205
		Justiça pelos Jovens		596	507
RAD-SGSUS-013 (DIISO)	Índice de desempenho dos Participantes	Número de Participantes em todos os Projetos que receberam nota > que 6 na avaliação de desempenho / número de participantes no período analisado (* 100)	Semestral	1º semestre	2º semestre
		Começar de Novo		100,0%	95,0%
		Inclusão Legal		100,0%	80,0%
		Jovens Mensageiros		100,0%	100,0%
		Justiça pelos Jovens		70,0%	85,0%
RAD-SGSUS-013 (DIISO)	Índice de Não Reincidência JPJ (desligado em 2023 e apurado em 2024)	Σ do Número de participantes desligados dos Projetos JPJ há 1 ano e que não reincidiram / Número de participantes desligados há um ano (*100)	Anual	79,0%	
RAD-SGSUS-013 (DIISO)	Índice de Não Reincidência Começar de Novo (desligado em 2023 e apurado em 2024)	Σ do Número de participantes desligados dos Projetos CN há 1 ano e que não reincidiram / Número de participantes desligados há um ano (*100)	Anual	80,0%	
RAD-SGSUS-013 (DIISO)	Número de participantes no Projeto Circuito Cultural	Σ de participantes no projeto Circuito Cultural	Semestral	1º semestre	2º semestre
				52	67
RAD-SGSUS-013 (DIISO)	Tempo de permanência dos participantes no Projeto Estudar para Qualificar	Σ Número de participantes que ingressaram no projeto Estudar para Qualificar e que permaneceram até o final.	Semestral	1º semestre	2º semestre
				Programa inativo no 1º semestre	14
RAD-SGSUS-013 (DIISO)	Número de participantes nas palestras realizadas	Σ de participantes nas palestras realizadas (acumulado no ano na SGSUS)	Semestral	1º semestre	2º semestre
				2.488	7.742



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE SOCIAL (SGSUS)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não controlada.

7.1 METAS ESPECÍFICAS DA SGSUS

A SGSUS utiliza a METODOLOGIA SMART (metas específicas, atingíveis, relevantes e temporais) para estabelecer suas metas. A ferramenta utilizada é vinculada a RAD-SGSUS-07 - Fiscalizar e avaliar indicadores e propiciar o alcance das metas, sob o manual MAN-SGSUS-007-01 - Sistema SMART – Serviço de Alcance de Metas

A base da ferramenta foi implementada na Intranet da SGSUS: Portal *SharePoint*.

META ESPECÍFICA	UNIDADE	TIPO DE META	PROGRESSO
Implementar o novo Sistema de Metas na SGSUS.	SEFAM	Meta baseada em tempo	Concluído com 100% de efetividade
Concluir a atualização da plataforma SharePoint baseado no novo organograma	SEFAM	Meta baseada em tempo	Concluído com 100% de efetividade
Atualização das páginas da SGSUS no Portal Corporativo baseado na RESOLUÇÃO OE nº 03/2025	SEFAM	Meta baseada em tempo	Concluído com 100% de efetividade
Aumentar em 5% os atendimentos realizados na Ação Social em homenagem ao Dia Nacional de Luta da pessoa com deficiência	DEAIS	Meta quantitativa	Concluído com 100% de efetividade
Ampliar o projeto "Amamentação Sustentável" em, pelo menos, um fórum	DIGAM	Meta quantitativa	Concluído com 100% de efetividade
Realizar Ação de Capacitação relacionada à COP30, preferencialmente, no mês de novembro	DIGAM	Meta quantitativa	Concluído com 100% de efetividade
Planejar e instalar 2 ECOPONTOS no Fórum Central: Lâmina I e Lâmina III	DIGAM	Meta baseada em tempo	Concluído com 100% de efetividade
Sensibilização e educação ambiental por meio de, pelo menos, 5 palestras anuais	DIGAM	Meta baseada em desempenho	Concluído com 100% de efetividade
Aumento de 5% nas vendas dos tickets antecipados do Big Mac - Campanha MC Dia Feliz	SEAPS	Meta baseada em tempo	Concluído com 100% de efetividade
Elevar o número de atendimentos e vítimas atendidas em 10%	SECAI	Meta quantitativa	Concluído com 100% de efetividade
Aprimorar os controles relacionados às atividades de Gestão Ambiental nos indicadores da A3P, PLS-JUD do CNJ, Ressoa do MMA	DICAM	Meta orientada ao processo; Meta quantitativa	Em andamento - 75%
Implementação e monitoramento de atividades relacionadas à compostagem	DICAM	Meta quantitativa; Meta orientada a resultado	Em andamento - 75%
Implementar e monitorar as atividades relacionadas ao Plano de Descarbonização do TJRJ	DICAM	Meta qualitativa; Meta orientada a resultado	Concluído com 100% de efetividade
Elaborar os relatórios semestrais e anuais de competência da Divisão a fim de auxiliar na tomada de decisão dos gestores.	DICAM	Meta qualitativa; Meta orientada ao processo	Concluído com 100% de efetividade
Fomentar as atividades de Coleta de Resíduos Sólidos com ênfase nas comarcas do interior.	DICAM	Meta qualitativa; Meta orientada a resultado	Em andamento - 50%
Elaborar o Plano de Emergência Climática até o fim do ano, em conformidade com a Recomendação 160/2024 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)	DIGAM	Meta baseada em tempo	Em andamento - 25%
Planejar e instalar o Espaço Sustentável no Fórum Central	DIGAM	Meta baseada em tempo	Em andamento - 25%
Emitir Diagnóstico de bens não patrimoniais	DIGAM	Meta baseada em tempo	Em andamento - 50%

Índice de Cumprimento de Metas (ICM):

(número de Metas Cumpridas no Prazo/ Total de Metas Previstas no Período)*100 = 13/18 = 72,2%



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE SOCIAL (SGSUS)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não controlada.

8. INDICADORES OPERACIONAIS

8.1 PROGRAMA JOVENS MENSAGEIROS

TOTAL DE PARTICIPANTES DO JOVENS MENSAGEIROS

DEPARTAMENTO DE ACESSO À JUSTIÇA, AÇÃO SOCIAL E ACESSIBILIDADE

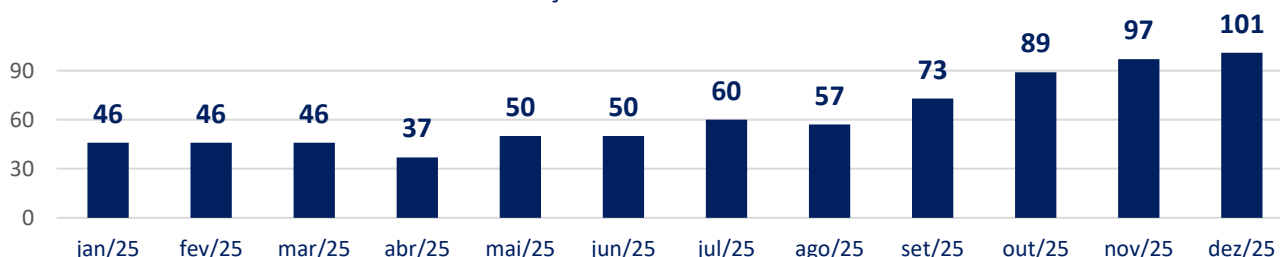
Situações verificadas

Linha de base	Ano 2024: 111 participantes
Situação atual	Passaram pelo programa 118 participantes no ano de 2025
Meta	Não definida

PARTICIPANTES DO PROGRAMA JOVENS MENSAGEIROS

Evolução mensal - Ano 2025

Fonte: SGSUS



TOTAL DE PARTICIPANTES DO PROGRAMA JOVENS MENSAGEIROS

(Evolução anual - 2016 a 2025)



Análise geral:

O Programa evidencia sólido alinhamento com a missão institucional do TJRJ ao promover a inclusão social, a qualificação profissional e a formação cidadã de jovens em situação de vulnerabilidade. Os participantes têm apresentado desempenho elevado nas avaliações, superando as metas estabelecidas, além de avanços significativos no desenvolvimento de competências socioemocionais e na consolidação de condutas profissionais compatíveis com o ambiente institucional e com as exigências do mercado de trabalho.



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE SOCIAL (SGSUS)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

8.2 PROGRAMA JUSTIÇA PELOS JOVENS

TOTAL DE PARTICIPANTES DO JUSTIÇA PELOS JOVENS

DEPARTAMENTO DE ACESSO À JUSTIÇA, AÇÃO SOCIAL E ACESSIBILIDADE

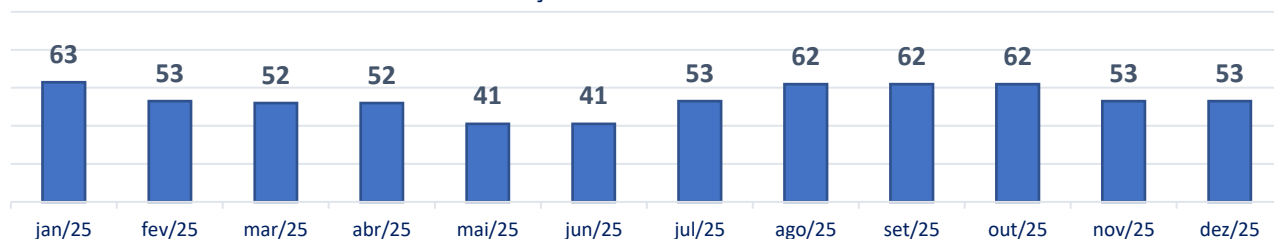
Situações verificadas

Linha de base	Ano 2024: 94 participantes
Situação atual	Passaram pelo programa 91 participantes no ano de 2025
Meta	Não definida

PARTICIPANTES DO PROGRAMA JUSTIÇA PELOS JOVENS

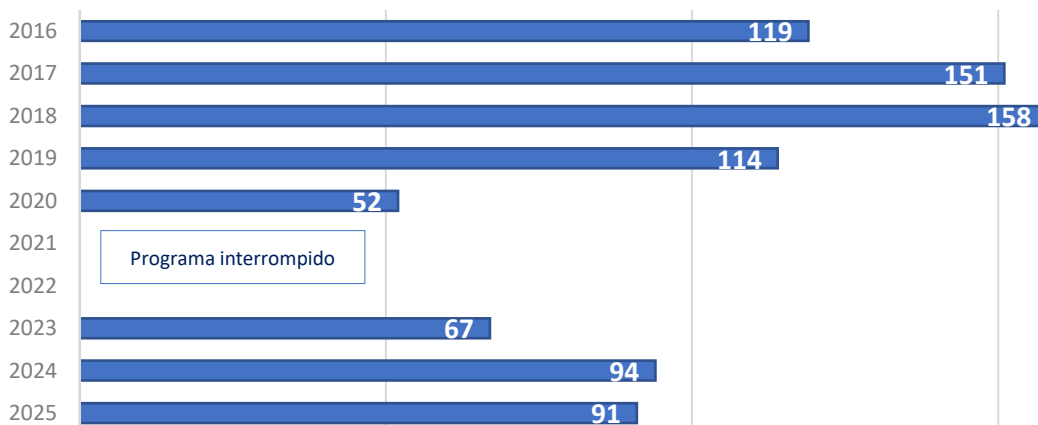
Evolução mensal - Ano 2025

Fonte:
SGSUS



TOTAL DE PARTICIPANTES DO PROGRAMA JUSTIÇA PELOS JOVENS

(Ano 2016 a 2025)



Fonte: SGSUS

Análise geral:

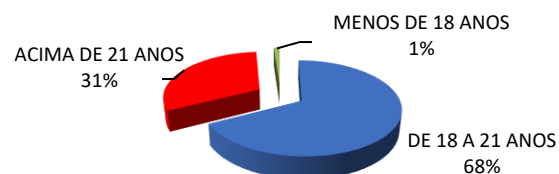
O programa demonstra forte aderência à missão institucional do TJRJ e às diretrizes da SGSUS ao promover inclusão social, cidadania e desenvolvimento pessoal de adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade. A atuação da equipe técnica, baseada na escuta qualificada, no acompanhamento individualizado e no apoio psicossocial, constitui um ponto central de fortalecimento do programa, potencializado pela incorporação de uma psicóloga.

A dificuldade recorrente de garantir lotações nas serventias, associada à resistência de algumas chefias e à dependência de encaminhamentos externos com requisitos formais restritivos, compromete a ampliação do número de participantes e gera retrabalho para a equipe.

JOVENS MESSAGEIROS

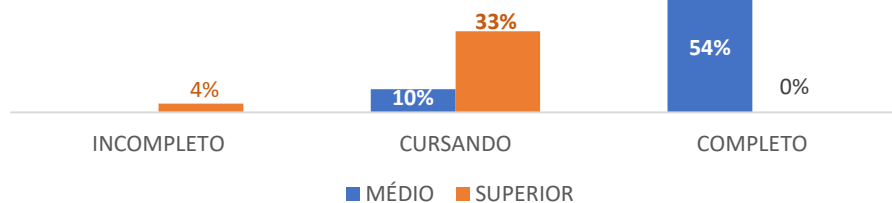
FAIXA ETÁRIA
Jovens Mensageiros

Fonte:
SGSUS



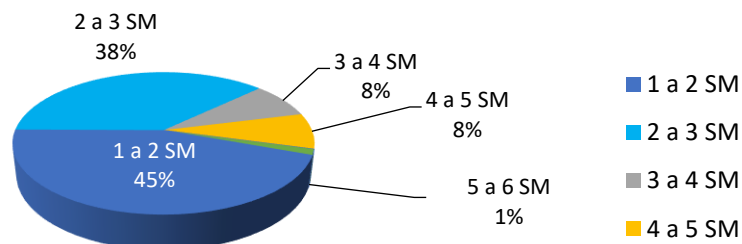
GRAU DE INSTRUÇÃO
Jovens mensageiros

Fonte:
SGSUS



RENDA FAMILIAR
Jovens mensageiros

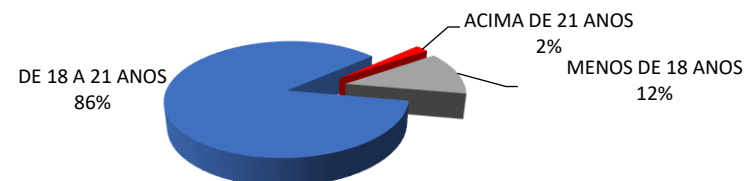
Fonte:
SGSUS



JUSTIÇA PELOS JOVENS

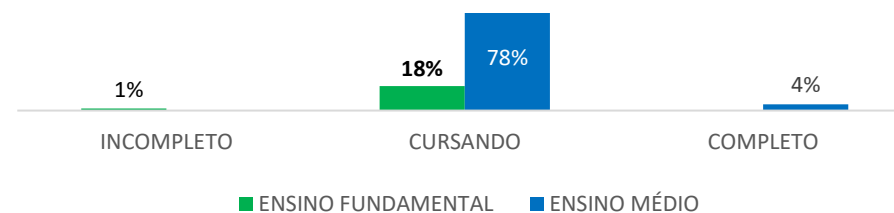
FAIXA ETÁRIA
Justiça pelos Jovens

Fonte:
SGSUS



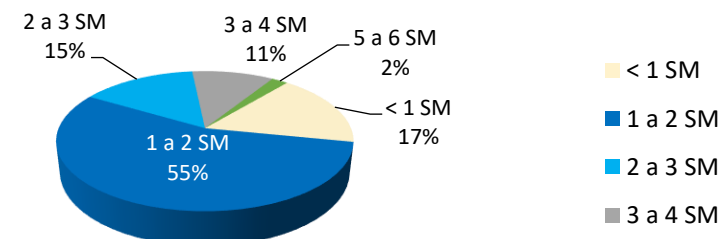
GRAU DE INSTRUÇÃO
Justiça pelos Jovens

Fonte:
SGSUS



RENDA FAMILIAR
Justiça pelos Jovens

Fonte:
SGSUS





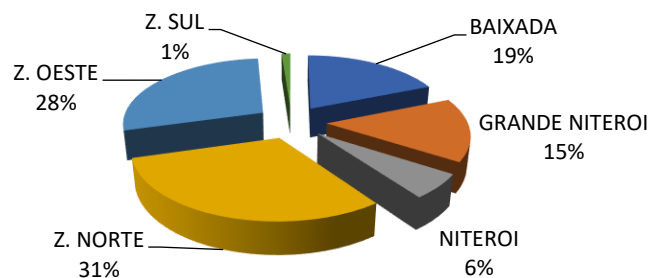
RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE SOCIAL (SGSUS)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

JOVENS MESSAGEIROS

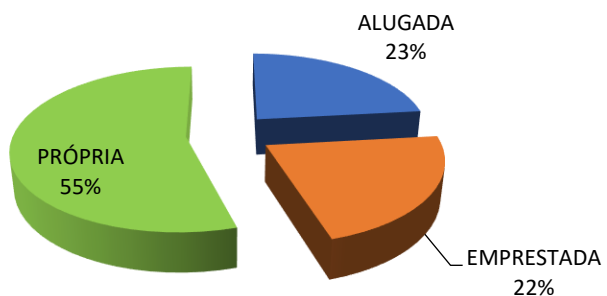
REGIONALIDADE
Jovens messageiros

Fonte:
SGSUS



SITUAÇÃO HABITACIONAL
Jovens Messageiros

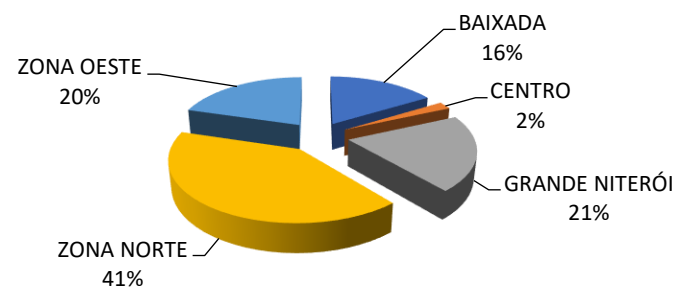
Fonte:
SGSUS



JUSTIÇA PELOS JOVENS

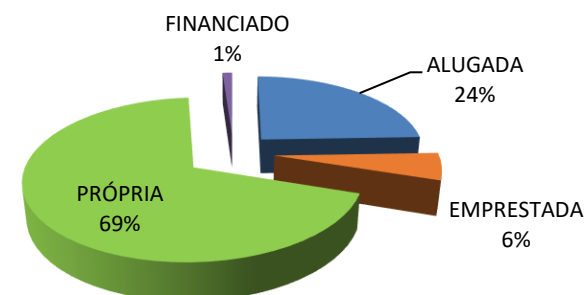
REGIONALIDADE
Justiça pelos Jovens

Fonte:
SGSUS



SITUAÇÃO HABITACIONAL
Justiça pelos Jovens

Fonte:
SGSUS





RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE SOCIAL (SGSUS)

8.3 PROGRAMA COMEÇAR DE NOVO

TOTAL DE PARTICIPANTES DO COMEÇAR DE NOVO

DEPARTAMENTO DE ACESSO À JUSTIÇA, AÇÃO SOCIAL E ACESSIBILIDADE

Situações verificadas

Linha de base

Ano 2024: 62 participantes

Situação atual

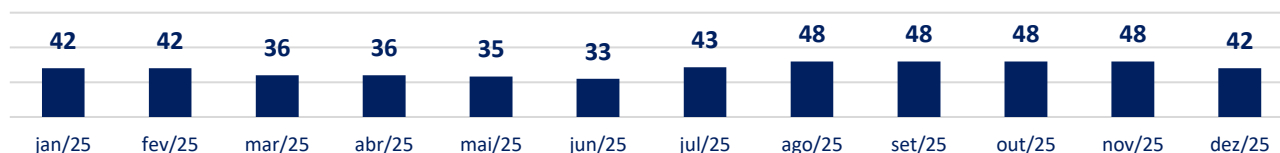
Passaram pelo programa 69
participantes no ano de 2025

Meta

Não definida

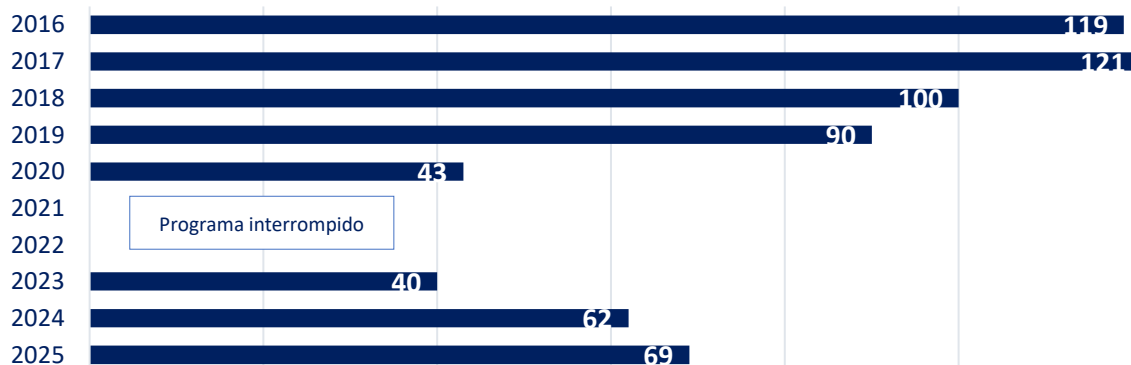
TOTAL DE PARTICIPANTES DO PROGRAMA COMEÇAR DE NOVO Evolução mensal - Ano 2025

Fonte: SGSUS



TOTAL DE PARTICIPANTES DO PROGRAMA COMEÇAR DE NOVO (Ano 2016 a 2025)

Fonte: SGSUS



Análise geral:

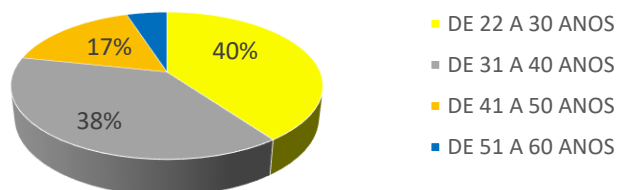
O Programa Começar de Novo demonstra forte alinhamento com a missão institucional do TJRJ e com as diretrizes da SGSUS ao promover a reinserção social e profissional de pessoas egressas do sistema prisional, por meio de acompanhamento individualizado, fortalecimento de vínculos e desenvolvimento de competências socioemocionais e laborais. As ações realizadas ao longo de 2025 revelam uma metodologia consistente e eficaz, refletida nos resultados expressivos, como o elevado percentual de participantes com desempenho superior às metas e o baixo índice de reincidência criminal. Contudo, entraves institucionais, como a falta de previsibilidade nos fluxos de contratação e hiatos operacionais, limitaram a expansão do programa, evidenciando a necessidade de maior planejamento, aprimoramento da comunicação interna e articulação com as unidades de lotação para ampliar seu alcance e efetividade.

COMEÇAR DE NOVO

FAIXA ETÁRIA
Começar de Novo

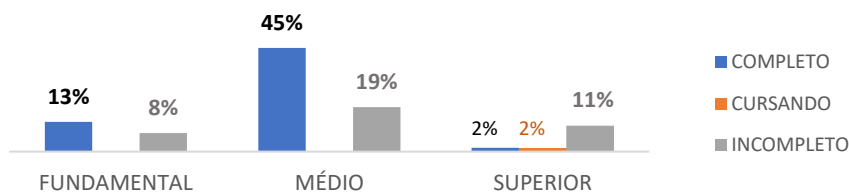
Fonte:
SGSUS

Fonte:
SGSUS



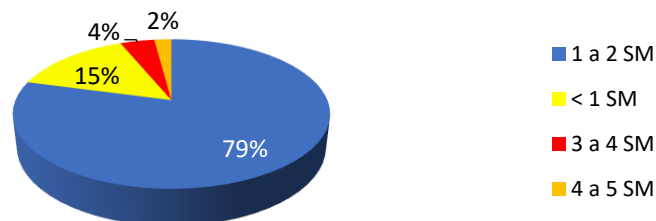
ESCOLARIDADE
Começar de Novo

Fonte:
SGSUS



RENDA FAMILIAR
Começar de Novo

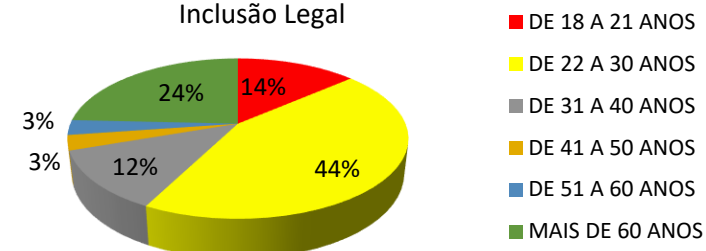
Fonte:
SGSUS



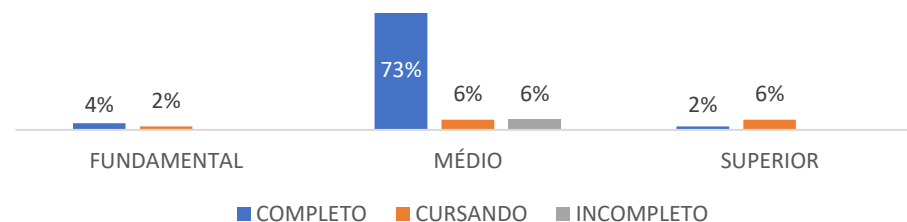
INCLUSÃO LEGAL

FAIXA ETÁRIA
Inclusão Legal

Fonte:
SGSUS

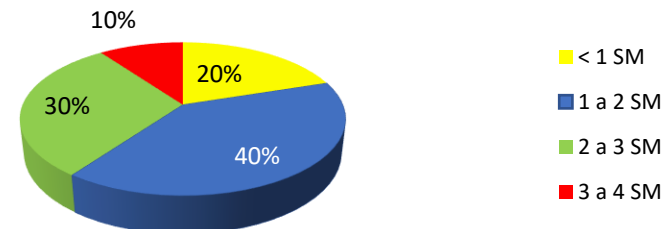


ESCOLARIDADE
Inclusão legal



RENDA FAMILIAR
Inclusão Legal

Fonte:
SGSUS

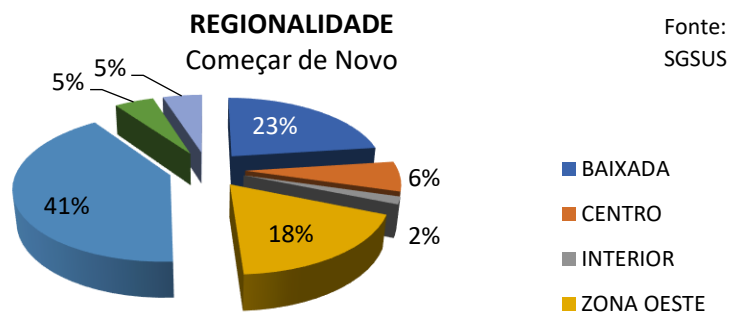




RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE SOCIAL (SGSUS)

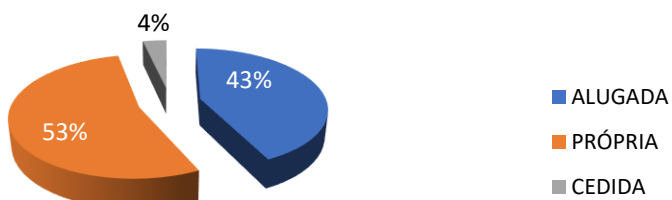
ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

COMEÇAR DE NOVO

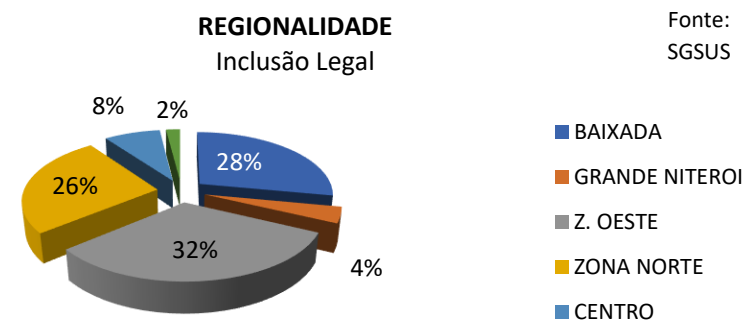


SITUAÇÃO HABITACIONAL

Começar de Novo

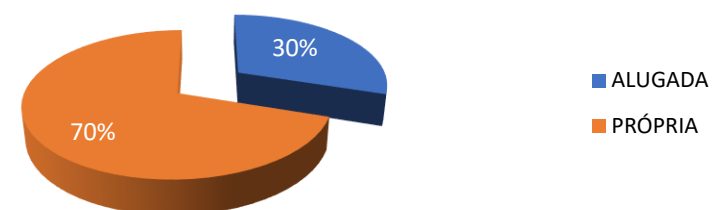


INCLUSÃO LEGAL



SITUAÇÃO HABITACIONAL

Inclusão Legal





RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE SOCIAL (SGSUS)

8.4 PROGRAMA INCLUSÃO LEGAL

TOTAL DE PARTICIPANTES DO INCLUSÃO LEGAL

DEPARTAMENTO DE ACESSO À JUSTIÇA, AÇÃO SOCIAL E ACESSIBILIDADE

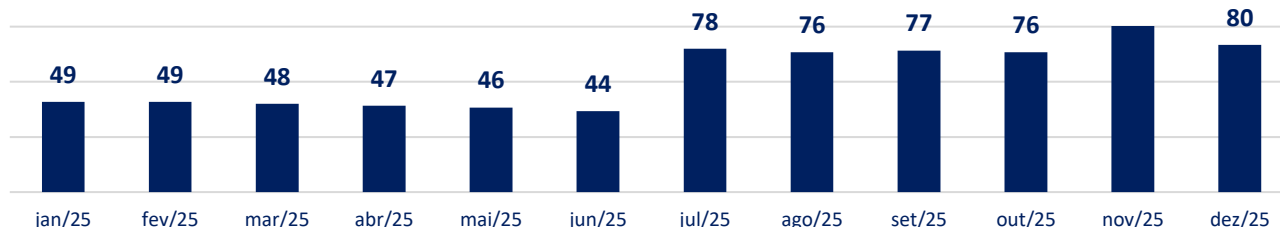
Situações verificadas

Linha de base ano 2024	57 participantes
Situação ano 2025	108 participantes
Meta	Não definida

TOTAL DE PARTICIPANTES DO INCLUSÃO LEGAL

Ano 2025

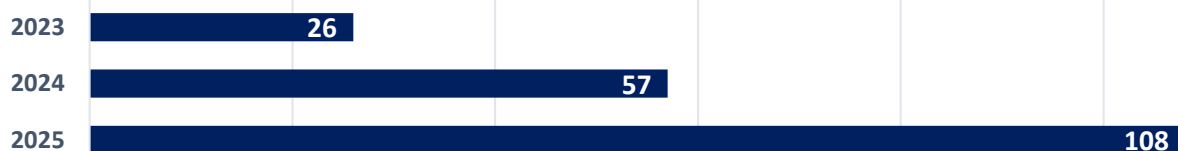
Fonte:
SGSUS



TOTAL DE PARTICIPANTES DO INCLUSÃO LEGAL

(Anos 2023 e 2025)

Fonte:
SGSUS



Análise geral:

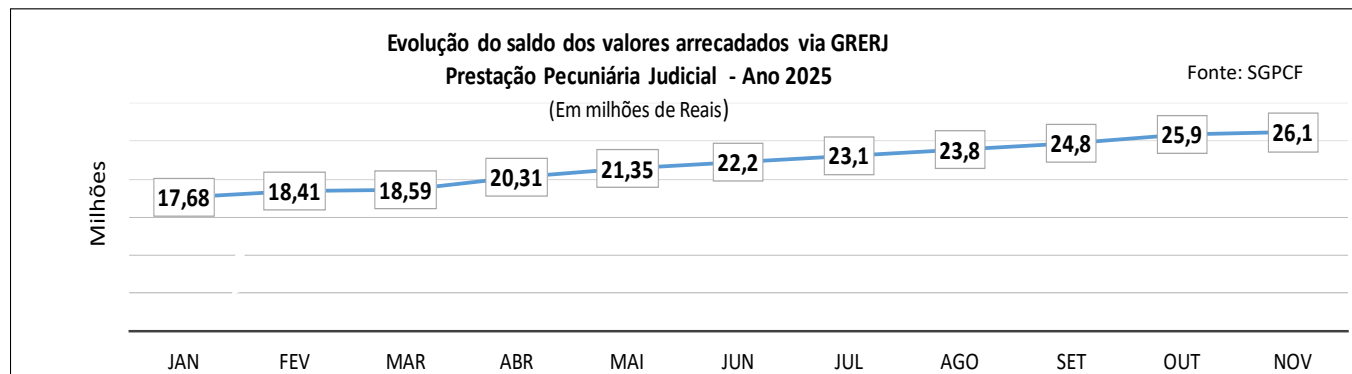
O Programa Inclusão Legal evidencia forte alinhamento com a missão institucional do TJRJ e com as diretrizes da SGSUS ao promover capacitação profissional, cidadania e inclusão de públicos historicamente vulnerabilizados, por meio de uma atuação pautada no acolhimento, no respeito à diversidade e na garantia de direitos. A metodologia adotada, que combina acompanhamento social e psicológico individualizado, ações formativas e articulação consistente com a rede intersetorial, demonstra maturidade técnica e compromisso com a atenção integral aos participantes, refletindo-se em um nível de ocupação próximo à capacidade máxima e em resultados simbólicos relevantes, como a inserção de pessoas transexuais no ambiente de trabalho do Judiciário. Ainda que haja desafios pontuais de natureza administrativa e a necessidade de maior padronização dos fluxos com instituições parceiras e das atribuições das chefias, o programa apresenta impacto social significativo e se consolida como importante instrumento de transformação social, reforçando o papel do TJRJ na promoção da equidade, da dignidade humana e do acesso efetivo a direitos.



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE SOCIAL (SGSUS)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

8.5 EVOLUÇÃO DO SALDO DA CONTA DE PRESTAÇÃO PECUNIÁRIA JUDICIAL



Análise geral:

O elevado saldo da Prestação Pecuniária Judicial, sob a gestão da SGSUS no âmbito do TJRJ, contribui positivamente ao ampliar a capacidade institucional de financiamento contínuo e estruturado de projetos sociais, especialmente aqueles voltados à inclusão social, ressocialização, cidadania e proteção de públicos vulneráveis. Esse saldo permite maior previsibilidade orçamentária, viabiliza a manutenção e a ampliação de programas, tais como Começar de Novo, Inclusão Legal, Justiça pelos Jovens e Jovens Mensageiros, fortalece parcerias com instituições da rede socioassistencial e assegura a execução de ações com maior qualidade técnica, reduzindo a dependência de fontes externas ou contingenciais de recursos.



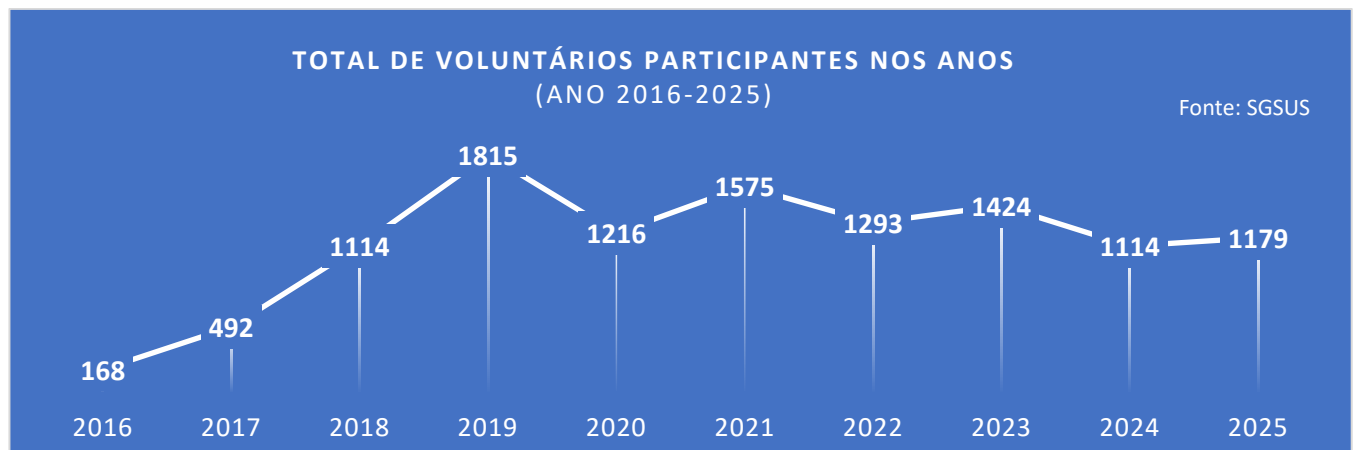
RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE SOCIAL (SGSUS)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

8.6 GRÁFICOS DO VOLUNTARIADO CONTINUADO



EVOLUÇÃO DO TOTAL DE VOLUNTÁRIOS QUE ATUARAM ENTRE OS ANOS DE 2016 A 2025



ANO	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
TOTAL	168	492	1114	1815	1216	1575	1293	1424	1114	1179

Análise geral:

O voluntariado no TJRJ é uma iniciativa estratégica e que vai além do apoio operacional, ao proporcionar vivência prática do funcionamento do Sistema de Justiça e contribuir para a formação cidadã, ética e profissional de futuros operadores do Direito. Além de ampliar a capacidade de atendimento das unidades e apoiar atividades administrativas e de orientação ao público, o programa fortalece a integração entre o Tribunal e a sociedade, estimula a cultura da responsabilidade social e do engajamento cívico e sensibiliza os voluntários para temas como direitos humanos, inclusão e cidadania, alinhando-se às diretrizes do CNJ e à missão institucional do TJRJ.

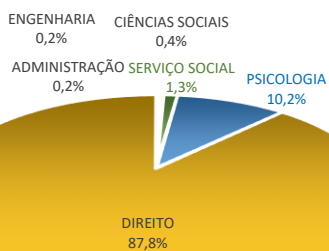


RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE SOCIAL (SGSUS)

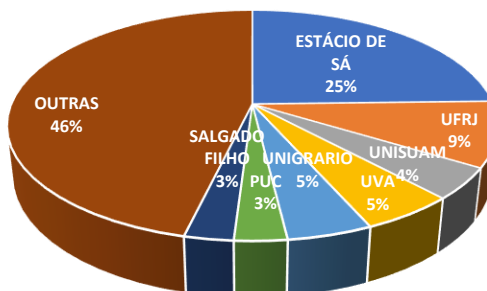
ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

PERFIL DO VOLUNTÁRIO

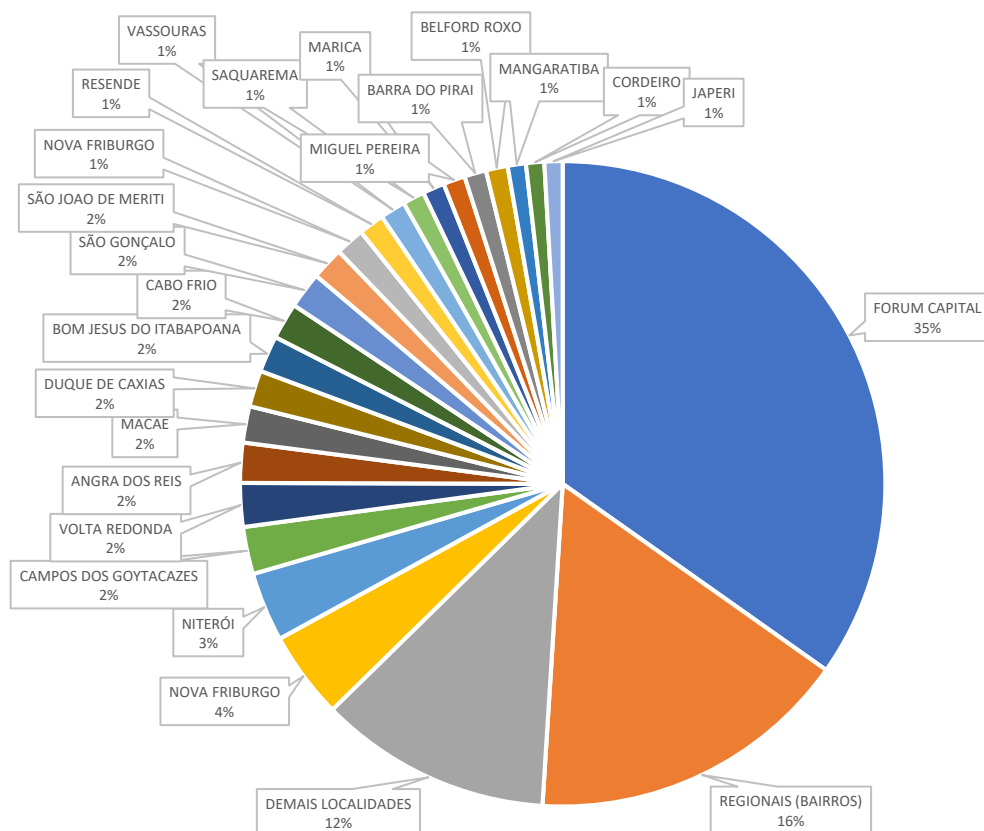
CURSO DO DO VOLUNTÁRIO
ANO 2025



**UNIVERSIDADES PARTICIPANTES NO
VOLUNTARIADO**
ANO 2025



VOLUNTÁRIOS POR COMARCA
ANO 2025





RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE SOCIAL (SGSUS)

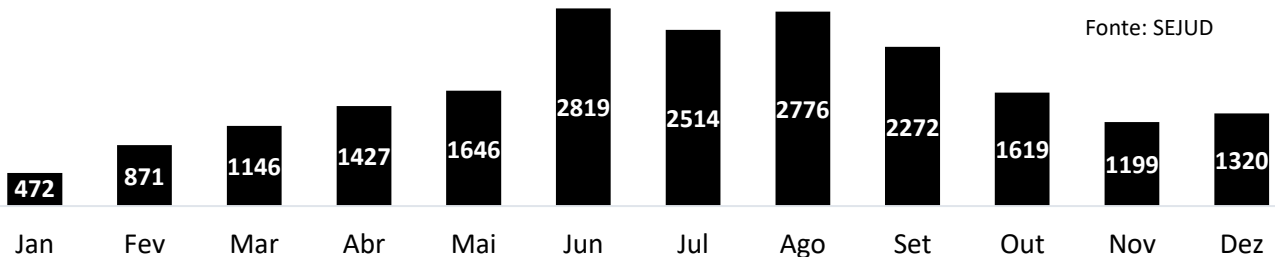
ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

8.7 SOLICITAÇÕES E VALOR DE PAGAMENTOS DE PERITOS JUDICIAIS

TOTAL DE ATENDIMENTOS DA PERÍCIA JUDICIAL

Ano 2025

Fonte: SEJUD



SOLICITAÇÃO DE PAGAMENTO - 2025 -

MÊS	PERCENTUAL	OFÍCIOS	VALOR DAS PLANILHAS
-	-		-
JANEIRO	2%	472	R\$ 307.323,27
FEVEREIRO	4%	909	R\$ 612.627,31
MARÇO	5%	1.146	R\$ 774.796,65
ABRIL	7%	1.427	R\$ 983.019,14
MAIO	8%	1.646	R\$ 1.127.779,55
JUNHO	14%	2.819	R\$ 2.003.810,80
JULHO	13%	2.514	R\$ 1.794.465,08
AGOSTO	14%	2.776	R\$ 1.988.148,21
SETEMBRO	12%	2.272	R\$ 1.639.485,44
OUTUBRO	8%	1.619	R\$ 1.177.632,54
NOVEMBRO	6%	1.199	R\$ 872.421,81
DEZEMBRO	7%	1.320	R\$ 967.526,87
		20.119	R\$ 14.249.036,67

Análise geral:

As perícias judiciais desempenham papel essencial no âmbito do TJRJ ao fornecerem provas técnicas qualificadas que subsidiam o magistrado na formação de seu convencimento e na adequada solução dos conflitos. Gerenciadas pelo Serviço de Perícias Judiciais (SEJUD), órgão vinculado ao DEIPA e regulamentado pela Resolução CM nº 2/2018, essas perícias asseguram a regularidade do cadastro de peritos e a correta gestão das ajudas de custo, garantindo transparência, eficiência administrativa e segurança jurídica. O expressivo no número de perícias realizadas e os recursos destinados ao pagamento dos peritos no ano evidencia a crescente demanda por prova técnica especializada e reforça a relevância desse serviço para a efetividade da prestação jurisdicional e a celeridade processual no TJRJ.



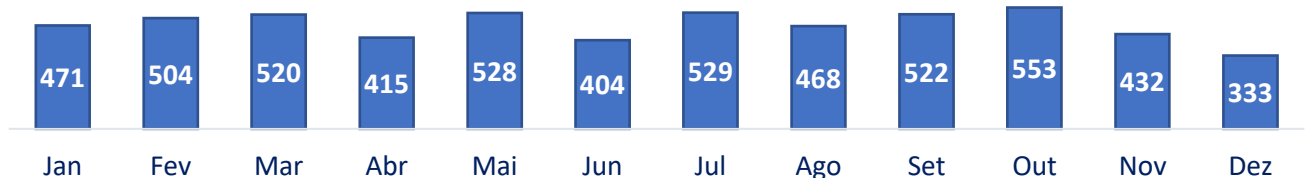
RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE SOCIAL (SGSUS)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

8.8 AGENDAMENTO DE EXAMES DE DNA

Total de Atendimento da Perícia Genética
Ano 2025

Fonte: SGSUS



Análise geral:

As perícias genéticas, coordenadas pelo Serviço de Perícias Genéticas (SEGEN), também vinculado ao DEIPA, constituem instrumento fundamental para a garantia do acesso à justiça, especialmente para as partes beneficiárias da assistência judiciária gratuita. Por meio da realização de exames de tipagem por DNA, o serviço contribui de forma decisiva para a elucidação de demandas sensíveis, como ações de filiação, alimentos e reconhecimento de paternidade, assegurando decisões mais justas e baseadas em evidências científicas. A manutenção de um volume estável de agendamentos ao longo de 2025 demonstra a consolidação do serviço como política pública permanente no âmbito do TJRJ, reafirmando seu compromisso com a dignidade da pessoa humana, a proteção dos direitos fundamentais e a efetividade da tutela jurisdicional.

Total de atendimentos no ano de 2025: 5.679 atendimentos.



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE SOCIAL (SGSUS)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

9. GARANTIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

A implementação de ações estruturadas para promover as melhores práticas de sustentabilidade, responsabilidade social e cidadania constitui uma decisão estratégica da gestão e integra os valores institucionais do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.

As ações desenvolvidas pela Secretaria-Geral de Sustentabilidade e Responsabilidade Social (SGSUS) estão em consonância com o Mapa Estratégico do TJERJ e integram os Macrodesafios “Garantia dos Direitos Fundamentais” (perspectiva sociedade) e “Promoção da Sustentabilidade” (perspectiva processos internos), além de estarem alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU.

A SGSUS atua de forma transversal, fortalecendo a cultura institucional de responsabilidade socioambiental e promovendo iniciativas contínuas que ampliam o impacto positivo do Tribunal na sociedade e no meio ambiente. Entre suas atribuições, destacam-se a gestão das políticas ambientais, o acompanhamento de indicadores de desempenho sustentável, a promoção de campanhas educativas e a execução de projetos sociais voltados à cidadania e inclusão.

9.1 GESTÃO ADMINISTRATIVA

As parcerias, convênios e demais ajustes formalizados com Organizações da Sociedade Civil (OSCs), órgãos públicos diversos e outros entes constituem um dos mecanismos utilizados para viabilizar ações de cunho social e ambiental.

No total, 138 processos foram autuados sob demanda na Divisão de Gestão Administrativa (DIGAD) e no Serviço de Instrução de Convênios e Contratos (SEINC), relacionados às OSCs e às suas atividades, em maior ou menor medida, durante o transcurso do exercício de 2025.

A DIGAD e o Serviço às Penas e Medidas Alternativas (SEGPA) prestam auxílio, na condição de órgãos técnicos, em 229 (duzentos e vinte e nove) convênios/acordos de cooperação que têm por finalidade encaminhar, por meio das Centrais de Penas e Medidas Alternativas, beneficiários das penas ou medidas alternativas aplicadas pelos Juízos Criminais às entidades ou órgãos públicos, a fim de dar efetividade ao caráter socioeducativo das referidas penas e medidas. Dentre esses, 35 (trinta e cinco) ajustes foram formalizados ao longo do exercício de 2025, havendo ainda 43 (quarenta e três) convênios/acordos de cooperação em processamento na divisão/serviço respectivo, além de 13 (treze), em processamento em outras unidades, já com passagem pelo SEGPA e com retorno previsto para a finalização dos procedimentos de formalização — fato que reforça o compromisso do TJRJ com as ações de ressocialização dos beneficiários.



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE SOCIAL (SGSUS)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

9.2 ACOMPANHAMENTO DO SALDO DA CONTA DE PRESTAÇÃO PECUNIÁRIA JUDICIAL

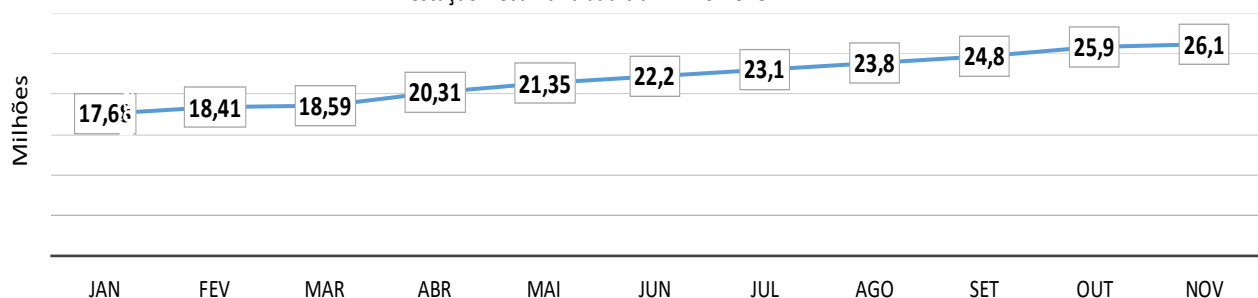
A SGSUS, por meio de sua unidade organizacional denominada Serviço de Gerenciamento de Penas Pecuniárias (SEPEN), é responsável pelo acompanhamento dos valores depositados por meio da GRERJ Eletrônica, nos termos do art. 1º do Ato Executivo nº 1453/2014, que regulamenta as disposições contidas na Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 558/2024 sobre a matéria. Tais valores devem ser destinados a entidades públicas ou privadas com finalidade social, ou que desempenhem atividades de caráter essencial à segurança pública, educação e saúde, desde que atendam às áreas vitais de relevante cunho social e tenham sede ou desenvolvam a atividade a ser custeada no Estado do Rio de Janeiro.

Tendo em vista a publicação do Edital nº 01/2025, relativo à seleção de entidades para recebimento de verbas oriundas das prestações pecuniárias, conforme autorização constante no Processo SEI 2025-06239780, coube ao SEPEN:

- o recebimento e a análise documental das entidades candidatas ao recebimento das verbas do respectivo fundo;
- a realização da inscrição de cerca de 374 instituições, bem como de seu respectivo cadastramento;
- o atendimento telefônico e por e-mails institucionais, além da realização de atendimentos presenciais a representantes de instituições interessadas, com o objetivo de orientar as candidatas sobre todas as etapas do procedimento de seleção;
- a realização de fiscalizações e a elaboração de pareceres acerca da viabilidade de habilitação das instituições candidatas;
- o acompanhamento das instituições contempladas no edital anterior (2022);
- a confecção de relatórios de Prestação Final de Contas referentes às instituições contempladas no Edital nº 01/2022, autorizado pelo Processo SEI 2022-06009606, com o objetivo de aferir se as entidades anteriormente contempladas alcançaram os objetivos pactuados e se os benefícios sociais gerados se adequaram às metas originalmente previstas.

Evolução do saldo dos valores arrecadados via GRERJ

Prestação Pecuniária Judicial - Ano 2025





RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE SOCIAL (SGSUS)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não controlada.

9.3 PRESTAÇÃO DE CONTAS

As prestações de contas das parcerias firmadas entre o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJERJ) e as Organizações da Sociedade Civil (OSCs), voltadas ao desenvolvimento dos Programas Sociais onerosos da Secretaria Geral de Sustentabilidade e Responsabilidade Social (SGSUS), são normatizadas pela Lei Federal nº 13.019/2014 e regulamentadas, no âmbito deste Tribunal, pelo Ato Normativo nº 06/2018 e pela Deliberação TCE-RJ nº 278/2017.

Nas atividades correlatas ao Serviço de Análise das Prestações de Contas (SEAPC), objetiva-se principalmente autuar e analisar, no âmbito do SEI, aspectos relativos à correta aplicação dos recursos repassados às OSCs conveniadas, por meio das prestações de contas mensais, anuais e finais. Também é prestado auxílio ao fiscal setorial e ao respectivo substituto na edição e instrução dos processos de Prestação de Contas das despesas custeadas com o cartão alimentação (*Green Card*) utilizado nos eventos geridos pela SGSUS.

Atualmente, encontram-se em execução os projetos “Justiça pelos Jovens”, “Começar de Novo”, “Inclusão Legal” e “Jovens Mensageiros”, todos destinatários de repasses mensais realizados em favor da OSC CIEDS, por meio de Notas de Débito encaminhadas ao SEAPC para análise de conformidade documental e controle de dados, sujeitas a posterior envio às demais UOs responsáveis pela liquidação e pelo pagamento.

Anexa-se tabela que correlaciona os processos de prestações de contas — Notas de Débito e Processos de Prestação de Contas — recebidos, autuados, instruídos, analisados e encaminhados às UOs referidas, no período compreendido entre 7 de fevereiro de 2025 e a presente data.

Começar de Novo		Inclusão legal		Justiça pelos Jovens		Jovens Mensageiros		GreenCard
2025-06012622	2025-06281422	2025-06013771	2025-06278995	2025-06013454	2025-06283747	2025-06013339	2025-06281768	2025-06018643
2025-06017742	2025-06287971	2025-06244040	2025-06286480	2025-06017918	2025-06292337	2025-06243654	2025-06286477	2025-06273166
2025-06285521	2025-06299778	2025-06284688	2025-06299524	2025-06285317	2025-06302115	2025-06284613	2025-06299400	2025-06275150
2025-06287098	2025-06519500	2025-06286400	2025-06515910	2025-06286787	2025-06515914	2025-06286465	2025-06524301	2025-06295115
2025-06297859		2025-06306012	2025-06535093	2025-06297792	2025-06563110	2025-06297466		2025-06535093
2025-06532622		2025-06526573		2025-06531233		2025-06526422		
2025-06536333		2025-06532960		2025-06536335		2025-06532884		



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE SOCIAL (SGSUS)

9.4 PROGRAMAS DE CIDADANIA

As ações solidárias e as campanhas institucionais fazem parte do comprometimento da SGSUS com a responsabilidade social e com o desenvolvimento das melhores práticas de promoção da cidadania. Elas consistem em ações de sensibilização e mobilização do público interno e externo do PJERJ.



9.4.1 PROGRAMA VOLUNTARIADO

O Programa de Voluntariado Continuado foi desenvolvido em conformidade com os princípios da Lei do Voluntariado (Lei Federal nº 9.608/98), que define o voluntariado como uma atividade não remunerada destinada a fins cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social. No âmbito do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ), as normas que regem o voluntariado estão estabelecidas na Resolução TJ/OE nº 16/2018, enquanto o procedimento operacional está descrito na RAD-SGSUS-011, sob responsabilidade da Coordenação do Programa de Voluntariado. No ano de 2025, o programa contou com a participação de 1.134 voluntários.

9.4.2 HEMORIO



Em parceria com o HEMORIO, a SGSUS promoveu campanhas de doação de sangue e palestras no Palácio da Justiça, Avenida Erasmo Braga nº 115 - Lâmina III. Em 2025, a SGSUS promoveu duas campanhas de doação de sangue no Palácio da Justiça, Avenida Erasmo Braga nº 115 - Lâmina III. A primeira aconteceu no dia 16 de abril com a coleta de 115 bolsas de sangue. E a segunda no dia 01 de outubro com a coleta de 89 bolsas de sangue.

Segundo o Ministério da Saúde, em média, uma bolsa de sangue atende até quatro pacientes.

Referência: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2022/marco/uma-unica-doacao-de-sangue-pode-salvar-ate-quatro-vidas>

9.4.3 SEMANA NACIONAL DA SAÚDE

Entre os dias 7 e 11 de abril, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ) promoveu a Semana Nacional da Saúde no Poder Judiciário, uma iniciativa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Com o objetivo de ampliar o diálogo sobre saúde no Judiciário, foram realizados painéis temáticos e palestras sobre saúde mental, bem-estar no trabalho, desafios e experiências de acesso à saúde, além de um curso com reflexões sobre espiritualidade, práticas integrativas e saúde. O evento contou com atividades organizadas pela SGSUS; pelo Departamento de Saúde (DESAU), vinculado à Secretária-geral de Gestão de Pessoas (SGPES); pela Escola de Administração Judiciária do TJRJ (ESAJ); pela Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ) e pela rede Amil.



ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Os participantes tiveram acesso a serviços de saúde gratuitos, como aferição de pressão arterial, teste de glicemia, orientação em saúde preventiva, atendimento em saúde mental e esclarecimento de dúvidas sobre perícia e licença médica.

PALESTRAS PRESENCIAIS NA SEMANA NACIONAL DA SAÚDE:

- Dia 9 de abril – Cuidando da nossa Saúde Mental - 19 participantes
Palestrante: Amélia Cristina D. Alvarez
- Dia 10 de abril – Saúde e Bem-Estar no Trabalho - 11 participantes
Palestrante: Dr. Alfredo Albino Itturiet Ferreira
- Dia 16 de abril - Compreendendo e Transformando a Realidade do Autismo - 79 participantes
Palestrantes: Roberta Oliveira da Silva Tassi – Médica Pediatra da Amil
Antoniell Bastos – Presidente da “Rede Incluir”
Viviane Goes – Pedagoga da Rede
Claudia Marcia Vidal – Juíza de Direito do TJRJ e integrante da COMAI
Andresa Belsito – Psicóloga Especialista da AMIL



9.4.4 CAMPANHA SUIPA



Este Egrégio Tribunal de Justiça já conta com a parceria com a Sociedade de União Internacional Protetora dos Animais (SUIPA) desde 2018, promovendo eventos para a divulgação do trabalho desenvolvido pela Instituição. As ações têm por objetivo obter recursos para ajudar na manutenção dos animais ali abrigados.

A SUIPA é referência no recolhimento e abrigamento de animais abandonados, dando-lhes proteção e oportunidade de viver dignamente. Com 80 anos de existência, desenvolve um trabalho multidisciplinar de cuidado e



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE SOCIAL (SGSUS)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

de tratamento dos animais em sua sede. Atualmente, abriga cerca de 200 animais, a maioria cães e gatos.

O PJE RJ mantém parceria com a SUIPA para divulgação do trabalho da instituição e arrecadação de itens básicos para manutenção de animais acolhidos.

Em 2025, as campanhas ocorreram entre os dias 1 a 30 de abril e entre 3 de novembro a 10 de dezembro, com exposição e venda de produtos e adoção de animais.

No ano foram recolhidos 379 Kg de ração, 679 unidades de produtos para animais e doados 2 cães e 2 gatos.

9.4.5 CAMPANHA MCDIA FELIZ

A campanha consiste na captação de recursos por meio da venda antecipada de tickets para aquisição do Bic Mac na rede Mc Donald. A renda obtida é destinada a instituições de apoio à luta contra o câncer infanto-juvenil. A campanha é realizada no Fórum Central, no Fórum Regional da Barra e no Fórum Regional do Méier.

O evento foi realizado nos dias 6, 13, 19 e 20 de agosto, com a venda de 834 tickets.



9.4.6 CAMPANHA NATAL ENCANTADO



A campanha foi realizada entre os dias 10 de novembro a 10 de dezembro e teve o objetivo de arrecadar brinquedos novos para crianças e adolescentes internados em unidades da rede estadual de saúde do Rio de Janeiro. Os pontos de recolhimento localizaram-se no Fórum Central, no Centro Administrativo e na EMERJ.

Foram arrecadados 498 brinquedos.

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

9.4.7 CAMPANHA DE ARRECADAÇÃO DE LEITE



A Campanha tem por objetivo arrecadar leite em pó integral, leite em pó sem lactose e suplementos alimentares (PEDIASURE), para crianças com microcefalia e síndromes raras, em estado de vulnerabilidade social. As crianças objeto da campanha são acolhidas pela ONG Associação Internacional Fome de Arte.

Foram arrecadadas 300 latas de leite em pó.

9.4.8 CAMPANHA DE DOAÇÃO DE ROUPAS



A Campanha tem por objetivo arrecadar roupas para pessoas que se encontram em situação de rua. São válidas, para a doação, roupas limpas e em bom estado de conservação. As peças foram entregues ao Centro de Atendimento Integrado às Pessoas em Situação de Rua e Vulneráveis (CIPOP-RUA/RJ), que reúne diversos serviços prestados pelo Judiciário fluminense e órgãos federais, estaduais e municipais. A ação foi uma

iniciativa da SGSUS e a ABATERJ, de 11 de julho a 29 de agosto com grande êxito.

9.4.9 FEIRA ORGÂNICA

Os alimentos orgânicos são cultivados sem o uso de agrotóxicos sintéticos, organismos geneticamente modificados (transgênicos) ou fertilizantes químicos. Nesse contexto, a SGSUS promove a Feira de Produtos Orgânicos e Naturais, realizada na Lâmina I do Fórum Central do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. A iniciativa é fruto de parceria com a Associação de Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro (ABIO), que certifica os produtores participantes conforme os critérios da legislação brasileira, como o Sistema Participativo de Garantia (SPG). Esse sistema envolve todos os agentes da cadeia produtiva, assegurando o cumprimento de normas de preservação ambiental e incentivando práticas sustentáveis. Em 2025, a feira teve uma edição em 11 de março, 1 de abril, 1 de julho, 2 de setembro, 7 e 8 de outubro, 4 e 5 de novembro e 1 a 4 de dezembro.





RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE SOCIAL (SGSUS)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

9.4.10 FEIRA DE ARTESANATO

A feira tem o propósito de promover a integração dos servidores aposentados e ativos, com a exposição de trabalhos artesanais feitos por servidores aposentados e artesãos indicados por funcionários. Dessa forma, promove a aproximação e a integração entre os funcionários, valoriza o seu potencial artístico, promove a elevação de sua autoestima e possibilita que os servidores tenham ganhos financeiros extras.

A SGSUS operacionaliza toda a ação, desde a divulgação, a inscrição dos expositores interessados até o acompanhamento nos dias da feira, prestando o apoio e o suporte necessários ao respectivo evento.

A feira teve uma edição nos dias 7, 8 e 9 de maio e outra edição entre os dias 10 a 14 de novembro..



Feira realizada em 7 de maio de 2025

9.4.11 FESTA JULINA DO PJERJ

O evento tem como finalidade a comercialização de alimentos produzidos exclusivamente por servidores ativos, inativos e funcionários terceirizados. Na ação, não há ônus para o Tribunal de Justiça, uma vez que os participantes arcam com a despesa do aluguel de suas barracas, necessitando, apenas, da disponibilização do espaço para a montagem e divulgação do evento. Em 2025, foi realizada uma edição no período de 16 a 18 de julho na Rua Dom Manuel s/nº, térreo. Foram apresentadas comidas típicas.



9.4.12 EVENTO EMPREGABILIDADE: ACESSIBILIDADE E TRABALHO – UMA QUESTÃO DE PERTENCIMENTO SOCIAL

O evento voltado para a Empregabilidade da Pessoa com Deficiência (PCD) foi realizado em parceria com a Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência (SMPD) do Município do Estado do Rio de Janeiro. A iniciativa visa fomentar a conscientização e o debate acerca da inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, promovendo a equidade de oportunidades, proporcionando um espaço de aprendizado e diálogo sobre os desafios enfrentados por este público no mercado de trabalho, os avanços conquistados e as estratégias para promover a empregabilidade de forma equitativa e sustentável.

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.



A inclusão de PCDs no ambiente profissional é um tema de grande relevância, considerando os desafios enfrentados por essa população no acesso ao emprego, bem como a necessidade de políticas públicas e práticas organizacionais que assegurem condições justas e acessíveis. A legislação brasileira, por meio da Lei de Cotas (Lei nº 8.213/1991) e da Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), estabelece diretrizes para a inserção dessas pessoas no mercado de trabalho, reforçando a importância da acessibilidade e da adaptação dos espaços laborais.

A ação ocorreu nas dependências do Tribunal de Justiça no dia 7 de maio e contou com a participação de diversos órgãos públicos, tais como: TRF, TRT, Ministério Público, Defensoria Pública e demais Instituições convidadas para as mesas de debate e alcançou um total de 171 participantes.

9.4.13 PROGRAMA SE SENSIBILIZE

O programa tem por objetivo realizar palestras de sensibilização para atendimento humanizado a pessoas com



deficiência (PCDs) nominadas “Se Sensibilize”, nas dependências deste Egrégio Tribunal de Justiça, com a idealização de encontros formativos. A falta de conhecimento e preparo para o atendimento de pessoas com deficiência constitui uma barreira significativa para a inclusão e o respeito à dignidade desse público. A ausência de práticas humanizadas impacta negativamente o atendimento, a comunicação e a efetividade dos serviços oferecidos no âmbito Institucional. Assim, a realização de

palestras de sensibilização voltadas para os servidores e colaboradores do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro é fundamental para promover a conscientização sobre o atendimento adequado às pessoas com deficiência, abordando a legislação vigente — como a Lei nº 10.048/2000, que assegura prioridade no atendimento às pessoas com deficiência —, os diferentes tipos de deficiência (física, auditiva, visual, intelectual e múltipla) e a importância da ambientação inclusiva nos espaços públicos e de trabalho.

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Neste primeiro semestre, a ação ocorreu no dia 14 de maio com o servidor Marcio Castro de Aguiar, diretor do Departamento de Acessibilidade e Inclusão Social e a colaboradora da SGSUS, Juliana Teixeira da Costa, como palestrantes e alcançou 77 participantes.

A última palestra do ano ocorreu no dia 19 de novembro e teve 96 participantes. Nesta edição, houve a participação do Superintendente de Ação para Pessoas com Deficiência da Subsecretaria de Políticas Inclusivas, dr. Geraldo Nogueira, e teve por finalidade trazer uma nova abordagem sobre o mesmo assunto.



9.4.14 PALESTRA CASAMENTO COMUNITÁRIO

A SGSUS realiza uma palestra como fase obrigatória do processo, em data anterior ao casamento, cujo objetivo é esclarecer sobre assuntos relevantes para os casais, tais como: proteção da família, garantias dos direitos patrimoniais e sucessórios, comunicação eficaz e resolução de conflitos, visando minimizar litígios futuros entre os participantes. A Secretaria Geral convida um Magistrado voluntário do PJeRJ para ministrar a palestra ora citada.

As palestras do Casamento Comunitário tiveram a participação do Dr. Gilberto de Mello Nogueira Abdelhay Junior, juiz da 1ª Vara de Família da Capital, nos dias: 22 de maio com 96 participantes, 17 de agosto com 274 participantes e no dia 3 de novembro com 102 participantes.



9.4.15 CASAMENTO COMUNITÁRIO NO TJRJ

O Casamento Comunitário faz parte do conjunto de ações desenvolvidas pela SGSUS em prol do pleno exercício da cidadania. No evento ora citado, é realizada a conversão da união estável em casamento para pessoas que comprovadamente já coabitam, são hipossuficientes e residentes no Estado do Rio de Janeiro.

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Os participantes se inscrevem na Secretaria Geral e é elaborada uma lista de espera. Conforme os eventos acontecem, os inscritos são chamados para a entrega e para a conferência da documentação pela equipe do Serviço de Acessibilidade e Programas Sociais (SEAPS).

Cumpre informar que esta ação é uma parceria com a Catedral do Estado do Rio de Janeiro, desde 2015.



Casamentos realizados em 2025:

- 28/05/2025 – Museu da Justiça — 48 casais
- 23/08/2025 – Arquidiocese do Rio de Janeiro — 198 casais
- 12/11/2025 – TJRJ (auditórios Nelson Ribeiro Alves e Antônio Carlos Amorim) — 51 casais

9.4.16 PROGRAMA JUSTIÇA CIDADÃ

É um eixo institucional que reúne projetos e serviços que facilitam o acesso da população ao Judiciário, promovem inclusão social e ampliam o exercício de direitos. Atua tanto em ações itinerantes, levando serviços a localidades distantes ou carentes, quanto em ações permanentes dentro da estrutura do Tribunal.

A Justiça Cidadã se alinha ao Mapa Estratégico do PJERJ, ao macrodesafio Garantia dos Direitos Fundamentais e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente os ODS 1, 3, 5, 10, 16.





RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE SOCIAL (SGSUS)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

PALESTRAS DA JUSTIÇA CIDADÃ

Turma Barra Mansa

05/06/2025 – Palestra “Organização Judiciária, Estrutura do Poder Judiciário” – Palestrantes: Dr. Hindenburg Kohler Brasil Cabral Pinto da Silva – Juiz Titular da 1ª Vara Cível de Resende, com 80 participantes.

10/06/2025 – Palestra “Direito Penal” – Palestrante: Dr. Raphael Barilli – Juiz Titular da 1ª Vara Criminal de Barra Mansa, com 70 participantes.

12/06/2025 – Palestra “Criminal” – Palestrante: Dr. Francisco das Chagas Bruno – Promotor de Justiça, com 59 participantes.

17/06/2025 – Palestra “Responsabilidade Civil” – Palestrante: Dra. Raquel de Andrade Teixeira Cardoso – Juíza Titular da 2ª Vara Cível de Volta Redonda, com 55 participantes.

24/06/2025 – Palestra “Direito das Famílias” – Palestrante: Dra. Anna Carolinne Licasalio da Costa – Juíza Titular da 1ª Vara de Família de Barra Mansa, com 50 participantes.

26/06/2025 – Palestra “Violência Doméstica” – Palestrante: Dr. William Satoshi Yamakawa – Juiz Titular da 2ª Vara Criminal e JECRIM/VD de Barra Mansa, com 59 participantes.

01/07/2025 – Consumidor – Palestrante: Diego Ziemiecki – Juiz Titular da 3ª Vara Cível de Barra Mansa.

03/07/2025 – Juizado Especial Cível – Dra. Denise Maeda Ferrari – Juíza Titular do JEC Barra Mansa.

08/07/2025 – Defensoria Pública e Ministério Público – Dra. Defensora Maria Goreti Ramos Rodrigues e Dra. Promotora Anna Carolina Matoso Pontual.

“Aulões” Extra – Barra Mansa

14/08/2025 –Direito do Consumidor– Desembargadora Cristina Tereza Gualia, com 80 participantes.

22/09/2025 – Direito Penal e Processo Penal – Palestrante: Dr. Francisco de Assis Machado–Promotor de Justiça, com 78 participantes.

30/09/2025 –Letramento Racial– Palestrante: Luena de Oliveira Lage, psicóloga, servidora municipal e coordenadora do Centro de Referência de Promoção de Igualdade racial e do Centro de Atendimento à População LGBTQIA+da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos de Barra Mansa, com 83 participantes.

20/10/2025 –Política Pública de Assistência Social (SUAS), com 35 participantes.

05/11/2025 –Educação Financeira Parte 1, Palestrante :Felipe Goulart , com 57 participantes.

12/11/2025 –Educação Financeira Parte 2, Palestrante :Felipe Goulart com 50 participantes.

17/11/2025 – Palestra “Subregistros” – Palestrante: Susam Silva Lopes de Azevedo–, com 50 participantes.

Turma Três Rios

06/08/2025 – Palestra “Abertura/Poder Judiciário Apresentação da página do TJ, sistema de consulta” Palestrantes: Des. Tereza Cristina Gaulia e Dra. Elen de Freitas Barbosa – Juíza Coordenadora do CEJUSC-TRI, com 78 participantes.

08/08/2025 – Palestra “Defensoria Pública e Ministério Público” – Palestrantes: Dr. Gustavo Santana Nogueira e Dra. Verônica Santos Carvalho – Promotor de Justiça e Defensora Pública, respectivamente, com 78 participantes.

13/08/2025 – Palestra “Código de Defesa do Consumidor, Juizados Especiais e Responsabilidade Civil” Palestrante: Dra. Mariana Krygier – Juíza Leiga, com 74 participantes.

15/08/2025 – Palestra “Direito das Famílias, Investigação de Paternidade, Alimentos” – Palestrante: Dra. Mara Grumbach Mendonça – Juíza de Direito, com 67 participantes.

20/08/2025 – Palestra “Direito Civil – Contratos, Posse e Propriedade” – Palestrante: Dr. Eduardo Buzzinari Ribeiro de Sá – Juiz de Direito, com 67 participantes.

22/08/2025 – Palestra “Direito Sucessório, interdição” – Palestrante: Dr. Luiz Fernando Ferreira de Souza Filho – Juiz de Direito, com 59 participantes.

27/08/2025 – Palestra “Direito Penal (noções gerais) e Tribunal do Juri” – Palestrante: Dra. Ana Carolina Gantois Cardoso – Juíza de Direito, com 67 participantes.

29/08/2025 – Palestra “Direito Eleitoral, Direito Constitucional – Direitos Fundamentais” – Palestrantes: Dr. Gabriel



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE SOCIAL (SGSUS)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Braz Righi e Dr. Guilherme Januzzi – Advogados, com 64 participantes.

03/09/2025 – Palestra “Estatuto do Idoso, Estatuto da Criança e do Adolescente” – Palestrante: Dr. Vinícius Ribeiro – Promotor de Justiça, com 64 participantes.

05/09/2025 – Palestra “Lei Maria da Penha e Lei Henry Borel” – Palestrante: Dra. Elen de Freitas Barbosa, com 54 participantes.

10/09/2025 – Palestra “Técnicas Alternativas de Solução de Conflitos” – Palestrantes: Luiza Helena Corrêa e Luis Fernando Rodrigues Véo – Chefe do CEJUSC-TRI e Servidor do TJRJ, respectivamente, com 70 participantes

12/09/2025 – Palestra “Atribuições dos cartórios extrajudiciais, Registro Civil” – Palestrante: Bruna Gama, Vanessa Brodt Martins e Cynthia Brodt Martins, RE Cartório Registro Civil, Escrevente do RCPN de Três Rios e Escrevente Substituta do RCPN de Três Rios, respectivamente, com 86 participantes.

47ª Turma da Justiça Cidadã- Capital (1ª Turma Híbrida)

02/10/2025 – Palestra “Abertura/Organização Juciária/ Poderes da República/ Pode Judiciário, Palestrante: Alexandra Boechat, com 58 participantes presenciais e 136 participantes virtuais.

07/10/2025 – Palestra “Defensoria Pública e Advocacia” – Palestrante: Dr. Lucas do Vale Pattitucci, Defensor Público, com 52 participantes presenciais e 117 participantes virtuais.

09/10/2025 – Palestra “Justiça Eleitoral” – Palestrante: Desembargadora Katia Valverde Junqueira, com 43 participantes presenciais e 89 participantes virtuais.

14/10/2025 – Palestra “CEJUSC, Mediação Pré-processual e CEJUSC Superendividados” – Palestrante: Dra. Marcia Calainho– Juíza de Direito, com 45 participantes presenciais e 120 participantes virtuais.

16/10/2025 – Palestra “Mediação, Conciliação, Justiça Restaurativa e Justiça Multiportas” – Palestrante: Mediadora Naura dos Santos Americano, com 41 participantes presenciais e 299 participantes virtuais.

21/10/2025 – Palestra “Direito Antidiscriminação” – Palestrante: Dra. Carla Watanabe, com 39 participantes presenciais e 125 participantes virtuais.

23/10/2025 – Palestra “Direito Digital e Proteção de Dados” – Palestrante: Dr. Walter Capanema, com 37 participantes presenciais e 122 participantes virtuais.

27/10/2025 – Juristur– Palestrantes: Dr. Joel Pereira dos Santos– Juiz de Direito, com 435 participantes.

04/11/2025 – Palestra “Direitos Humanos, Convenções e tratados Internacionais” – Palestrante: Dra. Ana Paula Delgado, com 37 participantes presenciais e 122 participantes virtuais .

06/11/2025 – Palestra “Acesso à Justiça/Justiça Itinerante/JECíveis” – Palestrante: Dr. Vitor Moreira Lima, Juiz de Direito, com 29 participantes presenciais e 74 participantes virtuais.

11/11/2025 – Palestra “ Bioética/Biodireito/Direito da Pessoa Idosa” – Palestrante: Desembargadora Maria Aglaé Tedesci Vilardo, com 35 participantes presenciais e 75 participantes virtuais.

13/11/2025 – Palestra “Lei Maria da Penha/Feminicídio/Violência Doméstica contra Mulheres” – Palestrante: Dra. Miriam Basilio, com 33 participantes presenciais e 75 participantes virtuais.

24/11/2025 – Palestra “Estatuto da Criança e do Adolescente e Violência Sexual contra meninos e meninas” – Palestrante: Dra. Lysia Maria Rocha Mesquita– Juíza de Direito, com 28 participantes presenciais e 73 participantes virtuais.

25/11/2025 – Palestra “Direito do Consumidor” – Palestrante: Desembargadora Cristina Tereza Gualia, com 39 participantes presenciais e 67 participantes virtuais.

27/11/2025 – Palestra “Direito Ambiental e Climático/ Racismo Ambiental, Mudanças Climáticas e Descarbonização” – Palestrante: Felipe Fleury Correa e Felipe Santos Dutra– Servidores, com 28 participantes presenciais e 65 participantes virtuais.

02/12/2025 – Palestra “Direito Criminal/ Tribunal do Juri” – Palestrante: Dra Lúcia Glioche, Juíza de Direito

04/12/2025 – Palestra “Estatuto da Pessoa com deficiência e os Direitos de Acessibilidade aos Deficientes Físicos e Mentais” – Palestrante: Desembargadora Regina Passos

09/12/2025 – Palestra “Cartórios extrajudiciais” – Palestrante: Dra. Luiza Castro

11/12/2025 – Palestra “Juizados Especiais e Responsabilidade Civil” – Palestrante: Dr. Paulo Feijó– Juiz de Direito,

16/12/2025 – Palestra “Projetos de Inclusão Social e Encerramento” – Palestrante: Renata Victorino, Diretora da DIISO.



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE SOCIAL (SGSUS)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

9.4.14 SEMINÁRIO AA

O evento faz parte de uma das ações previstas no Acordo de Cooperação, celebrado entre o Escritório de Serviços Locais de Alcoólicos Anônimos no Rio de Janeiro – ESL/RJ e este Egrégio Tribunal de Justiça, posteriormente renovado em 2023 e atualmente, renovado mais uma vez. O convênio tem como objetivo a cooperação mútua para a realização de palestras, nas modalidades presencial ou à distância (EAD), multiplicando o conhecimento sobre o tema do alcoolismo e o programa de recuperação dos Alcoólicos Anônimos.

Em 25 de junho de 2025, foi realizado o seminário AA: “Superação e Recomeço – Enfrentando o Alcoolismo na Vivência PCD”, com a participação dos palestrantes Dr. Douglas Manassés, Dra. Georgia Rodrigues e Aparecida Pereira Leite, além de depoimentos de membros do AA e AL-ANON. Ao todo, 305 pessoas participaram do encontro.



Em 17 de setembro, ocorreu o segundo seminário: “Alcoolismo no Ambiente de Trabalho”, com as palestrantes Dra. Amélia Cristina, Dra. Gabriela Henrique e Dra. Selene Franco Barreto, reunindo 98 participantes.

9.4.15 PROGRAMA BEM-ME-QUER



O programa “Bem-me-Quer” oferece aos juízes das Varas de Família a possibilidade de encaminhar as partes envolvidas em processos litigiosos — como separação, divórcio, união estável, alimentos e guarda dos filhos — para grupos de reflexão. O objetivo é sensibilizar pais, mães e familiares sobre os impactos emocionais negativos e prolongados que os conflitos judiciais podem causar aos filhos. No ano de 2025, foram realizadas 22 palestras, beneficiando 134 litigantes encaminhados pelas Varas de Família.

Cartilha: <https://www.tjrj.jus.br/documents/5736540/6207821/cartilha-bem-me-quer.pdf?v01>

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

9.5 PROGRAMAS DE INCLUSÃO SOCIAL

A Secretaria Geral de Sustentabilidade e Responsabilidade Social desenvolve programas com foco na promoção da inclusão social, no apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade e na busca por transformações que favoreçam a melhoria da qualidade de vida. Esses programas têm como metas principais a capacitação profissional, o incentivo à educação e o estímulo à participação em atividades sociais e culturais. Para sua execução, contam com a parceria de diversas instituições que colaboram no acompanhamento e desenvolvimento das ações.

Em 2025 estiveram ativos os projetos: Jovens Mensageiros, Justiça pelos Jovens, Começar de Novo e Inclusão Legal, além dos subprogramas Estudar para Qualificar, Informática para Todos e Circuito Cultural.



No dia 13 de abril 2025, integrantes dos projetos sociais participaram da palestra: "É tempo de lembrar das mulheres vítimas de violência doméstica", no Auditório Antônio Carlos Amorim.

9.5.1 JOVENS MENSAGEIROS

Destinado a jovens de 18 a 24 anos em situação de vulnerabilidade social, o projeto tem como finalidade promover a inclusão e a capacitação profissional por meio de experiência supervisionada no desempenho de atividades de apoio à mensageria do PJERJ. A iniciativa também estimula o aprimoramento da escolaridade, favorecendo a reorganização da vida dos participantes e de seus familiares. Além disso, contribui de forma significativa para a execução das atividades de remessa de expedientes no Tribunal.

No total, 118 jovens participaram do programa no ano de 2025.

Portal: [Jovens Mensageiros](#)



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE SOCIAL (SGSUS)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.



Portal: [Jovens mensageiros](#)

ANÁLISE CRÍTICA

Ao longo de 2025, o Programa Jovens Mensageiros desenvolveu ações sistemáticas voltadas ao acompanhamento psicossocial, ao suporte pedagógico e ao desenvolvimento pessoal e profissional dos jovens participantes. As atividades incluíram atendimentos individuais e coletivos, contatos contínuos por diferentes canais, reuniões com foco na escuta ativa e no desenvolvimento de competências socioemocionais, além de visitas técnicas às unidades de lotação para monitoramento do desempenho e intervenções pontuais. O acompanhamento sociopedagógico priorizou a permanência dos jovens no projeto, o incentivo à elevação da escolaridade e a participação em cursos de qualificação.

No primeiro semestre, apesar da suspensão temporária de novas contratações por decisão da Alta Administração e da demora na recomposição da equipe técnica, os objetivos propostos foram alcançados, com desempenho dos participantes acima da meta estabelecida, todos com notas superiores a 7,0. Observou-se elevado engajamento na formação educacional e profissional, com comprovação de escolaridade e participação em ações de capacitação. Como fragilidade, registrou-se a não ocupação integral das vagas disponíveis, o que impactou o alcance social do projeto.

No segundo semestre, houve recomposição do quadro, com a contratação de 46 novos participantes, resultando na ocupação integral dos 100 postos de trabalho previstos no Plano de Trabalho. Destaca-se a ampliação da atuação dos jovens na modalidade de apoio administrativo, que obteve adesão positiva das serventias. Foram intensificadas as reuniões com chefias, a supervisão técnica, a elaboração de relatórios de acompanhamento e o controle sistemático da frequência. Como ação estratégica de qualificação, consolidou-se a parceria com o Navezinha Centro, em cogestão com o CIEDS, para a oferta de oficinas de informática, ampliando as competências e as perspectivas de inserção futura no mercado de trabalho.

Entre os pontos fortes do projeto, destacam-se a atuação qualificada da equipe técnica, o acompanhamento psicossocial reconhecido positivamente pelos participantes, o elevado comprometimento com a elevação da escolaridade e a ocupação plena das vagas. Como aspecto a ser aprimorado, identificou-se que a alta demanda decorrente dos processos seletivos impactou a regularidade do acompanhamento in loco, evidenciando a necessidade de reorganização da rotina de monitoramento.

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Conclui-se que o Programa Jovens Mensageiros apresentou desempenho satisfatório e consistente em 2025, cumprindo seus objetivos de formação cidadã, qualificação profissional e inserção no mundo do trabalho, com potencial de fortalecimento por meio da ampliação de parcerias, diversificação das atividades pedagógicas e expansão dos postos de trabalho, especialmente na área administrativa.

9.5.2 JUSTIÇA PELOS JOVENS

O programa oferece oportunidade profissional a jovens de 16 a 24 anos que estejam cumprindo ou tenham cumprido medidas socioeducativas, incentivando o desenvolvimento de suas potencialidades e a formação de novos valores. Eles atuam em unidades judiciais e administrativas como auxiliares administrativos.

No total, 91 jovens participaram do programa no ano de 2025.

Portal: [Justiça Pelos Jovens](#)



Jovens do programa "Justiça pelos Jovens" celebraram o encerramento de sua 1ª turma no Auditório Desembargador José Navega Cretton, no dia 2 de abril de 2025.

ANÁLISE CRÍTICA:

Ao longo de 2025, o Programa Justiça pelos Jovens desenvolveu ações contínuas voltadas ao acompanhamento psicossocial, ao fortalecimento dos vínculos e à preparação dos participantes para o mundo do trabalho. As intervenções priorizaram a escuta qualificada, atendimentos individuais e conjuntos (Psicologia e Serviço Social), rodas de conversa e acompanhamento sistemático nas serventias, possibilitando monitoramento próximo do desempenho, da frequência escolar e das necessidades apresentadas pelos jovens.

No primeiro semestre, foram realizados processos seletivos para novos participantes, palestras temáticas alinhadas à realidade do público atendido, Circuitos Culturais e atividades do subprojeto Porta de Saída, com encontros semanais voltados à preparação para o desligamento e à inserção no mercado de trabalho. A integração de uma psicóloga à equipe técnica ampliou a capacidade de intervenção e aprofundou o suporte oferecido. O número de participantes variou entre 35 e 45 jovens, e cerca de 70% obtiveram avaliação igual ou superior a 7,0, resultado considerado satisfatório diante do perfil atendido.

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

No segundo semestre, intensificaram-se as ações coletivas, como rodas de conversa de acompanhamento e finalização (“Portas Abertas”), além da inserção dos jovens em atividades da Escola de Mediação e em cursos do Navezinha Centro, por meio do CIEDS. Foram promovidas atividades culturais, visitas guiadas e encontros comemorativos, com foco no fortalecimento da autoestima e da cidadania. Destaca-se a atuação em rede com CREAS, DEGASE e CAPS, bem como o acompanhamento das ausências e as intervenções para redução do absenteísmo.

Entre os resultados alcançados, observou-se avanço significativo na percepção dos jovens sobre si mesmos, maior valorização da escolaridade, busca por cursos de aperfeiçoamento, compreensão da importância da documentação civil e fortalecimento do vínculo com a equipe técnica. Ressalta-se, ainda, a contratação de três jovens como terceirizados no âmbito do Tribunal de Justiça, impacto relevante diante das especificidades do público atendido.

Como pontos fortes, destacam-se o acompanhamento individualizado, a autonomia técnica para definição das intervenções, o apoio institucional da Direção, as parcerias estabelecidas (NUPEMEC e Navezinha) e as atividades culturais e educativas. Como desafios, permanecem a dificuldade de lotação dos participantes, a resistência de algumas serventias, a não ocupação da meta de 100 vagas, a composição incompleta da equipe técnica e o excesso de demandas administrativas atribuídas à equipe.

Como propostas de aprimoramento, recomenda-se fortalecer a sensibilização das serventias, ampliar a oferta de cursos básicos de informática e qualificação profissional, completar a equipe técnica, definir com maior clareza as atribuições profissionais, reduzir o retrabalho administrativo, padronizar os instrumentos de acompanhamento e garantir melhores condições institucionais para a realização dos atendimentos.

9.5.3 COMEÇAR DE NOVO

Com foco na reintegração social de pessoas oriundas do sistema prisional, o programa oferece oportunidades de trabalho no âmbito do PJERJ para ex-detentos que já cumpriram pena, estejam em liberdade condicional ou tenham recebido penas alternativas. O objetivo é contribuir para a reconstrução da vida desses indivíduos, promovendo sua inserção no mercado de trabalho e combate à vulnerabilidade socioeconômica.

No total, 69 pessoas participaram do programa no ano de 2025.

Portal: [Começar de Novo](#)



Roda de Conversa com os participantes do Programa Começar de Novo em 2025.



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE SOCIAL (SGSUS)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

ANÁLISE CRÍTICA:

O presente relatório apresenta uma análise crítica das atividades desenvolvidas no âmbito do programa Começar de Novo, iniciativa voltada à ressocialização, à reintegração social e à reinserção no mercado de trabalho de pessoas egressas do sistema prisional. Ao longo de 2025, nos primeiro e segundo semestres, as ações foram executadas conforme o plano de trabalho, com foco no acompanhamento técnico individualizado, na qualidade das intervenções e na oferta de suporte integral aos participantes, considerando suas dimensões pessoais, sociais e profissionais.

As atividades realizadas incluíram atendimentos psicossociais individualizados, supervisões nos postos de trabalho no Fórum da Capital e em unidades externas, orientações presenciais e remotas, reuniões com chefias e instituições parceiras, entrevistas e dinâmicas de grupo, avaliações periódicas, visitas técnicas para novas lotações, execução do subprojeto “Porta de Saída”, atividades pedagógicas, passeios culturais e elaboração de instrumentos técnicos. As intervenções priorizaram a escuta qualificada, o acolhimento, os encaminhamentos à rede de proteção social e o acompanhamento sistemático junto às unidades de lotação, além da promoção de ações culturais como estratégia de ampliação do repertório social e fortalecimento da cidadania.

A avaliação dos resultados indica desempenho satisfatório do projeto ao longo do ano. Embora a meta quantitativa de 100 participantes não tenha sido integralmente alcançada, por fatores institucionais alheios à equipe executora, os indicadores qualitativos foram amplamente positivos. Destaca-se que cerca de 90% dos participantes obtiveram avaliação igual ou superior a sete, superando a meta inicialmente estabelecida, o que evidencia elevado comprometimento dos beneficiários e a efetividade das ações desenvolvidas. Ressalta-se, ainda, o baixo índice de reincidência criminal, com registro de apenas um caso, bem como os desligamentos voluntários motivados pela inserção no mercado de trabalho, inclusive por meio de contratações em empresas terceirizadas do próprio Tribunal, o que reforça o impacto social do projeto.

Entre os pontos fortes identificados ao longo dos dois semestres, destacam-se o acompanhamento técnico individualizado, a atuação integrada da equipe psicossocial, o reconhecimento institucional do projeto pelas serventias, os resultados positivos na formação pessoal e profissional dos participantes e o fato de o Começar de Novo se manter, desde 2023, como o projeto com maior número de participantes terceirizados no âmbito do Tribunal de Justiça.

Por outro lado, foram identificados aspectos a serem aprimorados. No Circuito Cultural de 2025, observou-se menor atratividade dos locais selecionados, sendo recomendada a inclusão de pontos turísticos de maior relevância. Verificou-se, ainda, divulgação insuficiente dos projetos nos fóruns, o que impacta o interesse das serventias na disponibilização de vagas, bem como dificuldades operacionais decorrentes da desorganização da empresa terceirizada CIEDS. Soma-se a isso o excesso de retrabalho causado pela multiplicidade de planilhas, formulários e instrumentos com conteúdos semelhantes, indicando a necessidade de padronização e racionalização dos processos de monitoramento.

A análise diagnóstica aponta que as fragilidades identificadas decorrem, principalmente, da ausência de um planejamento mais estruturado das atividades de formação e qualificação profissional, especialmente no que se refere à oferta de cursos alinhados às demandas administrativas do Tribunal, bem como de limitações institucionais relacionadas à comunicação interna e à definição de fluxos de ingresso de novos participantes.

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Como propostas de aprimoramento, recomenda-se a criação de um cronograma anual de contratações, o fortalecimento da divulgação dos projetos junto às unidades do Tribunal, a ampliação das parcerias para a oferta de cursos de capacitação, a padronização dos instrumentos de acompanhamento e o mapeamento sistemático das necessidades dos participantes e da equipe técnica. Tais medidas visam garantir maior previsibilidade, continuidade das ações, ampliação dos postos de trabalho e fortalecimento dos resultados já alcançados.

Conclui-se que, apesar de desafios pontuais, o Programa Começar de Novo segue cumprindo de forma consistente seus objetivos, consolidando-se como uma política institucional relevante de justiça social, inclusão produtiva e transformação concreta das trajetórias de vida de pessoas egressas do sistema prisional.

9.5.4 INCLUSÃO LEGAL



O programa “Inclusão Legal” promove a inserção e reinserção no mercado de trabalho de pessoas com mais de 18 anos, incluindo mulheres em situação de violência doméstica, indivíduos em vulnerabilidade social, arrimos de família, pessoas com deficiência, idosos e refugiados regularizados.

No total, 108 pessoas participaram do programa no ano de 2025.

Programa: Inclusão Legal

ANÁLISE CRÍTICA:

O Programa Inclusão Legal tem como finalidade promover a inclusão social, a cidadania e a inserção no mercado formal de trabalho de pessoas em situação de vulnerabilidade social, mulheres em situação de violência doméstica e integrantes da população LGBTQIAPN+. Ao longo de 2025, o projeto consolidou ações voltadas ao acompanhamento psicossocial contínuo e à articulação de uma rede intersetorial de proteção e apoio, pautadas nos princípios do acolhimento, da diversidade e da garantia de direitos.

Durante o período, foram realizadas supervisões regulares, atendimentos sociais e psicológicos individualizados, orientações profissionais, ações formativas, palestras temáticas e atividades culturais, além de



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE SOCIAL (SGSUS)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

articulação constante com serviços de saúde, assistência social, educação e instituições especializadas. Destaca-se o suporte oferecido às chefias das unidades de lotação, contribuindo para uma integração mais qualificada dos participantes no ambiente institucional.

No que se refere aos resultados, foram realizadas avaliações semestrais com duas turmas. A contratação de 30 novos participantes no primeiro semestre reforça o processo de expansão e consolidação do projeto e, apesar de desligamentos pontuais por término contratual, o projeto mantém atualmente 80 participantes ativos, operando com sua capacidade máxima. Registra-se, ainda, a contratação de participantes para o quadro de trabalhadores terceirizados do Tribunal, inclusive de uma participante transexual, configurando avanço concreto na promoção da inclusão e na superação de barreiras institucionais.

Entre os pontos fortes, destacam-se o acompanhamento técnico individualizado, o fortalecimento das parcerias interinstitucionais, a melhoria qualitativa das palestras e ações formativas, o aumento gradual das contratações como terceirizados e o reconhecimento institucional do projeto, mesmo em seu curto período de implementação. Como aspectos a serem aprimorados, identificam-se a necessidade de maior padronização dos instrumentos de acompanhamento, a redução do retrabalho documental, a ampliação e qualificação das atividades culturais, o fortalecimento da divulgação interna, a maior integração entre equipe técnica e gestão e a avaliação da inclusão de profissional técnico-administrativo de apoio.

Conclui-se que o programa Inclusão Legal apresenta resultados positivos e consistentes, afirmando-se como instrumento relevante de inclusão produtiva, fortalecimento da autonomia e promoção de direitos, com potencial de aprimoramento e ampliação de seu impacto institucional e social.

9.5.5 CIRCUITO CULTURAL

A atividade tem como objetivo enriquecer a vivência dos participantes dos programas da Divisão de Ação Social e Acessibilidade, por meio de atividades culturais como visitas guiadas a museus e centros históricos. No ano de 2025, participaram do “Circuito Cultural” integrantes dos programas Jovens Mensageiros, Começar de Novo, Inclusão Legal e Justiça pelos Jovens.

Foram realizadas visitas guiadas ao Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB) nos dias 30 de maio, 25 de julho e 26 de setembro. Foram realizadas visitas guiadas ao Museu do Amanhã nos dias 27 de junho, 29 de agosto e 31 de outubro.



Os participantes dos programas de inclusão social do TJRJ visitaram exposições no CCBB

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

9.5.6 PROGRAMA INFORMÁTICA PARA TODOS

O programa “Informática para Todos”, destina-se à inclusão digital dos participantes dos programas sociais da SGSUS e de jovens de abrigos vinculados a I e II Vara de Infância e Juventude e Idoso da Capital. No ano de 2025, o programa funcionou nos meses de janeiro e fevereiro, com a formação de 29 participantes, nos cursos de Microsoft Office (Word, Excel e PowerPoint) e Formatação e instalação do Sistema Operacional Windows. O programa foi temporariamente descontinuado.



9.6 ACESSIBILIDADE

O Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro vem avançando de forma consistente na promoção da acessibilidade. Nesse contexto, destaca-se a atuação da Secretaria Geral de Sustentabilidade e Acessibilidade (SGSUS) como eixo estratégico e operacional das políticas institucionais, consolidando-se entre as principais unidades organizacionais responsáveis por estruturar, coordenar e implementar ações que garantem o acesso igualitário à Justiça.

A SGSUS se apresenta como o núcleo institucional que articula iniciativas destinadas a reduzir barreiras físicas, comunicacionais, sociais e atitudinais no Tribunal. Sua atuação é orientada por uma política integrada de sustentabilidade, responsabilidade social e acessibilidade, que amplia o alcance das ações do TJRJ e fortalece a cultura institucional.

AÇÕES REALIZADAS NO ANO DE 2025

9.6.1 EVENTO “COMPREENDENDO E TRANSFORMANDO A REALIDADE DO AUTISMO”

O evento ocorreu no dia 16 de abril do corrente ano, no Auditório Nelson Ribeiro Alves, das 14h às 18h, e foi aberto a servidores, colaboradores, magistrados e ao público externo. Contamos com 79 participantes presenciais.

Palestrantes: Dra. Roberta Oliveira da Silva Tassi – médica pediatra da Amil; Antoniel Bastos – presidente da Rede Incluir; Viviane Góes – pedagoga da Rede; Dra. Cláudia Márcia Vidal – juíza de Direito do Tribunal de Justiça do

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Estado do Rio de Janeiro e integrante da COMAI; e Andresa Belsito – psicóloga especialista da Amil.

O Dia Mundial de Conscientização sobre o Autismo, celebrado em 2 de abril, é uma oportunidade significativa para promover o entendimento e a inclusão das pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na sociedade.



O TEA é um distúrbio do desenvolvimento neurológico que afeta a comunicação, a interação social e o comportamento. Os sintomas podem variar amplamente, incluindo dificuldades de comunicação, comportamentos repetitivos e interesses restritos, sendo classificado em diferentes níveis de gravidade. O tratamento pode incluir terapia comportamental, apoio educacional e intervenções médicas.

No Brasil, cerca de 2 milhões de pessoas vivem com autismo. De acordo com o órgão de saúde Centers for Disease Control and Prevention (CDC), 1 em cada 36 crianças é diagnosticada com TEA. O país possui 36 mil alunos com autismo, segundo dados oficiais do Censo Escolar de 2023.

9.6.2 EVENTO “EMPREGABILIDADE: ACESSIBILIDADE E TRABALHO – UMA QUESTÃO DE PERTENCIMENTO SOCIAL”

O evento voltado para a empregabilidade da Pessoa com Deficiência (PCD) foi realizado em parceria com a Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência (SMPD) do Município do Rio de Janeiro. A iniciativa visa fomentar a conscientização e o debate acerca da inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, promovendo a equidade de oportunidades e proporcionando um espaço de aprendizado e diálogo sobre os desafios enfrentados por esse público, os avanços conquistados e as estratégias para promover a empregabilidade de forma equitativa e sustentável.



ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

A inclusão de PCDs no ambiente profissional é um tema de grande relevância, considerando os desafios enfrentados por essa população no acesso ao emprego, bem como a necessidade de políticas públicas e práticas organizacionais que assegurem condições justas e acessíveis. A legislação brasileira, por meio da Lei de Cotas (Lei nº 8.213/1991) e da Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), estabelece diretrizes para a inserção dessas pessoas no mercado de trabalho, reforçando a importância da acessibilidade e da adaptação dos espaços laborais.

A ação ocorreu nas dependências do Tribunal de Justiça, no dia 7 de maio, e contou com a participação de diversos órgãos públicos, tais como TRF, TRT, Ministério Público, Defensoria Pública e demais instituições convidadas para as mesas de debate, alcançando um total de 171 participantes.

9.6.3 PROGRAMA “SE SENSIBILIZE” – 1ª E 2ª EDIÇÕES

O programa tem por objetivo realizar palestras de sensibilização para atendimento humanizado às pessoas com deficiência (PCDs), denominadas “Se Sensibilize”, nas dependências deste Egrégio Tribunal de Justiça, com a idealização de encontros formativos. A falta de conhecimento e preparo para o atendimento às pessoas com deficiência constitui uma barreira significativa para a inclusão e o respeito à dignidade desse público. A ausência de práticas humanizadas impacta negativamente o atendimento, a comunicação e a efetividade dos serviços oferecidos no âmbito institucional.



Assim, a realização de palestras de sensibilização voltadas aos servidores e colaboradores do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro é fundamental para promover a conscientização sobre o atendimento adequado às pessoas com deficiência, abordando a legislação vigente — como a Lei nº 10.048/2000, que assegura prioridade no atendimento às pessoas com deficiência —, os diferentes tipos de deficiência (física, auditiva, visual, intelectual e múltipla) e a importância da ambientação inclusiva nos espaços públicos e de trabalho.

Ao longo do ano, a ação ocorreu no dia 14 de maio, com um total de 77 participantes, e no dia 16 de julho, com 130 colaboradores. As palestras foram ministradas pelo servidor Márcio Castro de Aguiar, diretor do Departamento de Acessibilidade e Inclusão Social, e pela colaboradora da SGSUS, Juliana Teixeira da Costa.

A última palestra do ano ocorreu no dia 19 de novembro, atingindo um total de 96 participantes. Nesta edição, tivemos a participação do superintendente de Ação para Pessoas com Deficiência da Subsecretaria de Políticas Inclusivas, Dr. Geraldo Nogueira, e teve por finalidade trazer uma nova abordagem sobre o mesmo assunto.





RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE SOCIAL (SGSUS)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não controlada.

9.6.4 EVENTO “10 ANOS DA LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO - AVANÇOS E DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA”

O evento ocorreu no dia 24 de julho do corrente ano, das 15h às 17h, através da Plataforma Teams, teve como público-alvo todos os colaboradores e servidores do Poder Judiciário e contou pontos junto à ESAJ para progressão funcional. Teve 300 participantes na plataforma.

A Lei Brasileira de Inclusão (LBI) entrou em vigor há 10 anos com o objetivo de assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoas com deficiência. Inspirada na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU, a LBI representa um avanço importante na luta contra o preconceito e a exclusão social, abordando questões como acessibilidade, educação inclusiva, mercado de trabalho, transporte, saúde e participação política.

Cartão de divulgação do evento "Os 10 anos da Lei Brasileira de Inclusão: avanços e desafios na implementação dos direitos das pessoas com deficiência". O evento ocorrerá em 24 de julho, das 15h às 17h, via plataforma TEAMS. Um botão indica "CLIQUE PARA ASSISTIR". Abaixo, são apresentados os palestrantes: Regina Lúcia Passos (Desembargadora), Dr. André Coelho (Mestre e Doutorando) e Dr. Geraldo Nogueira (Pós-graduado). Cada palestrante tem um tópico específico abordado no evento.

Palestrantes:

Dra. Regina Lúcia Passos, Desembargadora junto a 5ª Câmara de Direito Privado do TJRJ e Presidente da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão (COMAI).

Tema: 10 anos da LBI (Lei Brasileira de Inclusão): Temos motivos para comemorar?

Dr. André Coelho, Mestre e Doutorando em Direito Público e Evolução Social e Conselheiro do CONADE/MDHC.

Tema: Barreiras Invisíveis: O Desafio do Acesso à Justiça para Pessoas com Autismo

Dr. Geraldo Nogueira, Pós-graduado em Magistério Superior em Direito (UNESA), Doutor em Ciências Jurídicas e Sociais (Universidade do Museu Social Argentino) e Membro da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão (COMAI).

Tema: A LBI na prática: o que mudou na vida das pessoas com deficiência

9.6.5 SEMINÁRIO AA – “SUPERAÇÃO E RECOMEÇO: ENFRENTANDO O ALCOOLISMO NA VIVÊNCIA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

O evento faz parte de uma das ações previstas no Acordo de Cooperação, celebrado entre o Escritório de Serviços Locais de Alcoólicos Anônimos no Rio de Janeiro – ESL/RJ e este Egrégio Tribunal de Justiça, posteriormente renovado em 2023 e atualmente, renovado mais uma vez. O convênio tem como objetivo a cooperação mútua para a realização de palestras, nas modalidades presencial ou à distância (EAD), multiplicando o conhecimento sobre o tema do alcoolismo e o programa de recuperação dos Alcoólicos Anônimos.

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

No dia 25 de junho, através da plataforma TEAMS, foi realizado o seminário: “Superação e Recomeço - Enfrentando o Alcoolismo na Vivência da Pessoa com Deficiência”, com a presença dos palestrantes: Douglas Manassés – Superintendente Terapêutico de Políticas Inclusivas da Casa Civil do Governo do Estado do Rio de Janeiro, Aparecida Pereira Leite – audiodescritora, consultora e formadora, Geórgia Rodrigues – diretora de criação e produtora da Inclusive Acessibilidade Produção Cultural e depoimentos pessoais de membros do AA e AL-ANON. O evento contou com 350 participantes.



9.6.6 PROJETO “CONHECENDO LIBRAS”

O desconhecimento da Língua Brasileira de Sinais (Libras) representa uma barreira significativa para a comunicação e a inclusão social das pessoas surdas. A ausência dessa competência impacta negativamente o atendimento, a interação e a prestação de serviços no âmbito Institucional.

Realização de um curso básico introdutório de Libras para as equipes atuantes no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro é essencial para promover um ambiente mais acessível, acolhedor e respeitoso, fortalecendo práticas de inclusão e cidadania e contribuindo para o cumprimento das normas de acessibilidade vigentes.

As turmas contam com 30 vagas, destinadas prioritariamente aos colaboradores das áreas que realizam atendimento direto ao público no Fórum Central. A seleção dos participantes visa garantir que os conhecimentos adquiridos no curso sejam aplicados de forma imediata e efetiva na rotina de atendimento, promovendo um ambiente mais acessível, inclusivo e acolhedor para a comunidade surda.

No ano de 2025 tivemos duas turmas de libras: a primeira ocorreu entre os dias 23 de julho a 20 de agosto e contou com a participação de 29 colaboradores/ servidores e a segunda turma foi realizada no período de 05 a 26 de novembro com 30 participantes.

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.



9.6.7 PARTICIPAÇÃO NO II ENCONTRO NACIONAL DO COMITÊ DOS DIREITOS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO ÂMBITO JUDICIAL

O evento foi realizado nos dias 25 e 26 de agosto de 2025, nas dependências do Tribunal Superior do Trabalho (TST), em Brasília. A iniciativa instituída pela portaria CNJ 222 de 23 de junho de 2022, busca promover a inclusão e a acessibilidade no sistema Judiciário Brasileiro.

O diretor do Departamento de Acessibilidade e Inclusão Social, sr. Marcio Castro de Aguiar e a Diretora da Divisão de Acessibilidade, sra. Claudia Brogno Marques Linhares, estiveram presentes no evento supracitado. A importância da participação ativa na ação buscou fortalecer a atuação do TJRJ em políticas inclusivas, além de promover o intercâmbio de experiências e o aprimoramento das ações de acessibilidade no âmbito deste PJeRJ. Ressaltamos que o sr. Marcio Castro atuou como um dos palestrantes convidados na Mesa “Estado da Arte: Acesso, Permanência e Ascensão de Pessoas com Deficiência no Judiciário.”



ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

9.6.7 EVENTO “ 10 ANOS DA LBI – JUSTIÇA E INCLUSÃO EM MOVIMENTO”

O evento foi realizado em comemoração aos 10 anos da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI). A iniciativa visa fomentar a conscientização e o debate acerca dos avanços e desafios da legislação no Brasil.

Sancionada em 06 de julho de 2015, a LBI, também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146) é um marco legal que estabelece os direitos das pessoas com deficiência no Brasil e define as obrigações do Estado e da sociedade para garantir sua plena participação em igualdade de condições com as demais pessoas. Inspirada na Convenção da ONU sobre os direitos da pessoa com deficiência, a legislação ora citada trata de temas como: acessibilidade, educação inclusiva, trabalho, saúde, transporte, comunicação e autonomia, incluindo direito à tomada de decisão apoiada. A lei representa um avanço na luta anticapacitista e na construção de uma sociedade mais justa, diversa e democrática.

O Seminário Interinstitucional ocorreu no dia 12 de setembro, no Auditório Des. José Navega Cretton, em parceria com as Comissões Permanentes de Acessibilidade e Inclusão de diversos Órgãos Públicos, a saber: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, Tribunal Regional do Trabalho (1ª região), Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro, Ordem dos Advogados do Brasil, Tribunal Regional Federal (2ª região), Defensoria Pública do Estado do Rio De Janeiro, bem como a Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão deste PJeRJ.



Ressaltamos que o evento contou com 3 mesas de debate, além da mesa de abertura com diversas autoridades, inclusive o Exmº Des. Presidente deste TJRJ e por fim, a mesa de encerramento. Tivemos um total de 178 participantes presenciais e mais de 200 pessoas acompanharam ao vivo pelo canal do TJRJ no *Youtube*.

9.6.8 EVENTO “ AÇÃO SOCIAL EM HOMENAGEM AO DIA NACIONAL DE LUTA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA”

O evento ocorreu nos dias 24 e 25 de setembro do corrente ano, na lâmina III e arredores, contando com a participação de diversas entidades de Âmbito Federal, Estadual e Municipal, com o objetivo de promover cidadania, acesso a serviços essenciais e integração entre os órgãos públicos e a sociedade às pessoas com deficiência, promovendo a conscientização, o respeito à diversidade a construção de uma sociedade mais inclusiva. Foram realizadas, ainda, palestras e rodas de conversas com o objetivo de abordar temas relevantes sobre a inclusão, acessibilidade e os direitos das pessoas com deficiência (PcD). Além disso, foram incluídas atividade lúdicas pensadas para entreter e envolver todos os participantes, tais como: Embaixadores da Alegria, Cosplay, Coral de surdos e o Coral do TJRJ.

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Registrou-se 4.322 atendimentos durante a ação, contemplando um total de 714 pessoas que buscaram serviços. A média foi de 6,0 atendimentos por pessoa, refletindo alto aproveitamento da oferta. Além disso, 345 pessoas participaram das palestras realizadas nos dois dias, evidenciando o engajamento do público e a eficácia do modelo integrado.

Cumpre ressaltar que o eixo Saúde e Qualidade de Vida se confirmou como um dos mais procurados pelo público, demonstrando a relevância dos atendimentos médicos, orientações preventivas e ações de promoção da saúde.

É fundamental manter e fortalecer as parcerias consolidadas neste ano, especialmente com a Mútua dos Magistrados e a Secretaria Municipal de Saúde, além de buscar novas colaborações com instituições e programas especializados na área da saúde física, mental e nutricional.



Esse resultado reflete a capacidade do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, por meio da SGSUS e do DEAIS, de aproximar-se de segmentos sociais com menor acesso a políticas públicas, ampliando o alcance das ações institucionais de inclusão.

9.6.9 PROJETO “PESSOAS IDOSAS NO PODER”

O projeto consiste na realização de visita mediada pelo Museu deste Egrégio Tribunal de Justiça para um grupo de idosos da Casa Retiro dos Artistas. A iniciativa trata-se de uma homenagem ao Dia Nacional da Pessoa Idosa (1º de outubro), que busca reconhecer a relevância dos idosos em nossa sociedade, promovendo acolhimento, memória e cidadania.

A proposta dialoga com os princípios do Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741/2003) e com as diretrizes de atendimento prioritário previstas na Lei nº 10.048/2000, reforçando o compromisso institucional com a acessibilidade, o respeito e o tratamento humanizado.



A ação ocorreu no dia 08 de outubro de 2025, nas dependências do PJERJ, com a participação de 10 idosos da Instituição supracitada.



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE SOCIAL (SGSUS)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não controlada.

9.6.10 PROJETO “PÍLULAS DO CONHECIMENTO”

Ao longo do ano de 2025 foram divulgados nos meios de comunicação do Pjerj, conteúdos de aprendizagem curtos e autossuficientes, projetados para transmitir informações de forma rápida e eficaz. As “pílulas” possuem conteúdos menores e breves, demandando um período menor de consumo e também de menos necessidade de recursos.

Ressaltamos que a escolha dos temas foi baseada no Calendário Inclusivo e neste ano, divulgamos material nos meses de abril sobre a Doença de Parkinson, em junho sobre o Dia do Orgulho Autista e no dia 03 de dezembro sobre o Dia Internacional da Pessoa com Deficiência.



9.6.11 PROJETO “BOLETIM JUSTIÇA SEM BARREIRAS”

Esse projeto foi desenvolvido em parceria com o Departamento de Difusão do Conhecimento (DEDIF/SGCON). No noticiário, são divulgadas informações sobre ações e conquistas que tornam o cotidiano mais inclusivo, com ele o leitor pode se manter atualizado sobre importantes decisões judiciais ligadas ao tema, assim como acerca de ações internas do TJRJ na área de acessibilidade e inclusão.



Ao longo do ano de 2025 foram desenvolvidas três edições do boletim.

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

9.6.12 EVENTO “ AÇÃO SOCIAL JUSTIÇA PARA A PESSOA IDOSA”

A Ação Social “Justiça para a Pessoa Idosa”, foi solicitada pela Excelentíssima Desembargadora Maria Aglaé Tedesco Vilardo, da Coordenadoria Judiciária de Articulação das Varas da Infância, da Juventude e do Idoso - CEVIJ. O evento, parceria entre o Núcleo de Atenção e Promoção dos Direitos da Criança, do Adolescente e da Pessoa Idosa (NUCAPI) e a SGSUS, ocorreu no dia 10 de dezembro de 2025, das 10h às 17h, no Anexo da Lâmina III do PJERJ.

A ação foi voltada para o atendimento às pessoas idosas e contou-se com a participação de entidades de Âmbito Federal, Estadual e Municipal, com o objetivo de promover cidadania, acesso a serviços essenciais e integração entre os órgãos públicos e as pessoas idosas, bem como a realização de palestras e rodas de conversa.

A ação teve uma grande procura, o que demonstra que há uma demanda reprimida para este público,. Em um único dia de evento, chegou-se a 1720 atendimentos, com destaque para a Justiça Itinerante, FAETEC, Mútua dos Magistrados, OAB e Defensoria Pública.



9.6.13 OUTRAS REALIZAÇÕES EM 2025:

- Criação de um canal próprio na Ouvidoria para Tratamento de reclamações a respeito de Acessibilidade e Inclusão;
- Implementação de mecanismos eficazes para a identificação de pessoas com deficiência envolvidas em processos judiciais e administrativos, esta etapa passou a ser obrigatória para o andamento do processo;
- Atualização dos Símbolos de Acessibilidade;
- Criação no SEI de tipo de processo ‘Acessibilidade’;
- Trabalho em conjunto com a Engenharia para alteração no cronograma de obras de acessibilidade para todos os Fóruns;
- Realização de visitas nos diversos Fóruns para a análise das condições de acessibilidade, emitindo relatórios;
- Criação do Projeto “Comunicação Acessível para todos”;
- Criação do Projeto de interesse “Inclusão sem barreiras”;
- Criação do Projeto “Talentos sem barreiras”
- Participação em reuniões da Comissão Permanente de Inclusão Social (COMAI);
- Acompanhamento e encaminhamento de processos oriundos da COMAI



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE SOCIAL (SGSUS)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

10. AGILIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

10.1 GESTÃO ADMINISTRATIVA

As parcerias, convênios e demais ajustes formalizados com Organizações da Sociedade Civil (OSCs), órgãos públicos diversos e outros entes constituem um dos mecanismos utilizados para viabilizar ações de cunho social e ambiental.

No total, 138 processos foram autuados sob demanda na Divisão de Gestão Administrativa (DIGAD) e no Serviço de Instrução de Convênios e Contratos (SEINC), relacionados às OSCs e às suas atividades, em maior ou menor medida, durante o transcurso do exercício de 2025.

A DIGAD e o Serviço às Penas e Medidas Alternativas (SEGPA) prestam auxílio, na condição de órgãos técnicos, em 229 (duzentos e vinte e nove) convênios/acordos de cooperação que têm por finalidade encaminhar, por meio das Centrais de Penas e Medidas Alternativas, beneficiários das penas ou medidas alternativas aplicadas pelos Juízos Criminais às entidades ou órgãos públicos, a fim de dar efetividade ao caráter socioeducativo das referidas penas e medidas. Dentre esses, 35 (trinta e cinco) ajustes foram formalizados ao longo do exercício de 2025, havendo ainda 43 (quarenta e três) convênios/acordos de cooperação em processamento na divisão/serviço respectivo, além de 13 (treze), em processamento em outras unidades, já com passagem pelo SEGPA e com retorno previsto para a finalização dos procedimentos de formalização — fato que reforça o compromisso do TJRJ com as ações de ressocialização dos beneficiários.

10.2 SALDO DA CONTA DE PRESTAÇÃO PECUNIÁRIA JUDICIAL

A SGSUS, por meio de sua unidade organizacional denominada Serviço de Gerenciamento de Penas Pecuniárias (SEPEN), é responsável pelo acompanhamento dos valores depositados por meio da GRERJ Eletrônica, nos termos do art. 1º do Ato Executivo nº 1453/2014, que regulamenta as disposições contidas na Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 558/2024 sobre a matéria.

Tais valores devem ser destinados a entidades públicas ou privadas com finalidade social, ou que desempenhem atividades de caráter essencial à segurança pública, educação e saúde, desde que atendam às áreas vitais de relevante cunho social e tenham sede ou desenvolvam a atividade a ser custeada no Estado do Rio de Janeiro.

Tendo em vista a publicação do Edital nº 01/2025, relativo à seleção de entidades para recebimento de verbas oriundas das prestações pecuniárias, conforme autorização constante no Processo SEI 2025-06239780, coube ao SEPEN:

- o recebimento e a análise documental das entidades candidatas ao recebimento das verbas do respectivo fundo;
- a realização da inscrição de cerca de 374 instituições, bem como de seu respectivo cadastramento;



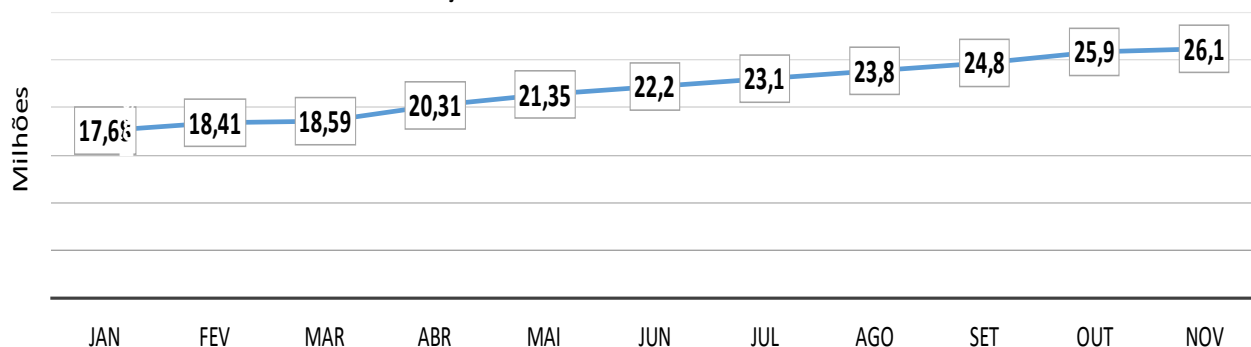
RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE SOCIAL (SGSUS)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

- o atendimento telefônico e por e-mails institucionais, além da realização de atendimentos presenciais a representantes de instituições interessadas, com o objetivo de orientar as candidatas sobre todas as etapas do procedimento de seleção;
- a realização de fiscalizações e a elaboração de pareceres acerca da viabilidade de habilitação das instituições candidatas;
- o acompanhamento das instituições contempladas no edital anterior (2022);
- a confecção de relatórios de Prestação Final de Contas referentes às instituições contempladas no Edital nº 01/2022, autorizado pelo Processo SEI 2022-06009606, com o objetivo de aferir se as entidades anteriormente contempladas alcançaram os objetivos pactuados e se os benefícios sociais gerados se adequaram às metas originalmente previstas.

Evolução do saldo dos valores arrecadados via GRERJ

Prestação Pecuniária Judicial - Ano 2025



10.3 PRESTAÇÃO DE CONTAS

As prestações de contas das parcerias firmadas entre o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ) e as Organizações da Sociedade Civil (OSCs), voltadas ao desenvolvimento dos Programas Sociais onerosos da Secretaria Geral de Sustentabilidade e Responsabilidade Social (SGSUS), são normatizadas pela Lei Federal nº 13.019/2014 e regulamentadas, no âmbito deste Tribunal, pelo Ato Normativo nº 06/2018 e pela Deliberação TCE-RJ nº 278/2017.

Nas atividades correlatas ao Serviço de Análise das Prestações de Contas (SEAPC), objetiva-se principalmente atuar e analisar, no âmbito do SEI, aspectos relativos à correta aplicação dos recursos repassados às OSCs conveniadas, por meio das prestações de contas mensais, anuais e finais. Também é prestado auxílio ao fiscal setorial e ao respectivo substituto na edição e instrução dos processos de Prestação de Contas das despesas custeadas com o cartão alimentação (Green Card) utilizado nos eventos geridos pela SGSUS.

Atualmente, encontram-se em execução os projetos “Justiça pelos Jovens”, “Começar de Novo”, “Inclusão Legal” e “Jovens Mensageiros”, todos destinatários de repasses mensais realizados em favor da OSC CIEDS, por meio de Notas



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE SOCIAL (SGSUS)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

de Débito encaminhadas ao SEAPC para análise de conformidade documental e controle de dados, sujeitas a posterior envio às demais UOs responsáveis pela liquidação e pelo pagamento.

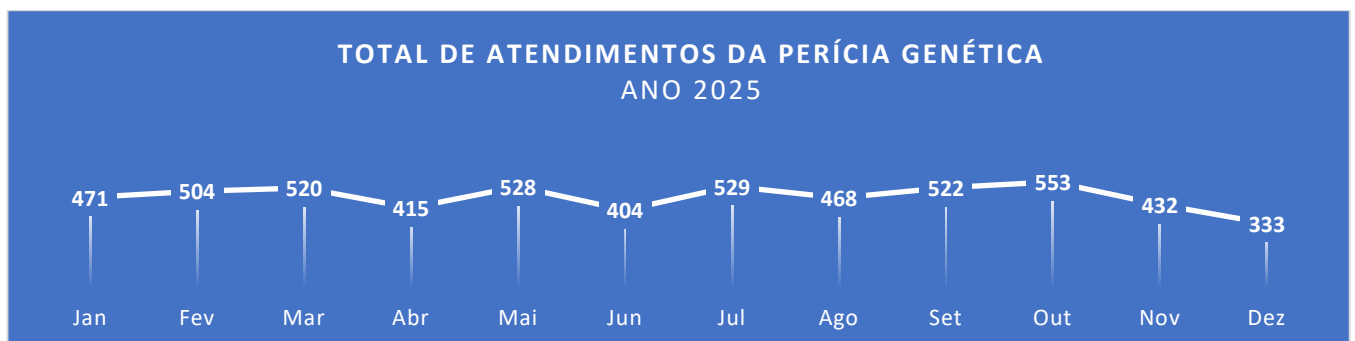
Anexa-se tabela que correlaciona os processos de prestações de contas — Notas de Débito e Processos de Prestação de Contas — recebidos, autuados, instruídos, analisados e encaminhados às UOs referidas, no período compreendido entre 7 de fevereiro de 2025 e a presente data.

Começar de Novo		Inclusão legal		Justiça pelos Jovens		Jovens Mensageiros		GreenCard
2025-06012622	2025-06281422	2025-06013771	2025-06278995	2025-06013454	2025-06283747	2025-06013339	2025-06281768	2025-06018643
2025-06017742	2025-06287971	2025-06244040	2025-06286480	2025-06017918	2025-06292337	2025-06243654	2025-06286477	2025-06273166
2025-06285521	2025-06299778	2025-06284688	2025-06299524	2025-06285317	2025-06302115	2025-06284613	2025-06299400	2025-06275150
2025-06287098	2025-06519500	2025-06286400	2025-06515910	2025-06286787	2025-06515914	2025-06286465	2025-06524301	2025-06295115
2025-06297859		2025-06306012	2025-06535093	2025-06297792	2025-06563110	2025-06297466		2025-06535093
2025-06532622		2025-06526573		2025-06531233		2025-06526422		
2025-06536333		2025-06532960		2025-06536335		2025-06532884		

10.4 PERÍCIAS GENÉTICAS

O programa é coordenado pelo Serviço de Perícias Genéticas (SEGEN), vinculado ao Departamento de Instrução Processual e Apoio Administrativo (DEIPA), e tem por finalidade regulamentar a realização de exames de tipagem por DNA para partes beneficiárias da assistência judiciária gratuita, conforme deferimento nos autos das ações judiciais das comarcas do Estado do Rio de Janeiro.

Entre janeiro e novembro de 2025, o SEGEN recebeu e cadastrou 5.679 (cinco mil, seiscentos e setenta e nove) solicitações de agendamento de exames de DNA.



Fonte: Serviço de Perícias Genéticas (SEGEN)

10.5 PERÍCIAIS JUDICIAIS

As perícias judiciais consistem na produção de provas técnicas realizadas por profissionais especializados — os peritos judiciais — com o objetivo de fornecer subsídios para a adequada solução das ações judiciais.

O Serviço de Perícias Judiciais (SEJUD), órgão administrativo regulamentado pela Resolução CM nº 2/2018 e vinculado ao DEIPA, é responsável pelo gerenciamento do cadastro de peritos judiciais e pela organização dos pagamentos das ajudas de custo destinadas a esses auxiliares da Justiça.

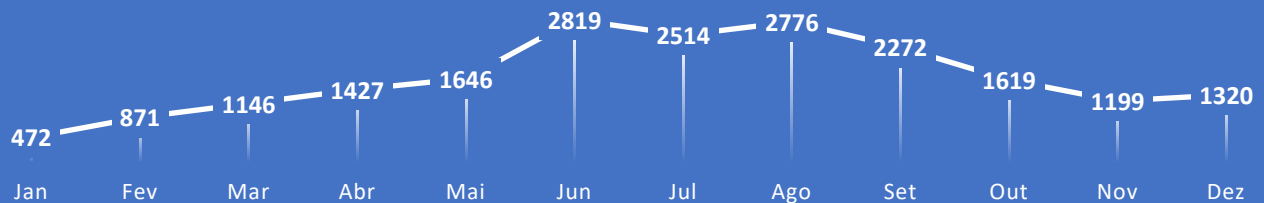


RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE SOCIAL (SGSUS)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

No período de janeiro a novembro de 2025, foram processadas 18.799 (dezoito mil, setecentos e noventa e nove) solicitações de pagamento a peritos, totalizando R\$ 13.281.509,18 (treze milhões, duzentos e oitenta e um mil, quinhentos e nove reais e dezoito centavos) em ajudas de custo.

TOTAL DE ATENDIMENTOS DA PERÍCIA JUDICIAL ANO 2025



Fonte: Serviço de Perícias Judiciais (SEJUD)

SOLICITAÇÃO DE PAGAMENTO - 2025 -

MÊS	PERCENTUAL	OFÍCIOS	VALOR DAS PLANILHAS
-	-	-	-
JANEIRO	2%	472	R\$ 307.323,27
FEVEREIRO	5%	909	R\$ 612.627,31
MARÇO	6%	1.146	R\$ 774.796,65
ABRIL	7%	1.427	R\$ 983.019,14
MAIO	8%	1.646	R\$ 1.127.779,55
JUNHO	15%	2.819	R\$ 2.003.810,81
JULHO	14%	2.514	R\$ 1.794.465,08
AGOSTO	15%	2.776	R\$ 1.988.148,21
SETEMBRO	12%	2.272	R\$ 1.639.485,44
OUTUBRO	9%	1.619	R\$ 1.177.632,54
NOVEMBRO	7%	1.199	R\$ 872.421,18
DEZEMBRO	0%	0	R\$ -
		18.799	R\$ 13.281.509,18



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE SOCIAL (SGSUS)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não controlada.

10.6 SERVIÇO DO CENTRO ESPECIALIZADO DE ATENÇÃO E APOIO ÀS VÍTIMAS DE CRIMES E ATOS INFRACIONAIS (SECAI)



O Centro Especializado de Atenção e Apoio às Vítimas de Crimes e Atos Infracionais (CAAV), registrado na Resolução TJ/OE nº 03/2025 como Serviço do Centro Especializado de Atenção e Apoio às Vítimas de Crimes e Atos Infracionais (SGSUS/SECAI), é um canal especializado de orientação às vítimas diretas e indiretas de crimes e atos infracionais. O objetivo é promover acolhimento social e psicológico, além do encaminhamento para a rede de serviços disponíveis.

Por meio de atendimento qualificado e escuta humanizada, a equipe multidisciplinar do CAAV busca garantir que pessoas que tiveram seus direitos violados acessem recursos e serviços para auxiliá-las no enfrentamento dos desafios decorrentes da violência.

A equipe multidisciplinar do TJRJ atua em diferentes frentes

- Orientação sobre direitos — encaminhamento formal para a rede de serviços públicos disponíveis na região, especialmente nas áreas jurídica, médica, psicológica, social e previdenciária;
- Fornecimento de informações e possível direcionamento aos programas de proteção a vítimas e testemunhas ameaçadas.

A página do CAAV, onde constam informações sobre o Centro e a Cartilha dos Direitos da Vítima, pode ser acessada no link:

<https://portaltj.tjrj.jus.br/web/guest/centro-especializado-de-atencao-e-apoio-as-vitimas-de-crimes-e-atos-infracionais-caav>

A estatística do CAAV pode ser acessada no Painel Íris, no link:

<https://portaltj.tjrj.jus.br/estatisticas/informacoes-e-estatisticas-da-area-administrativa/secretaria-de-sustentabilidade>

ATENDIMENTOS EM 2025

1.421 24%
Vs Ano ant.

VÍTIMAS EM 2025

887 39%
Vs Ano ant.

ENCAMINHAMENTOS EM 2025

438 2%
Vs Ano ant.



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE SOCIAL (SGSUS)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não controlada.

10.7 NÚCLEO DE APOIO TÉCNICO EM AÇÕES DE SAÚDE (NATJUS/RJ)

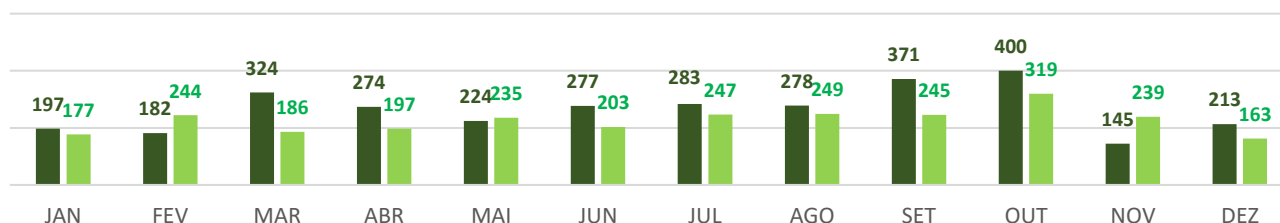
O programa foi desenvolvido por meio de parceria entre o TJRJ e a Secretaria Estadual de Saúde (SES), com a finalidade de prestar assessoria ao Judiciário na elaboração de pareceres técnico-normativos em pedidos de liminar e tutela provisória nas ações que visam ao fornecimento, pelo Poder Público, de medicamentos, insumos de saúde, tratamentos e procedimentos médicos não emergenciais.

A SGSUS é fiscal e gestora do convênio, sendo responsável pelo apoio administrativo e logístico, conforme Portaria nº 1976/2021, que dispõe sobre o funcionamento do NATJUS no âmbito do PJeRJ.

A equipe técnica do NATJUS/RJ elaborou, no ano de 2025, 5.496 pareceres, sendo 2.955 na Capital e 2.541 no interior do Estado.

PARACERES ELABORADOS NO ANO 2025

■ Capital ■ Interior

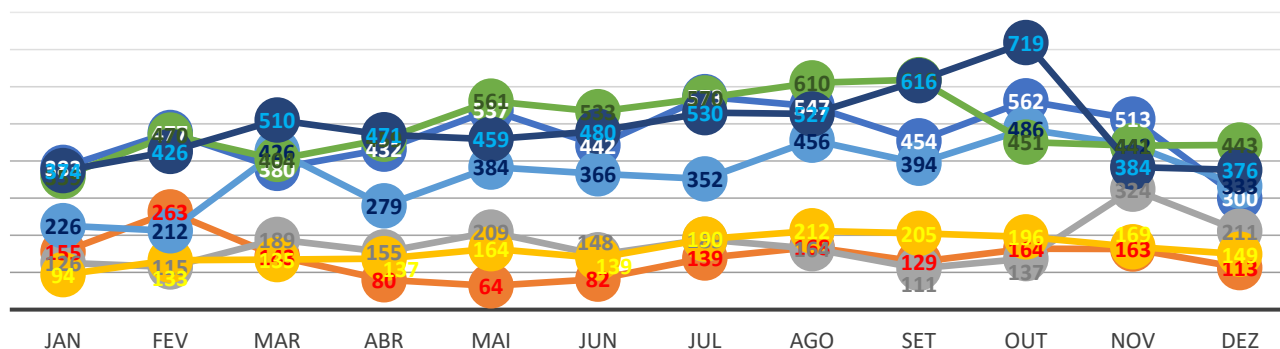


NATJUS

Total de pareceres elaborados

Fonte: NATJUS

— 2019 — 2020 — 2021 — 2022 — 2023 — 2024 — 2025



HISTÓRICO TOTAL ENTRE 2019 E 2025

ANO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
2019	383	477	380	432	537	442	573	547	454	562	513	300	5600
2020	155	263	143	80	64	82	139	168	129	164	163	113	1663
2021	126	115	189	155	209	148	189	164	111	137	324	211	2078
2022	94	133	135	137	164	139	190	212	205	196	169	149	1923
2023	226	212	426	279	384	366	352	456	394	486	442	333	4356
2024	359	470	404	459	561	533	570	610	619	451	441	443	5920
2025	374	426	510	471	459	480	530	527	616	719	384	376	5872



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE SOCIAL (SGSUS)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

11. PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE

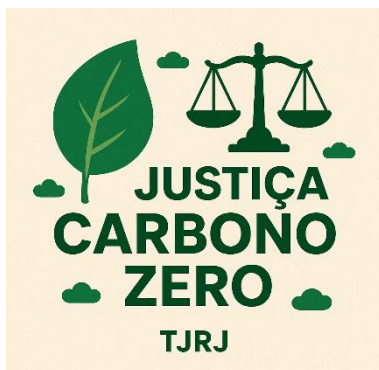
O direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, está previsto no artigo 225 da Constituição Federal. Esse direito impõe ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Portal da Gestão Ambiental do TJRJ:

<https://www.tjrj.jus.br/web/guest/institucional/projetosespeciais/gestao-ambiental>

11.1 ATIVIDADES DE SUSTENTABILIDADE

11.1.1 PROGRAMA JUSTIÇA CARBONO ZERO



Em alinhamento ao Programa Justiça Carbono Zero, instituído pelo Conselho Nacional de Justiça (Resolução nº 594/2024), o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro elaborou seu Plano Inicial de Descarbonização, coordenado pela SGSUS e pelo DESUS.

O documento estabelece diretrizes para a redução e compensação progressiva das emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) até 2030, em consonância com o ODS 13 da Agenda 2030 da ONU.

O plano contempla a identificação das fontes de emissões em toda a estrutura do Tribunal — 167 prédios, 81 comarcas e 14 fóruns regionais — conforme metodologia do Programa Brasileiro GHG Protocol. O inventário abrange emissões diretas (Escopo 1), emissões indiretas associadas ao consumo de energia elétrica (Escopo 2) e emissões decorrentes de deslocamentos aéreos a serviço do Tribunal (Escopo 3). O levantamento será verificado por instituição independente, garantindo precisão e transparência.

Para o biênio 2025/2026, o TJRJ assumiu metas específicas: conclusão do plano inicial; elaboração de inventário e completo de GEE; implementação de ações de redução, como substituição de lâmpadas por LED, ampliação de sistemas fotovoltaicos, projetos de eficiência energética, aumento do uso de etanol na frota, implantação de compostagem e incentivo à mobilidade sustentável; além de ações de compensação, como o reflorestamento de áreas do Tribunal.

A iniciativa marca o compromisso institucional com a mitigação das mudanças climáticas, a redução da pegada de carbono e o alcance da neutralidade de emissões até 2030, reforçando a responsabilidade socioambiental do Poder Judiciário fluminense.

O inventário foi concluído e formalizado no processo administrativo SEI nº 2025-06297252.

Inventário:



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE SOCIAL (SGSUS)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

<https://portaltj.tjrj.jus.br/documents/d/guest/inventariogee>

Plano de Descarbonização:

https://portaltj.tjrj.jus.br/documents/d/guest/plano_inicial_de_descarbonizacao

11.1.2 PLANO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS (PGRS)



O Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro cumpre a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/2010) e seu regulamento (Decreto 10.936/2022). O documento estabelece diretrizes para o correto manejo dos resíduos gerados nas unidades do Foro Central e no Depósito da Praça da Bandeira, integrando requisitos legais, métodos de controle e responsabilidades institucionais. As diretrizes foram estabelecidas no processo administrativo SEI 2023- 06101283.

O PGRS foi elaborado pelo DESUS com apoio técnico do CEMAI/UERJ e demais setores geradores ou responsáveis por resíduos. A metodologia envolveu

diagnóstico das rotinas, análise crítica e consolidação das diretrizes previstas na Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS):

[https://portaltj.tjrj.jus.br/documents/10136/246676692/Plano-de-Gerenciamento-de-Residuos-Solidos-TJRJ-](https://portaltj.tjrj.jus.br/documents/10136/246676692/Plano-de-Gerenciamento-de-Residuos-Solidos-TJRJ-Renumerado.pdf)

[Renumerado.pdf](https://portaltj.tjrj.jus.br/documents/10136/246676692/Plano-de-Gerenciamento-de-Residuos-Solidos-TJRJ-Renumerado.pdf)

PGRS busca:

- Formalizar todas as ações de gerenciamento de resíduos.
- Definir responsabilidades e fluxos operacionais.
- Garantir conformidade legal.
- Estabelecer metas, cronogramas e ferramentas de monitoramento.
- Promover avaliações contínuas (ciclo PDCA).
- Revisar o plano a cada dois anos, tarefa atribuída ao DESUS.

Atuação da SGSUS:

A SGSUS exerce papel essencial na gestão operacional do PGRS do TJRJ, assegurando o cumprimento das normas ambientais e das diretrizes estabelecidas pelo CNJ para a área de resíduos. Sua atuação envolve o planejamento, a coordenação e a supervisão de todas as etapas do gerenciamento de resíduos sólidos nas unidades do Tribunal, abrangendo desde a segregação na fonte até a destinação final ambientalmente adequada.

Operacionalmente, a SGSUS conduz o acompanhamento diário dos fluxos de resíduos, orienta equipes responsáveis pela coleta e triagem e promove ações de capacitação para garantir a correta separação e o manuseio seguro dos materiais.

A SGSUS também é responsável por monitorar indicadores de desempenho, consolidar dados de geração e destinação de resíduos, emitir relatórios técnicos, promover ações de melhoria contínua e articular-se com



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE SOCIAL (SGSUS)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

cooperativas, órgãos ambientais e setores internos para otimizar processos. Entre suas funções centrais está o controle operacional dos resíduos recicláveis, orgânicos, perigosos e rejeitos, bem como a verificação da conformidade das destinações e o cumprimento das exigências legais e contratuais. A SGSUS garante ao TJRJ um gerenciamento eficiente, sustentável e alinhado às políticas públicas nacionais, contribuindo diretamente para a redução de impactos ambientais, a racionalização de recursos e o fortalecimento das práticas de sustentabilidade institucional.

GESTÃO DE RESÍDUOS DE 2025												
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Dpa - Destinação de papel (Kg)												
TOTAL PAPEL	5.703	14.494	6.676	8.890	15.163	11.142	14.907	19.272	13.341	21.225	13.443	5.184
Dpl - Destinação de plásticos												
TOTAL PLÁSTICOS	1.351	1.550	1.123	1.726	1.407	1.293	1.132	1.180	1.276	1.182	991	275
Cartuchos de Impressora (unidade)												
TOTAL CARTUCHOS	1.304	0	0	1.309	0	0	0	5.880	0	0	0	0
Quant de suprimento de impressão (Kg)												
TOTAL SUPRIMENTO DE IMPRESSÃO	284	0	0	483	0	0	0	1.495	0	0	0	0
Alumínio												
TOTAL METAIS	314	139	752	70	2.526	1.797	1.114	1.515	3.925	163	72	21
Resíduo Eletroeletrônico												
TOTAL ELETRÔNICOS	102	96	164	215	201	96	106	210	150	48	52	16
Dvd - Destinação de vidros												
TOTAL VIDRO	213	361	551	451	432	408	494	267	196	831	189	100
Cge - Coleta geral												
TOTAL COLETA GERAL	664	1.137	1.350	835	1.179	1.051	1.224	1.138	1.045	983	1.066	0

Resíduos em Kg recolhidos no ano de 2025 – Fonte SGLOG

11.2 ATIVIDADES DA DIVISÃO DE GESTÃO AMBIENTAL

11.2.1 PLANO DE EMERGÊNCIA CLIMÁTICA

A Resolução CNJ nº 646/2025 instituiu o Protocolo de Crise Socioambiental do Poder Judiciário, integrando-o à Política Nacional para o Meio Ambiente. A norma determina a elaboração de Planos de Contingência Socioambiental, estruturados nas fases de prevenção, resposta, recuperação e reparação, com vistas a garantir a continuidade da prestação jurisdicional em situações de desastres.

A DIGAM instaurou processo administrativo (SEI 2025.064.122856) para elaboração do Plano de Contingência Socioambiental, solicitando às unidades a indicação de responsáveis e o levantamento de recursos necessários.

11.2.2 GRUPO DO MEIO AMBIENTE (GMA-TJRJ)

A Resolução CNJ nº 433, de 27 de outubro de 2021, alterada pela Resolução CNJ nº 611, de 20 de dezembro de 2024, determina a criação de Grupos de Meio Ambiente nos Tribunais que detenham competência para julgar ações relacionadas ao meio ambiente natural. Em atendimento a essa normativa, o Ato Executivo TJ nº 59/2025 instituiu o Grupo do Meio Ambiente (GMA-TJRJ). A composição do Grupo foi definida pela Portaria nº 1520/2025.



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE SOCIAL (SGSUS)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

A SGSUS possui deliberações registradas no processo administrativo SEI 2025.06447253 referentes ao serviço do GMA-TJRJ. As deliberações nº 01, 02 e 03 registradas na Ata de Reunião nº 01/2025 do colegiado do GMA-TJRJ, realizada em 24 de setembro de 2025, foram encaminhadas à SGSUS, por intermédio da Divisão de Gestão Ambiental (DIGAM), para adoção das providências solicitadas.

11.2.3 CRIAÇÃO DO SIRENEJUD NO ÂMBITO DO TJRJ

A SGSUS/DIGAM solicitou a implantação do SIRENEJUD no TJRJ, por meio do desenvolvimento de painel específico na Sala Íris e disponibilização de link na página institucional da SGSUS (Processo SEI nº 2025.063.13911). Devido a necessidade de desenvolvimento técnico, o projeto foi incluído no backlog da Sala Íris para execução no exercício de 2026, com observância do escopo e das diretrizes metodológicas da área.

11.2.4 CAMPANHAS DE SENSIBILIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO PARA O DESCARTE AMBIENTALMENTE CORRETO

Campanhas permanentes de orientação voltadas a magistrados e servidores para promover o descarte adequado de resíduos e fortalecer a cultura de sustentabilidade no PJERJ.

Responsabilidades da DIGAM:

- Coleta nos pontos de arrecadação: Fórum Central, 5º e 7º NUR, Méier, Gávea, VIJI e Santa Cruz;
- Divulgação das campanhas à força de trabalho do PJERJ.

11.2.5 CAMPANHA DE COLETA DE TAMPINHAS PLÁSTICAS

Parceria com a ABATERJ para arrecadação de tampinhas recicláveis, revertidas em recursos para compra de cestas básicas destinadas a colaboradores em situação de vulnerabilidade.

Objetivos:

- Entrega de cestas básicas a serem doadas aos colaboradores vulneráveis do TJJ;
- Disseminar o hábito do descarte correto dos resíduos.

Resultados:

Tampinhas plásticas: 2,23 toneladas

Entrega de cestas básicas para:

- Ângelo P. Souza – integrante de programa social;
- Yasmim Araújo – estagiária da SGSUS;
- Juliana Magalhães – recepcionista e lactante;
- Larissa Bispo – recepcionista e lactante;
- Marilsa da Silva – recepcionista.

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.



11.2.6 CAMPANHA DE COLETA DE LACRES DE ALUMÍNIO

Doação de lacres ao Instituto Rio Eco Pets, que reverte os valores arrecadados com a venda para ONGs e protetores independentes, que atuam no acolhimento, tratamento e adoção de animais resgatados das ruas contribuindo com a causa animal e ambiental.

A campanha arrecadou, em 2025, um total de 91 kg de lacres de alumínio.

11.2.7 CAMPANHA DE COLETA DE CARTÕES PLÁSTICOS

Iniciativa para estimular o descarte e a trituração de cartões plásticos inutilizados (bilhete único, cartões bancários, telefônicos, etc.).

Coletor cedido pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), instalado no Fórum Central. O material coletado é reciclado por empresa parceira do MMA, transformando-se em novos produtos (agendas, capas e porta-copos).

Resultados:

Coleta de cerca de 1.000 cartões no DETRA;

No total foram recolhidos 9,53 Kg no “Papa-cartão”.



11.2.8 PROMOÇÃO DE EVENTOS SUSTENTÁVEIS

Ações voltadas à sensibilização da força de trabalho para práticas sustentáveis e ao fortalecimento do calendário ambiental institucional. Integrada ao ciclo de palestras sobre consumo consciente.

11.2.9 TJRJ PROMOVE ENCONTRO COM ESPECIALISTAS SOBRE SALAS DE APOIO À AMAMENTAÇÃO

O evento, realizado no dia 11 de março, reuniu representantes de diversos órgãos estaduais para tratar sobre as Salas de Apoio à Amamentação. Estiveram presentes:

Ana Paula Vargas, do Serviço de Planejamento e Implementação de Programas Ambientais (SEPIM);

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Mariana Benício, colaboradora da SGSUS;

Cláudia Schkrab, diretora da Divisão de Gestão Ambiental;

Iranise Muniz, assistente social da Igreja Nossa Senhora do Parto;

Halene Armada, superintendente de Atenção à Saúde da Secretaria de Estado de Saúde;

Conceição Salomão, coordenadora das Salas de Apoio à Amamentação do Estado do Rio de Janeiro;

Desembargador Wagner Cinelli, presidente dos Comitês de Promoção da Igualdade de Gênero e de Prevenção e “Enfrentamento dos Assédios Moral e Sexual e da Discriminação de 1º e 2º Graus”;

Paula Feteira, juíza auxiliar da Presidência do TJRJ;

Carlos Eduardo Menezes, secretário-geral de Sustentabilidade e Responsabilidade Social;

Inara Firmino, do Núcleo de Atenção e Promoção à Justiça Social do TJRJ;

Luiz Felipe Fleury Córrea, diretor do Departamento de Sustentabilidade.

A iniciativa, promovida no mês em que se celebra o “Dia Internacional da Mulher”, reforça o compromisso institucional do TJRJ com o acolhimento e a valorização das lactantes.

11.2.10 INAUGURAÇÃO DA EXPOSIÇÃO “ÁGUAS DE MARÇO” EM ATENÇÃO AO DIA MUNDIAL DA ÁGUA

Realizado em março, com a presença da artista Ana Maria Rodrigues e 1715 visitantes.

As obras exploram a dualidade da canção homônima de Tom Jobim, “águas de março”, cujo mote, renovação e destruição, explicita a promessa de vida que o litoral oferece e os desafios que precisamos enfrentar para conter o aquecimento global.



“É necessário sentir despertar a consciência sobre sua vulnerabilidade em um mundo em transformação, enquanto aprecia a beleza do mar”

Artista: Ana Maria Rodrigues.

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

11.2.11 O PROJETO “AMAMENTAÇÃO SUSTENTÁVEL” FOI CONVIDADO A PARTICIPAR DA SÉRIE “QUEM SENTE NA PELE”

Vídeo quem sente na pele - amamentação no local de trabalho:

<https://portaltj.tjrj.jus.br/videos-institucionais/videos-cogens/quem-sente-na-pele/episodio-15>

11.2.12 CICLO DE PALESTRAS CELEBRAM O DIA MUNDIAL DE DOAÇÃO DE LEITE HUMANO NO TJRJ



Evento realizado no dia 19 de maio, com 41 participantes presenciais.

Palestrantes: Conceição Salomão, Coordenadora das Salas de Apoio à Amamentação do Estado do Rio de Janeiro; Helene Armada, superintendente de Atenção Primária à Saúde da Secretaria de Estado de Saúde; Paula Feteita, juíza auxiliar da Presidência do TJRJ; Eric Scapim, juiz do TJRJ; e Danielle Silva, representante da Rede de Banco de Leite do Instituto Fernandes Figueira.

O TJRJ possui uma sala de amamentação, localizada na Lâmina I, sala 111B, na sede do TJRJ, no Fórum Central do Rio de Janeiro. A sala é oficialmente chamada de “*Sala de Apoio à Amamentação da Mulher que Trabalha*”, um espaço institucional dedicado a apoiar servidoras, magistradas, colaboradoras, advogadas e outras lactantes que frequentam o tribunal e desejam continuar amamentando após o retorno da licença-maternidade ou durante o expediente.

Desde sua criação, a sala já recebe doações de leite materno, que contribuem com bancos de leite para atendimento de bebês necessitados. No ano de 2025 foi recolhido 3,28 litros de leite materno.

11.2.13 DISTRIBUIÇÃO NO TJRJ DE LIVROS DE SUSTENTABILIDADE E MUDAS E SEMENTES DA MATA ATLÂNTICA



Evento realizado no dia 2 de junho nas dependências do Fórum Central.

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não controlada.

11.2.14 DISTRIBUIÇÃO DE LIVROS DE SUSTENTABILIDADE, MUDAS E SEMENTES

Em parceria com o Museu da Justiça e Prefeitura de Niterói no Espaço Centro Ecocultural em Piratininga- Niterói de livros de sustentabilidade e 300 mudas e sementes da mata atlântica nos dias 4, 5 e 6 de junho.

Em atenção ao Dia mundial do meio ambiente, para retirar a muda, os participantes responderam a perguntas sobre sustentabilidade, reforçando a proposta educativa da iniciativa. Também puderam interagir com a “Árvore dos Desejos”, um espaço lúdico onde deixaram mensagens e reflexões sobre o futuro do planeta.

Durante o evento, esteve exposta a obra “Rio de Cores”, do artista plástico Marcos Lanzieiro, feita a partir de sobras de EVA — exemplo de reaproveitamento criativo de materiais.

Houve 94 participantes no evento.



11.2.15 USO PÚBLICO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO



Evento realizado em parceria com o INEA, com a presença de 100 Participantes presenciais, no dia 10 de junho.

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

11.2.16 LICENCIAMENTO AMBIENTAL DE SISTEMAS BESS: DESAFIOS E OPORTUNIDADES PARA UMA MATRIZ ENERGÉTICA SUSTENTÁVEL

Evento técnico realizado em 30 de junho em parceria com o INEA, com 100 participantes, abordando os desafios do armazenamento sustentável de energia.



11.2.17 OFICINA APROVEITAMENTO INTEGRAL DOS ALIMENTOS



O evento foi realizado no dia 13 de junho, com 16 participantes presenciais.

Wanessa Natividade, nutricionista da Fiocruz, demonstrou que partes descartadas dos vegetais e frutas podem ser transformados em pratos saborosos e nutritivos.

Palestrante: Wanessa N. Marinho

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

11.2.18 PALESTRA: APROVEITAMENTO INTEGRAL DOS ALIMENTOS

O evento foi realizado no dia 6 de junho com 314 participantes virtuais.

Palestrante: Wanessa N. Marinho

11.2.19 TROCA DE LIVROS

Evento especial, realizado em 26 de junho com a 2025, com a parceria do Museu da Justiça e a presença do escritor e professor Godofredo Neto, um “imortal da Academia Brasileira de Letras”, membro efetivo e perpétuo da instituição.



11.2.20 PALESTRA: IMPACTO E AÇÃO-DESAFIOS CLIMÁTICOS E O CAMINHO DO JUDICIÁRIO

Evento realizado no dia 5 de junho com 501 participantes virtuais

Palestrante: Felipe Dutra

11.2.21 AMPLIAÇÃO DO PROJETO DE COLETA DE RECICLÁVEIS - INAUGURAÇÃO DE ECOPONTO

A nova unidade marca o início da expansão do projeto, que prevê pontos de entrega voluntária (PEVs) nas áreas de maior circulação do Complexo do Fórum Central.

Além do novo coletor, o TJRJ já conta com outras cinco unidades estrategicamente instaladas: no Palácio da Justiça (Beco da Música), nas Lâminas III e IV, no Museu da Justiça e no Centro Administrativo (CONAB).

A inauguração do Ecoponto da Lâmina I também integra as ações do movimento internacional #JulhoSemPlástico, criado em 2011 no Reino Unido como um apelo à redução do uso de plásticos descartáveis.

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.



Inauguração no dia 25 de julho, no térreo da Lâmina I do Fórum Central de um coletor sustentável para descarte de resíduos recicláveis, como tampinhas plásticas, lacres de alumínio e lixo eletrônico.

11.2.22 TJRJ PARTICIPA DO I ENCONTRO NACIONAL DO FÓRUM AMBIENTAL DO PODER JUDICIÁRIO,

Nos dias 5 e 6 de junho, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ) marcou presença no I Encontro Nacional do Fórum Ambiental do Poder Judiciário (Fonamb), promovido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e pelo Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), em São Luís/MA. O evento reuniu magistrados, servidores e gestores ligados à agenda socioambiental do Judiciário.

A delegação do TJRJ foi composta pela juíza auxiliar da Presidência, Paula Feteira Soares, pelo juiz auxiliar da Corregedoria, Marcelo Oliveira da Silva, pela juíza de Direito Ana Carolina Villaboin, integrante da Comissão de Sustentabilidade (COSUS), pelo diretor do Departamento de Sustentabilidade (DESUS), Luiz Felipe Fleury Corrêa, e pela diretora da Divisão de Gestão Ambiental (DIGAM), Claudia Schkrab.

11.2.23 PALESTRA: IMPACTO E AÇÃO-DESAFIOS CLIMÁTICOS E O CAMINHO DO JUDICIÁRIO

Evento realizado no dia 5 de junho com 501 participantes virtuais

Palestrante: Felipe Dutra

11.2.24 TJRJ CELEBRA O “AGOSTO DOURADO”

O “agosto Dourado” foi instituído para conscientizar e estimular ações de incentivo à amamentação. A Sala de Apoio à Amamentação da Mulher que trabalha, primeira de um tribunal no país a ser certificada pelo Ministério da Saúde, tem colaborado com a rotina de servidoras, colaboradoras e de todas as lactantes que circulam pelas dependências do Judiciário fluminense.

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não controlada.



A colaboradora Mariana Benício da Silva Coelho, a diretora da Divisão de Gestão Ambiental, Claudia de Sá Cardoso Schkrab, e a colaboradora Juliana Cunha Magalhães Alexandre comemoram a utilização da Sala de Apoio à Amamentação

11.2.25 TJRJ PROMOVE PALESTRA SOBRE O ODS-05 E 08

Em parceria com a ESAJ a SGSUS-DIGAM promoveu palestra apresentada no dia 21 de agosto de 2025.

11.2. 26 “ODS 05 e 08 – A RELAÇÃO ENTRE IGUALDADE DE GÊNERO, TRABALHO E SUSTENTABILIDADE”

O evento foi realizado por ocasião do agosto, com 342 participantes virtuais.

Palestrante: Abilene Gouvea, Doutora em ciências Médicas pela UERJ e tutora das Salas de Apoio à Amamentação do TJRJ

Foram fornecidas Horas pela ESAJ.





RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE SOCIAL (SGSUS)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

11.2.27 INAUGURAÇÃO DA 2ª SALA DE APOIO À AMAMENTAÇÃO – FÓRUM DO MÉIER

A Sala de Apoio à Amamentação da Mulher que trabalha oferece um espaço seguro, confortável e rigorosamente adequado às condições higiênico-sanitárias.

Esse ambiente acolhedor permite que lactantes — servidoras e colaboradoras retornando da licença-maternidade — extraiam e armazenem leite materno durante o expediente, ampliando o período de amamentação e assegurando os reconhecidos benefícios para a saúde dos bebês e das mães.



11.2.28 TJRJ AUTORIZA NOVA SALA DE APOIO À AMAMENTAÇÃO NO FÓRUM DE BELFORD ROXO



A iniciativa é fruto do projeto "Amamentação Sustentável", que visa oferecer um ambiente adequado para extração, armazenamento e doação de leite materno e que pode ser utilizado por lactantes que frequentem o fórum, além das servidoras e colaboradoras que atuam no TJRJ, durante o período do expediente de trabalho, ampliando o período de amamentação e gerando os comprovados benefícios para a saúde dos bebês e das mães.

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

11.2.29 TJRJ PARTICIPA DE CURSO NO INEA

A Presidência do TJRJ autorizou (Processo Sei nº 2025.063.13816) a inscrição de servidores do TJRJ no curso "Direito Ambiental na Prática", promovido pelo INEA, bem como a divulgação das vagas remanescentes junto aos magistrados que atuam no 4º Núcleo de Justiça 4.0 - Direito Ambiental deste Tribunal e no Grupo do Meio Ambiente (GMA- TJRJ),



Participaram do curso as seguintes servidoras:

- Jaciene Nascimento de Verso – E-mail jacieneverso@tjrj.jus.br
- Paula Bastos Dias – E-mail paulabastos@tjrj.jus.br
- Maria da Conceição Pinto Rodrigues – E-mail microdrigues@tjrj.jus.br
- Claudia de Sá Cardoso Schkrab – E-mail claudia@tjrj.jus.br
- Ana Paula Antunes da Silva Varges – E-mail anapasv@tjrj.jus.br

Com uma proposta prática e integrada, o curso visou facilitar a compreensão e a aplicação das normas ambientais pelos agentes públicos. Ao longo de cinco encontros (08, 10, 15, 17 e 29/09), foram abordados temas relevantes, como: princípios e competências do Direito Ambiental, licenciamento ambiental, responsabilidade por danos ao meio ambiente e espaços especialmente protegidos.

11.2.30 TJRJ PROMOVE O EVENTO "ALTERNATIVAS SUSTENTÁVEIS: CONSUMO CONSCIENTE"

Em atenção ao "Dia do Consumo" consciente, celebrado no dia 15 de outubro, bem como ao Programa Justiça Carbono Zero, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Poder Judiciário promoveu práticas que contribuem para a redução das emissões indiretas de gases de efeito estufa por meio da exposição no térreo da Lâmina I de soluções sustentáveis como : bicicletas e veículos elétricos, compostagem doméstica e corporativa, geração de energia solar fotovoltaica e outras iniciativas voltadas à preservação ambiental.



O presidente do TJRJ, desembargador Ricardo Couto de Castro, visitou a exposição na área externa do Fórum Central, acompanhado da juíza auxiliar Paula Feteira Soares e do secretário-geral da SGSUS, Carlos Eduardo Menezes da Costa, para conhecer as demonstrações de geração de energia solar fotovoltaica e demais iniciativas voltadas à preservação ambiental.

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

11.2.31 TJRJ PROMOVE PAINEL DE PALESTRAS SOBRE "ALTERNATIVAS SUSTENTÁVEIS: CONSUMO CONSCIENTE"

Evento realizado no dia 18 de outubro com 29 participantes (manhã) e 40 (tarde) presenciais e 206 virtuais. Palestrante: Felipe Dutra e Cláudia Coutinho.



Da esquerda para a direita: a especialista em descarbonização Cláudia Coutinho; o secretário-Geral da SGSUS, Carlos Eduardo da Costa Menezes; e o especialista em descarbonização (SGSUS) Felipe Dutra

11.2.32 TJRJ PROMOVE EXPOSIÇÃO SUSTENTÁVEL



O artista Marcos Lanzieiro ao lado de suas obras feitas de material reciclável

Na exposição do artista plástico Marcos Lanzieiro, no Salão dos Magistrados, as telas foram utilizadas, como matéria prima, tampinhas de garrafas pet, teclas de computador, cápsulas usadas de café expresso e outros resíduos sólidos, oriundos de processos de reciclagem e reuso, com o objetivo de mostrar o poder de transformação que esses materiais possuem.



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE SOCIAL (SGSUS)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

11.2.33 TJRJ PROMOVE CAPACITAÇÃO DOS SÍNDICOS



Os Síndicos participaram do Painele de palestras sobre "ALTERNATIVAS SUSTENTÁVEIS: CONSUMO CONSCIENTE"

11.2.34 PALESTRA ODS 3 – “SAÚDE MENTAL NO TRABALHO”

Em parceria com a ESAJ a SGSUS-DIGAM promoveu palestra apresentada no dia 9 de outubro - ODS 03 – *E a saúde mental no ambiente de trabalho.*

Evento com 248 participantes virtuais. Palestrante: Amélia Cristina Alvarez

The poster is for a live event titled "ODS 3 E A SAÚDE MENTAL NO AMBIENTE DE TRABALHO". It features the logos of the Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (PJRJ) and the ESAJ. The event is part of the "CICLO TJ SUSTENTÁVEL - O PAPEL DO JUDICIÁRIO NO ENFRENTAMENTO DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS". The date and time are "Dia: 09/10/2025 das 16h às 18h". The event is a "PALESTRA AO VIVO". The opening is by Prof.ª Dr.ª Lúcia Frota Pestana de Aguiar, Assessoria Especial da Presidência em Assessoria à ESAJ, Pivô Diadema em Direitos. The speaker is Amélia Cristina Domínguez Alvarez, Psicóloga do Departamento de Saúde, Chefe do Serviço de Saúde Mental Organizacional do Departamento de Saúde do TJRJ (SGSAM), MBA em Psicologia Organizacional e do Trabalho, Doutorado em Saúde Pública, com enfoque em Saúde do Trabalhador pela FIOCRUZ. The poster includes a QR code for registration and a link to the event. The audience is "Público-alvo: Servidores do TJRJ". The website is "www.esaj.tjrj.jus.br".

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não controlada.

11.2.35 PALESTRA ODS 18 – “IGUALDADE ÉTNICO-RACIAL E SUSTENTABILIDADE”

Em parceria com a ESAJ, a SGSUS-DIGAM promoveu palestra apresentada no dia 13 de novembro de 2025 - ODS 18 - A relação entre Igualdade Étnico-Racial e Sustentabilidade - (DIGAM).

"O Curso tem a pretensão de apresentar o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 18 (ODS-18), que trata das metas que visam promover a igualdade étnico-racial, dentro da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável da ONU. O diálogo destacou a adoção da ODS e a implementação pelo Poder Judiciário, a partir dos compromissos assumidos e cumpridos por esta instituição do Estado. Dentre as metas da ODS-18, tem-se o enfrentamento ao racismo e a discriminação, tanto direta ou indireta, e as intolerâncias aos povos indígenas e afrodescendente. Foi abordado sobre a Agenda 2030, a proposta da ODS-18 e os impactos na prestação do serviço judicial. "

Evento com 501 participantes virtuais. Palestrante: Inara Firmino



11.2.36 DEBATE COP30 – “MOSTRA CTV ECOFALANTE”

Evento em 18 de novembro, com exibição de documentários e debate sobre justiça climática e energia. Houve 31 participantes no evento.



O diretor do Departamento de Sustentabilidade, Luiz Felipe Fleury Correa, e a diretora da Divisão de Gestão Ambiental, Cláudia Schkrab, mediaram o debate sobre justiça climática e energia.

O Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ) recebeu a “Mostra CTV Ecofalante: “A COP é Aqui”, no dia 18 de novembro de 2025, e promoveu debates sobre justiça climática e energia.



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE SOCIAL (SGSUS)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

A atividade, promovida pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), busca ampliar as discussões realizadas na 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP30), que acontece em Belém, no Pará, por meio de obras audiovisuais. O público que compareceu ao Salão dos Magistrados teve a oportunidade de assistir a dois episódios da série de animações intitulada “Carbono: o que você precisa saber” e ao documentário “8 bilhões: somos todos responsáveis”.

11.2.37 AUTORIZAÇÃO DE PARCERIA COM A OAB/RJ

Celebração de ajuste, sem repasse de verba, nos termos da Lei nº 14.133/2021, a ser formalizado entre este Tribunal de Justiça e a Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Rio de Janeiro, cujo objeto consiste na parceria voltada à promoção de ações de apoio à maternidade e à primeira infância no âmbito das duas instituições, disponibilizando às advogadas regularmente inscritas na OAB/RJ o acesso às Salas de Apoio à Amamentação localizadas nas dependências do TJRJ, assegurando o acolhimento e o bem-estar das mães lactantes que atuam no ambiente do Poder Judiciário.

11.2.38 PROGRAMA DE MENTORIA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL – INEA

Evento técnico realizado em 10 de dezembro em parceria com o INEA, com 100 participantes, com o objetivo de capacitar e fortalecer as políticas públicas de educação ambiental nos municípios fluminenses.

O evento fez parte do vídeo: TJRJ em ação 52º episódio:

<https://youtu.be/JckJpWPL5xQ>

11.2.39 COMISSÃO DE POLÍTICAS INSTITUCIONAIS PARA PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE (COSUS)

A DIGAM apoia tecnicamente os programas e ações conduzidos pela COSUS, incluindo reuniões e acompanhamento de metas do Plano de Logística Sustentável (PLS).

Foi realizada reunião da COSUS, em 1 de abril de 2025, para traçar novas metas para o biênio de 2025/2026. O encontro foi conduzido pelo desembargador Elton Martinez Carvalho Leme, presidente da COSUS.





RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER)

SECRETARIA GERAL DE SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE SOCIAL

(SGSUS)

11.2.40 INSTRUÇÃO DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS AMBIENTAIS

A Divisão elaborou despachos, ofícios e análises técnicas relacionadas às ações ambientais.

Total de processos SEI instruídos em 2025: 214 processos.

11.2.41 PROJETOS DESENVOLVIDOS PELA DIGAM

Responsável pela elaboração, execução e monitoramento dos projetos ambientais do PJeRJ:

- Projeto Totem da SGSUS – SEI 2025.060.06332
- Projeto Apadrinhamento/ABATERJ – SEI 2025.062.91487
- Projeto Tampinhas Solidarias – SEI 2025.060.19489
- Projeto Ecoponto - SEI 2025.062.42160
- Projeto Espaço EcoJustiça – SEI 2025.062.63512
- Ampliação da Sala de Apoio à Amamentação no Fórum do Méier- SEI 2025.062.38950
- Ampliação da Sala de Apoio à Amamentação no Fórum de Belford Roxo- SEI 2025.062.38950
- Doação de livros a Penitenciária Feminina - SEI 2025.062.36631
- Plantio de mudas nos Fóruns do interior- SEI 2025.062.76870
- Informativo SGSUS em pauta- SEI 2025.062.91374
- Contrafé-eletrônica - SEI 2025.062.83598Plano de emergência Climática – SEI 2025.064.122856
- Sirenejud – SEI 2025.063.13911

11.2.42 DIVULGAÇÃO DOS EVENTOS SUSTENTÁVEIS PROMOVIDOS PELA DIGAM

Foram veiculadas 28 matérias no site do TJRJ, promovidas pela DESUS/DIGAM, em 2025. Essas publicações integram o indicador de ações de sensibilização no PLS do CNJ.

11.2.43 PROMOÇÃO DE PARCERIAS INTERNAS

- Parceria com o Museu da Justiça: exposições, distribuição de mudas em Niterói e iluminação verde no Dia Mundial do Meio Ambiente;
- Parceria com a ESAJ: realização de palestras virtuais com mais de 1.520 participantes;
- Parceria com a SGSUS: articulação para participação da floricultura “Fusca Verde” na Feira Orgânica.
- Parceria com a SGGIC: Tratativas para o Projeto “Selo Verde” Processo Sei nº 2024.060.02921
- Parceria com a Justiça Itinerante por meio de entrega de livros doados a Penitenciária Feminina
- Processo SEI nº2025.062.36631

11.2.44 VISITAS INSTITUCIONAIS

- Tribunal de Justiça do Maranhão-TJMA
- FIOCRUZ
- Defensoria Pública-RJ
- Jardim Botânico
- Ministério Público-RJ



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE SOCIAL (SGSUS)

11.3 ATIVIDADES DA DIVISÃO DE CONTROLE AMBIENTAL

A Divisão de Controle Ambiental (DICAM) é incumbida do monitoramento e da avaliação do cumprimento das metas de gestão ambiental vinculadas à Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), assim como dos indicadores do Plano de Logística Sustentável (PLS) do CNJ e do PJERJ. A Divisão também atua no controle direto de alguns projetos.

CAMPANHA DE RETIRADA DAS LIXEIRAS INDIVIDUAIS

A campanha de retirada das lixeiras individuais de mesa, implementada pela Secretaria Geral de Sustentabilidade e Responsabilidade Social (SGSUS) após aprovação da Alta Administração, representa um passo estratégico para promover a mudança de hábitos e fortalecer o descarte adequado nos coletores seletivos. A iniciativa, alinhada à Resolução CNJ nº 400/2021 e à Política Nacional de Resíduos Sólidos, busca reduzir a contaminação dos recicláveis e aprimorar a gestão de resíduos no Tribunal.

O projeto-piloto conduzido pela SGSUS evidenciou resultados expressivos, como a melhoria na segregação dos materiais, a valorização da cadeia de reciclagem, o fortalecimento das cooperativas de catadores e a otimização das rotinas de limpeza. Com base nesses avanços, a proposta foi encaminhada às demais secretarias e unidades judiciais do Tribunal como recomendação para adoção da medida, mediante avaliação da infraestrutura necessária.

A campanha também contribui diretamente para o cumprimento das metas institucionais e para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, reafirmando o compromisso do TJRJ com práticas socioambientais responsáveis e com a promoção de uma gestão pública mais eficiente e sustentável.

A campanha foi formalizada no processo administrativo SEI nº 2025-06323299.

I ENCONTRO COLABORATIVO SOBRE COLETA SELETIVA

No âmbito das ações voltadas ao fortalecimento da coleta seletiva no TJRJ, foi realizado, em 21 de maio de 2025, o evento “Conexões Sustentáveis – I Encontro Colaborativo sobre Coleta Seletiva”, reunindo servidores da Capital e do Interior para identificar desafios e construir soluções conjuntas. A atividade resultou em um conjunto de propostas registradas e incorporadas aos autos.





RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE SOCIAL (SGSUS)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

VISITA À COMARCA DE VOLTA REDONDA

O município de Volta Redonda é a única comarca com coleta seletiva implementada em 100% de seus 10 Fóruns Regionais. A visita institucional à localidade teve como objetivo valorizar essa iniciativa, conhecer a rotina de gestão dos recicláveis e identificar boas práticas passíveis de replicação em outras comarcas do Estado.



COLETA SELETIVA

A coleta seletiva exerce papel fundamental na promoção da sustentabilidade institucional, pois viabiliza a destinação ambientalmente adequada dos materiais recicláveis, reduzindo o volume enviado aos aterros sanitários e contribuindo para a preservação dos recursos naturais. Além disso, ao facilitar a triagem e o reaproveitamento dos resíduos, fortalece a economia circular e estimula a atuação das cooperativas de catadores, ampliando oportunidades de inclusão socioeconômica.

A coleta seletiva foi formalizada no processo administrativo SEI nº 2024-06117908.

Com objetivo ampliar a divulgação do percurso dos resíduos, apresentando conteúdo didático e acessível para reforçar a compreensão sobre a responsabilidade compartilhada na gestão de resíduos sólidos, foi elaborado material informativo, em linguagem clara, destinado a orientar servidores e síndicos quanto aos procedimentos adequados de separação e descarte, bem como ao uso correto dos coletores instalados nas dependências do Tribunal.



A coleta seletiva foi formalizada no processo administrativo SEI nº 2024-06117908.

Vídeo institucional:

[youtube.com/watch?v=ZzmCN_ubHio&embeds_referring_euri=https%3A%2F%2Fportal.tj.rj.jus.br%2F&source_ve_path=Mjg2NjY](https://www.youtube.com/watch?v=ZzmCN_ubHio&embeds_referring_euri=https%3A%2F%2Fportal.tj.rj.jus.br%2F&source_ve_path=Mjg2NjY)

Complementarmente, foi conduzida pesquisa junto aos síndicos regionais para mapear o panorama atual da separação de resíduos nas Comarcas e identificar fatores que dificultam sua adoção. A partir dessas iniciativas, elaborou-se relatório consolidado contendo diagnóstico institucional e proposições de melhoria, incluindo ações de comunicação, recomendações para retirada de lixeiras individuais, capacitação de servidores, articulação com



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE SOCIAL (SGSUS)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

prefeituras e parcerias para destinação dos recicláveis. Também foram consideradas sugestões de revisão normativa e de apoio operacional às unidades.

Os resultados foram sistematizados e encaminhados à apreciação da Alta Administração, visando avaliar a viabilidade de implementação das medidas propostas e orientar os próximos passos para o aprimoramento da gestão de resíduos no Tribunal.

VISITA À COOPAMA

No dia 17 de junho, foi realizada visita técnica à COOPAMA – Cooperativa de Materiais Recicláveis, uma das instituições responsáveis pelo recebimento e triagem dos resíduos recicláveis gerados pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. A atividade teve como propósito aprofundar o conhecimento sobre a dinâmica operacional da cooperativa, incluindo seus fluxos de recebimento, separação e destinação dos materiais.

A iniciativa permitiu observar in loco as etapas do processo produtivo, identificar oportunidades de aprimoramento da segregação dos resíduos nas unidades do TJRJ e avaliar eventuais ajustes nas rotinas internas de coleta seletiva, de modo a elevar a qualidade dos materiais encaminhados às cooperativas parceiras.

Além disso, a ação reforça o compromisso institucional com a valorização do trabalho dos catadores, reconhecendo sua relevância na cadeia de reciclagem, e contribui para o fortalecimento da inclusão produtiva desses profissionais, em consonância com as diretrizes de sustentabilidade e responsabilidade social do Tribunal.



COMPOSTAGEM

Com o objetivo de fortalecer a gestão ambiental no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, iniciou-se a avaliação da viabilidade de implantação da compostagem de resíduos orgânicos, em conformidade com as diretrizes do Plano de Logística Sustentável e das políticas nacionais de sustentabilidade do Poder Judiciário. A iniciativa busca promover a destinação adequada dos resíduos orgânicos, reduzir emissões de gases de efeito estufa e incentivar práticas baseadas no reaproveitamento de materiais e na análise do ciclo de vida dos produtos.



A compostagem, método aeróbio que transforma a matéria orgânica em composto seguro e estável, permite reduzir significativamente o volume de resíduos e gerar um insumo ambientalmente benéfico para jardins e áreas verdes.

No Tribunal, encontra-se em fase de contratação o serviço de compostagem das borras de café produzidas institucionalmente, cujo consumo mensal médio é de aproximadamente 600 kg. Desenvolvido em parceria com áreas



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE SOCIAL (SGSUS)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

operacionais, o projeto representa avanço na adoção de soluções sustentáveis, com potencial para ampliar benefícios ambientais, otimizar fluxos de trabalho e reforçar o compromisso institucional com a gestão responsável de resíduos.

O programa foi formalizado no processo administrativo SEI nº 2025-06257357.

DESCARBONIZAÇÃO

Em atendimento às diretrizes da Resolução CNJ nº 594/2024, que institui o Programa Justiça Carbono Zero, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro elaborou o Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) referente ao ano de 2024, seguindo a metodologia do Programa Brasileiro GHG Protocol. O levantamento contemplou os escopos 1, 2 e parte do escopo 3, totalizando 17.415,74 tCO₂e.

As emissões diretas representaram 53% do total, seguidas de 26% provenientes do consumo de energia elétrica e 4% de outras fontes indiretas, além de 15% referentes a outros GEE não regulados e 2% de CO₂ biogênico. Entre as principais fontes, destacam-se o uso de gases refrigerantes, combustíveis da frota e geradores, e o consumo de GLP.

O inventário evidencia avanços na governança climática do TJRJ, impulsionados pelo Ato Normativo nº 28/2023 e pela atuação integrada das unidades envolvidas. Como próximos passos, recomenda-se aprimorar a automação e a gestão integrada dos dados, ampliar a cobertura do escopo 3, definir metas intermediárias para o biênio 2025–2026 e implementar medidas de compensação e verificação independente.



O programa foi formalizado no processo administrativo SEI nº 2025-06297252.

ENERGIA LIMPA

Em alinhamento às determinações da Resolução CNJ nº 400/2021, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro vem avançando nas ações de sustentabilidade institucional, com foco na redução do consumo de energia elétrica e na descarbonização de suas operações. Os indicadores de desempenho energético do TJRJ, apresentados no 8º Balanço da Sustentabilidade do Poder Judiciário, evidenciam a necessidade de adoção de medidas estruturantes que promovam eficiência e redução de impactos ambientais.

Nesse contexto, encontra-se em andamento o processo licitatório para substituição da matriz energética do Tribunal, visando à contratação de fontes renováveis e menos poluentes, como energia solar e eólica. A iniciativa atende também às exigências regulatórias, incluindo o indicador “kWh injetados na rede”, instituído pela Resolução CNJ nº 550/2024, e segue a tendência adotada por outros órgãos do Judiciário, como o STJ, que já utilizam energia proveniente de usinas solares.

A transição energética representa etapa fundamental para a melhoria do desempenho do Tribunal no IDS-CNJ, contribuindo para a redução das emissões de gases de efeito estufa, o uso sustentável de recursos naturais e a





RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE SOCIAL (SGSUS)

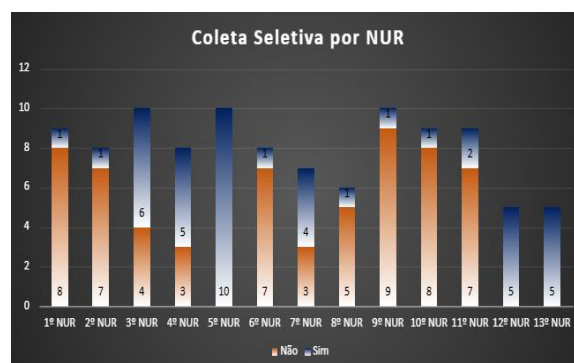
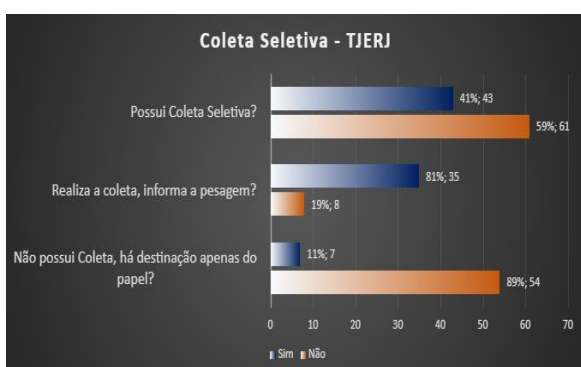
ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

racionalização do gasto público, em conformidade com as atribuições da unidade de sustentabilidade previstas na Resolução CNJ nº 400/2021.

A ação foi formalizada no processo administrativo SEI nº 2025-06032715.

PESQUISA SOBRE COLETA SELETIVA NO ÂMBITO DO TJRJ

Após o I Encontro de Síndicos, foi realizada pesquisa quantitativa para diagnóstico da realidade operacional da coleta seletiva nas comarcas do TJRJ. Os dados coletados subsidiarão a elaboração de ações futuras.



MOBILIDADE SUSTENTÁVEL: VISITA A EMPRESAS DE BICICLETAS ELÉTRICAS



Foi realizada visita técnica a empresas especializadas em bicicletas elétricas com o objetivo de conhecer tecnologias, modelos e condições de aquisição que possam resultar em propostas vantajosas aos servidores do TJRJ. A iniciativa busca fomentar a mobilidade sustentável, alinhada aos princípios da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) e às diretrizes de responsabilidade socioambiental do Poder Judiciário.

A avaliação direta das soluções permitirá identificar oportunidades de parcerias institucionais e condições facilitadas de compra, contribuindo para a redução da pegada de carbono individual e para a melhoria da qualidade de vida dos servidores.

VISITA AO FÓRUM DO LEBLON, PARA IMPLANTAÇÃO DA COLETA SELETIVA

A ação realizada no dia 19 de outubro, envolveu visita técnica para avaliação das condições locais e definição das alternativas de destinação dos resíduos, tendo em vista que o Fórum não integra o contrato de coleta vigente do Tribunal. Após tratativas com a ABATERJ, confirmou-se a viabilidade do recolhimento mensal dos recicláveis, com garantia de pesagem e rastreabilidade, essenciais para o cumprimento dos indicadores de sustentabilidade do CNJ.

Foram disponibilizados pela SGLOG/DEIOP/SECER os coletores solicitados — cinco caixas azuis para papel e três conjuntos de recipientes para resíduos recicláveis e não recicláveis — e concluída a entrega da estrutura operacional. A unidade confirmou o recebimento dos materiais e alinhou o fluxo de recolhimento junto à associação. Assim, a implantação foi finalizada com êxito, contemplando também orientações para boas práticas internas, como o incentivo à retirada de lixeiras individuais, visando aprimorar a segregação na origem.

A ação foi formalizada no processo administrativo SEI nº 2025-06314552.



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE SOCIAL (SGSUS)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

REUNIÃO COM A UNICOPAS

Em 30 de setembro de 2025, foi realizada reunião com representantes da União Nacional das Organizações Cooperativistas Solidárias (UNICOPAS), com o objetivo de aprofundar o conhecimento sobre a dinâmica operacional das cooperativas de catadores e reunir subsídios técnicos para a construção de um modelo de contratação alinhado às práticas de economia circular.

A interlocução permitiu identificar necessidades específicas das cooperativas, bem como compreender parâmetros de remuneração usualmente adotados para os serviços de coleta, triagem, pesagem, transporte e destinação de recicláveis.

As informações coletadas servirão de base para o desenvolvimento de proposta institucional de pagamento, em consonância com as diretrizes da Carta de Brasília, que orienta o reconhecimento e a valorização dos serviços ambientais prestados pelos catadores. A iniciativa integra o esforço do Tribunal no aprimoramento da gestão de resíduos, especialmente no interior, contribuindo para a qualificação da coleta seletiva e para a promoção da justiça socioambiental.

A ação foi formalizada no processo administrativo SEI nº 2025-06560738.



ESTUDO DE VIABILIDADE – PURIFICADORES DE ÁGUA

Foi conduzido estudo técnico-institucional para avaliar alternativas sustentáveis à substituição do uso de garrafas plásticas (PET) no âmbito do Tribunal, em consonância com as diretrizes do CNJ e com os atos normativos internos que restringem a compra de água envasada. A análise considerou a deliberação da COSUS e o levantamento realizado pela Engenharia, que identificou ausência de infraestrutura adequada nos gabinetes para instalação direta dos equipamentos.

Diante desse cenário, foram avaliadas soluções viáveis mediante obras localizadas próximas às prumadas hidráulicas, assegurando potabilidade, segurança e acessibilidade, conforme normas da ABNT, Portaria MS nº 888/2021 e certificações aplicáveis. O estudo demonstrou a possibilidade de implantação gradual de bebedouros e purificadores, alinhada ao PLS-TJRJ, ao Programa Justiça Carbono Zero e às metas de redução de resíduos e consumo racional de recursos.

A proposta foi encaminhada para avaliação superior, recomendando-se sua submissão à COSUS para definição de projetos executivos e cronograma de implementação.

A ação foi formalizada no processo administrativo SEI nº 2025-06369229.

PONTO DE RECARGA DE VEÍCULOS ELÉTRICOS/HÍBRIDOS

Foi conduzido estudo técnico-operacional sobre a viabilidade de instalação de estações de recarga de veículos elétricos e híbridos no pátio do Fórum de Volta Redonda, em atendimento à solicitação do Juiz Dirigente do 5º NUR. A



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE SOCIAL (SGSUS)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

atividade incluiu visita técnica multidisciplinar com representantes da SGSUS, SGTEC/Engenharia, manutenção e administração local, resultando na definição preliminar de três pontos de recarga AC de 7 kW, posicionados na faixa frontal da subestação, com remanejamento de vagas e reorganização do bicicletário.

O estudo avaliou infraestrutura elétrica, disponibilidade de rede de dados, segurança e requisitos técnicos, além de alinhar a proposta às diretrizes dos Atos Normativos do TJRJ. A equipe também examinou modelos de negócio, destacando o modelo M3 (aluguel) como o mais adequado pela previsibilidade de custos, gestão integrada, governança de dados e aderência às metas institucionais de descarbonização.

O material consolidado embasa a decisão quanto à implantação piloto e ao planejamento de expansão para outras unidades, contribuindo para a modernização da infraestrutura e o fortalecimento das ações de sustentabilidade no Tribunal.

A ação foi formalizada no processo administrativo SEI nº 2025-06316728.

VISITAS TÉCNICAS AOS FÓRUNS

Em atendimento às diretrizes da Política de Governança de Sustentabilidade do TJRJ (Ato Normativo nº 28/2023) e às metas do Plano Inicial de Descarbonização, foram realizadas visitas técnicas aos Fóruns de Jacarepaguá (27/08/2025), Madureira (29/08/2025) e Méier (03/10/2025), com foco na melhoria dos indicadores de eficiência energética e hídrica.

A iniciativa decorre dos resultados críticos apontados no 9º Balanço da Sustentabilidade do CNJ, que evidenciaram elevado consumo per capita de energia elétrica e água no Tribunal. As visitas, conduzidas pela SGSUS com acompanhamento da Engenharia Predial, tiveram como objetivo avaliar instalações hidráulicas e elétricas, identificar pontos de desperdício, mapear oportunidades de racionalização e propor ações corretivas.

Os achados subsidiarão recomendações técnicas, priorização de investimentos e ajustes operacionais, visando à redução das emissões de GEE, ao aprimoramento do desempenho ambiental institucional e ao cumprimento das metas estabelecidas pelo CNJ.

A ação foi formalizada no processo administrativo SEI nº 2025-06305173.



Visita técnica ao Fórum de Madureira, objetivando a melhoria dos indicadores de eficiência energética e hídrica.

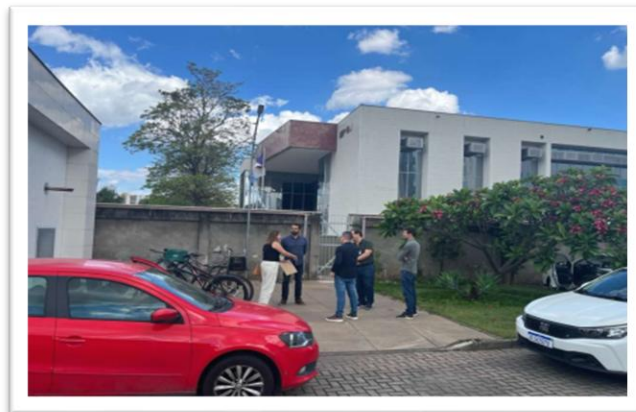
ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

IMPLANTAÇÃO E CERTIFICAÇÃO EM ESG

A Divisão de Controle Ambiental apresentou proposta para implementação do Projeto *Socioambiental em ESG – Environmental, Social and Governance*, iniciativa voltada ao aperfeiçoamento das práticas institucionais de sustentabilidade, responsabilidade social e governança. O projeto visa estruturar diretrizes, processos e indicadores capazes de elevar o desempenho do Tribunal nesses três pilares, além de possibilitar a obtenção de certificação oficial em ESG, a qual reconhece organizações comprometidas com padrões avançados de gestão sustentável e responsável.

A minuta do Plano do Projeto delinea as etapas de execução, incluindo diagnóstico inicial, definição de metas, capacitação das equipes e consolidação dos mecanismos de monitoramento. Trata-se de ação estruturante que contribuirá para fortalecer a cultura institucional de sustentabilidade e ampliar a conformidade do Tribunal com as melhores práticas de ESG.

A ação foi formalizada no processo administrativo SEI nº 2025-06272013.



Visita técnica ao Fórum de Volta Redonda no dia 31 de outubro, objetivando realizar estudo para implantação de eletroposto no pátio do Fórum de Volta Redonda (processo SEI 2025-06316728)

PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS EXTERNOS

A equipe da Divisão de Controle Ambiental (DICAM) participou de dois eventos externos de destaque em 2025:

Encontro “Desvendando Soluções para Gestão e a Economia Circular de Resíduos”, realizado no CCBB em 28/08/2025;

Encontro do Projeto “Compartilhando Ideias Sustentáveis”, promovido pelo Jardim Botânico nos dias 04, 05 e 06/12/2025.

As atividades, voltadas à capacitação de servidores, possibilitaram o acesso a práticas inovadoras de gestão de resíduos, economia circular e iniciativas de sustentabilidade urbana. A participação da equipe nesses espaços fortalece a atualização técnica necessária para o desenvolvimento das ações conduzidas pelo Departamento de Sustentabilidade, contribuindo para o aprimoramento das políticas institucionais, para a implementação de projetos socioambientais e para a ampliação da eficiência das práticas adotadas no Tribunal.

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Tais capacitações ampliam a visão estratégica, estimulam parcerias e consolidam o compromisso institucional com a sustentabilidade.

Evento no CCBB: Desvendando soluções para gestão e a economia circular de resíduos” no dia 28 de agosto de 2025.



OUTRAS ATIVIDADES – PALESTRAS E REUNIÕES

01/07/2025 - Participação do servidor Felipe Dutra na palestra da DIISO sobre “Boas práticas para inclusão LGBTQIANP+, no ambiente de trabalho, respeito, acolhimento e harmonização”.

02/07/2025 - Palestra sobre “O Inventário de Gases de Efeito Estufa do TJ” – Palestrante: Felipe Dutra.

11/08/2025– Reunião com a empresa “Visão Engenharia” sobre mercado Livre de energia.

13/08/2025- Reunião com TJMG sobre ESG.

10/09/2025 – TJRJ recebeu visita do TJRO, em busca de conhecimento em práticas de sustentabilidade

19/09/2025 – Reunião com STJ sobre o projeto “Lixo certo carbono zero” (retirada das lixeiras das salas).

03/10/2025 – Visita técnica ao Fórum do Méier, objetivando a melhoria dos indicadores de eficiência energética e hídrica

04, 05 e 06/12/2025 – Evento externo: Encontro do Projeto “Compartilhando Ideias Sustentáveis promovido pelo Jardim Botânico (JBRJ).



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE SOCIAL (SGSUS)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

12. CONCLUSÃO

No exercício de 2025, a SGSUS fortaleceu programas estruturantes de inclusão social, entre os quais se destacam: Justiça pelos Jovens, Começar de Novo, Inclusão Legal e Jovens Mensageiros. Tais iniciativas visam à reintegração social e à geração de oportunidades de trabalho e renda para jovens e pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica, contribuindo diretamente para a redução das desigualdades e para o fortalecimento da cidadania.

No campo da promoção da cidadania, a Secretaria promoveu ações de reconhecido alcance social, como os programas Bem Me Quer e Casamento Comunitário, além da realização de eventos institucionais e comunitários, a exemplo da Feira Orgânica, da Feira de Artesanato e da Festa Junina, iniciativas que estimulam o desenvolvimento local, a economia solidária e a integração social. Complementarmente, foi desenvolvido o Circuito Cultural, que proporcionou visitas guiadas a museus e espaços históricos para participantes dos programas sociais, ampliando o acesso à cultura e ao patrimônio histórico.

A SGSUS também fortaleceu parcerias estratégicas com instituições da sociedade civil e órgãos públicos. Em conjunto com o Hemorio, promoveu campanhas de doação de sangue, contribuindo para a manutenção dos estoques hemoterápicos do Estado. Em parceria com a Sociedade União Internacional Protetora dos Animais (SUIPA), realizou feira voltada à conscientização sobre proteção e bem-estar animal, com arrecadação de insumos destinados à causa.

Como resultado dessas ações integradas, o indicador estratégico “Pessoas Beneficiadas pelos Programas Sociais, Acesso à Justiça e Promoção da Cidadania” registrou, no período, o atendimento de 30.206 pessoas, evidenciando o impacto social positivo e crescente das políticas conduzidas pela SGSUS.

A Secretaria também é responsável pela coordenação do Programa de Voluntariado no âmbito do TJRJ e pela gestão do Centro Especializado de Atenção e Apoio às Vítimas de Crimes e Atos Infracionais, reforçando o papel do Judiciário na promoção dos direitos humanos e no acolhimento de públicos vulneráveis.

Por intermédio da Divisão de Acessibilidade, a SGSUS desenvolveu e acompanhou ações voltadas à promoção da acessibilidade e da inclusão de pessoas com deficiência nos órgãos do PJERJ e em seus serviços auxiliares, em conformidade com a Resolução CNJ nº 401/2021, contribuindo para a construção de um Judiciário mais inclusivo e acessível.

No campo da saúde, a SGSUS atua como gestora e fiscal do Núcleo de Assessoria Técnica em Saúde (NATJUS/RJ), instituído por meio de convênio entre o TJRJ e a Secretaria de Estado de Saúde (SES). O núcleo presta suporte técnico especializado aos magistrados, por meio da elaboração de pareceres técnicos na área da saúde, cabendo à Secretaria o apoio administrativo e logístico necessário ao pleno funcionamento do serviço.



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE SOCIAL (SGSUS)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Ao longo de 2025, foram realizadas palestras e atividades educativas sobre temas socioambientais, de cidadania e responsabilidade social, com o objetivo de disseminar conhecimento, sensibilizar e estimular a adoção de boas práticas entre magistrados, servidores e o público em geral.

Na dimensão ambiental, a SGSUS publicou o Relatório de Desempenho do Plano de Logística Sustentável (PLS) referente ao exercício de 2024, instrumento que estabelece metas, ações, prazos e mecanismos de monitoramento voltados ao uso racional de recursos naturais e à melhoria contínua da gestão ambiental do TJRJ. Como reconhecimento desse esforço institucional, o Tribunal obteve o Selo A3P (Agenda Ambiental na Administração Pública), reafirmando seu compromisso com a sustentabilidade no setor público.

Foram promovidas campanhas de sensibilização e capacitação para o descarte ambientalmente adequado de resíduos, além de exposições temáticas, distribuição de mudas, sementes e livros, realização de oficina sobre aproveitamento integral dos alimentos e ações de coleta de tampinhas plásticas, lacres de alumínio e cartões plásticos, associadas à distribuição de cestas básicas em projetos sociais.

Destaca-se, ainda, o início do projeto de compostagem, que transforma resíduos orgânicos em adubo, contribuindo para a redução da quantidade de resíduos destinados a aterros sanitários. Ademais, foi realizado o Inventário de Gases de Efeito Estufa (GEE), ferramenta estratégica para o mapeamento e a quantificação das emissões institucionais, fornecendo subsídios para ações de mitigação, compensação e ampliação do uso de fontes de energia renovável, em consonância com a política de transição energética do TJRJ.

Não obstante os avanços observados, o Tribunal alcançou o percentual de 38,90% no Índice de Desempenho de Sustentabilidade (IDS) do Conselho Nacional de Justiça, referente ao exercício de 2024. O resultado, abaixo do patamar almejado, decorre principalmente do elevado consumo de água e energia elétrica do TJRJ, evidenciando a necessidade de intensificação das ações de racionalização do uso de recursos naturais. Tal cenário impõe à SGSUS e à Administração Superior do Tribunal o desafio de aprimorar estratégias, implementar medidas corretivas e promover melhorias contínuas, com vistas ao fortalecimento da sustentabilidade institucional e ao alcance de melhores índices nos próximos ciclos avaliativos.

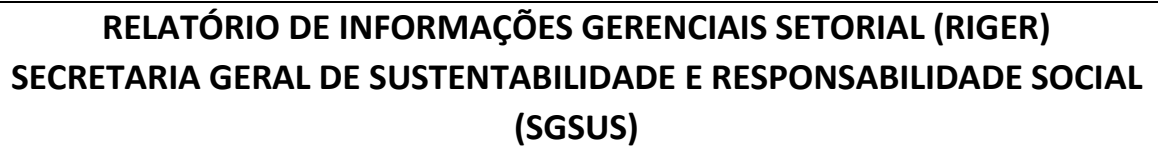


RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE SOCIAL (SGSUS)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

13. PEÇAS DE DIVULGAÇÃO DE 2025





8ª
Festa Julina
do Poder Judiciário

Dias 16, 17 e 18
de Julho de 2025
de 11h as 18h

Contamos com a
sua presença em
nosso Arraial!

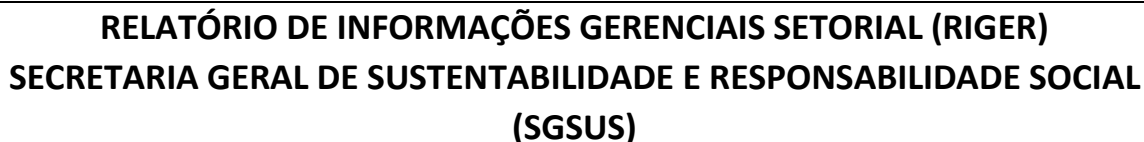
Barracas para exposição e
verdade de grande
diversidade de alimentos
juniunos, inclusive veganos,
de funcionários ativos e
inativos do Quadro
Permanente do TJ e de
terceirizados. Prestígio!

Local:
Rua Dom Manuel,
em frente à Lâmina I.

Organização:
Secretaria-Geral do TJ
Secretaria de Comunicação Social
Secretaria de Planejamento e Gestão

APR







JUNHO MÊS DO MEIO AMBIENTE

2 de junho

Iluminação do Museu da Justiça com a cor verde
SGSUS / DESUS/DIGAM em parceria com o Museu da Justiça.

Distribuição de mudas, sementes e livros de sustentabilidade
SGSUS / DESUS/DIGAM | Distribuição de mudas e sementes em parceria com a CEMEA, Alameda I, Térreo, 13h

3 de junho

Evento em Niterói
SGSUS / DESUS/DIGAM em parceria com o Museu da Justiça

4 de junho

Feira Orgânica do TRJ SGSUS/SEAPS

Evento em Niterói
SGSUS / DESUS/DIGAM em parceria com o Museu da Justiça

Evento em comemoração à Semana do Meio Ambiente
Fórum Regional de Santa Cruz

5 de junho

Evento em Niterói
SGSUS / DESUS/DIGAM em parceria com o Museu da Justiça

Impacto e Ação: Desafios Climáticos e o Caminho do Judiciário
Palestra online com o especialista em Descarbonização Felipe Dutra (TRJ), das 15h às 17h, via Teams | Horas de capacitação concedidas pela ESJ

6 de junho

Aproveitamento Integral dos Alimentos
Palestra online com a nutricionista Mariana Marinho (FIOCRUZ) das 14h às 16h, via Teams | Horas de capacitação concedidas pela ESJ

Oficina de Terrário para a 1ª Vara da Infância
SGSUS / DESUS/DIGAM em parceria com o Museu da Justiça

10 de junho

Workshop em parceria com o INEA
para os membros das Unidades de conservação (das 9h às 17h)

11 de junho

Descobrimos os ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável)
SGSUS / DESUS/DIGAM em parceria com o Museu da Justiça

Sala Multissala do Museu da Justiça, 16h

13 de junho

Aproveitamento Integral dos Alimentos
Oficina em sala de aula, das 14h às 16h, com a nutricionista Mariana Marinho (FIOCRUZ)

Oficina de Terrário para a Escola Municipal Clóvis Beviláqua
SGSUS / DESUS/DIGAM em parceria com o Museu da Justiça

26 de junho

Troca de livros 13h
SGSUS / DESUS/DIGAM em parceria com o Museu da Justiça

Junho

Ementário de Direito Ambiental
SGCON

Mais informações pelo e-mail: sgsus.digam@trj.jus.br

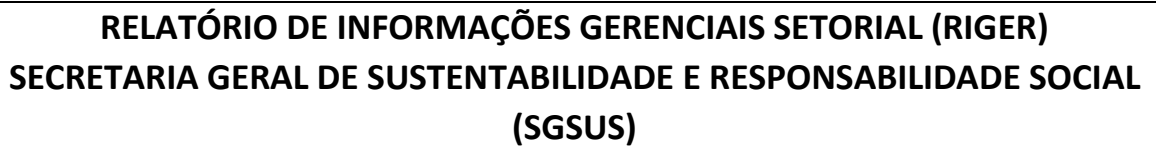


Secretaria-Geral
de Organização e
Resistência Social
SGSUS



Departamento
de Sustentabilidade
DESUS








Secretaria-Geral
de Sustentabilidade e
Responsabilidade Social
SGBUS



**DOAÇÃO DE ITENS
DE NECESSIDADE
BÁSICA**

3 nov.
10 a dez.

3 e 4
dez.
de 11 a 16h

**EXPOSIÇÃO E VENDA
DE PRODUTOS**

*todos os dias
reunidos
na SUIPA*

**ADOÇÃO
SUIPA**

5 dez.
das 10h às 15h

**Acesse para mais
Informações**



3 10 12 15 17

Térreo do Lúmina I - Rua Don Manoel, 497*

Caixas para coleta de doações:
Estrada principal, do Lúmina I
(ao Encontro Braga, Don Manoel e Beco da Musical,
1.º e 2.º Andar - elevador) (Cidade de Lima)







RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE SOCIAL (SGSUS)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

14. LINKS DE EVENTOS

10/12/2025

[TJRJ recebe encerramento anual do “Programa de Mentoria em Educação Ambiental” do Inea](#)

18/11/2025

[Mostra audiovisual traz debates da COP30 para o Tribunal de Justiça do Rio](#)

17/11/2025

['A COP é Aqui': exibição de filmes promove debate sobre justiça climática e energia](#)

16/10/2025

[Palestras debatem inovação e governança em evento “Alternativas Sustentáveis”](#)

15/10/2025

[Judiciário fluminense anuncia edital de migração para o Mercado Livre de Energia](#)

15/10/2025

[Como se preparar para o Programa Justiça Carbono Zero é tema de painéis e debates](#)

14/10/2025

[Práticas de responsabilidade ambiental são tema de evento dias 15 e 16 de outubro](#)

01/08/2025

[Tribunal de Justiça do RJ produz instrumento técnico para conduzir Plano de Descarbonização](#)

31/07/2025

[Sala de Apoio à Amamentação promove acolhimento e qualidade de vida no Fórum](#)

28/07/2025

[Justiça fluminense amplia projeto sustentável com novo Ecoponto no Fórum Central](#)

25/07/2025

[TJRJ amplia projeto sustentável com novo Ecoponto no Fórum Central](#)

15/07/2025

[Vídeo TJRJ em Ação 48º episódio](#)

14/07/2025

[TJRJ terá ação pelo Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência em setembro](#)

11/07/2025

[Inclusão em pauta: TJRJ planeja participação em eventos estratégicos e novos projetos](#)

09/07/2025

[Projeto “Começar de Novo” encerra ciclo de turma com entrega de diplomas](#)

02/07/2025

[Palestra sobre inclusão da população LGBTQIAPN+ no ambiente de trabalho](#)

01/07/2025

[“Arraiá” da Feira Orgânica traz clima de festa julina à Rua Dom Manuel](#)

01/07/2025

[Workshop discute matriz energética sustentável](#)

01/07/2025

[Desembargadora do Tribunal de Justiça debate a Lei Brasileira de Inclusão na OABRJ](#)

30/06/2025

[Vídeo Quem sente na Pele - Amamentação no local de trabalho](#)

30/06/2025

[CNJ abre consulta pública sobre Política de Acessibilidade e Inclusão de Pessoas com Deficiência no Judiciário](#)

13/06/2025

[Oficina ensina aproveitamento integral dos alimentos](#)

12/06/2025

[Tribunal de Justiça do Rio participa de Congresso Global do Transtorno do Espectro Autista](#)

10/06/2025

[Monitoramento, trilha e sinalização em unidades de conservação são temas de palestras](#)

10/06/2025

['Uso Público em Unidades de Conservação' é tema de workshop no TJRJ](#)



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE SOCIAL (SGSUS)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

06/06/2025

TJRJ participa do I Encontro Nacional do Fórum Ambiental do Poder Judiciário, em São Luís (MA)

06/06/2025

Tribunal cria Departamento de Acessibilidade e Inclusão Social

03/06/2025

TJRJ e Jardim Botânico do Rio planejam parceria para projetos de responsabilidade social e sustentabilidade

03/06/2025

Distribuição de mudas e livros no Fórum Central marca início do Mês do Meio Ambiente

03/06/2025

Feira Orgânica movimenta Fórum Central com sabores, flores e artesanato

02/06/2025

TJRJ realiza 1ª atividade do Circuito Cultural de 2025 com visita guiada ao CCBB

02/06/2025

Feira orgânica celebra o Mês do Meio Ambiente nesta terça-feira (3 de junho)

28/05/2025

Casamento Comunitário do TJRJ une 48 casais e transforma histórias de união em sonhos

23/05/2025

TJ lança edital para destinação das verbas de penas pecuniárias a projetos sociais

22/05/2025

SGSUS promove palestra sobre Direito de Família para casais que vão dizer “sim” dia 28/5

21/05/2025

Troca de experiências no Tribunal apresenta desafios e soluções na coleta seletiva

19/05/2025

Palestras celebram o Dia Mundial de Doação de Leite Humano no TJRJ

05/05/2025

Inclusão e acessibilidade: TJRJ debate empregabilidade para pessoas com deficiência

29/04/2025

TJRJ promove simpósio sobre empregabilidade da pessoa com deficiência

24/04/2025

TJRJ recebe Selo A3P 2024 por ações de sustentabilidade

17/04/2025

Encontro debate autismo e amplia compreensão do transtorno

16/04/2025

Campanha "Doe Sangue" coleta mais de 100 bolsas no TJRJ

16/04/2025

Histórias de recomeço e esperança ganham vida nos projetos sociais do TJRJ

11/04/2025

Famílias de pessoas com autismo encontram espaço de reflexão no Fórum do Méier

11/04/2025

TJRJ lança campanha sobre coleta seletiva

10/04/2025

Semana Nacional de Saúde termina com palestras sobre atendimento à população de rua e bem-estar no trabalho

10/04/2025

Autismo: compreendendo e transformando a realidade do autismo

09/04/2025

“Cuidando da Nossa Saúde Mental” é tema de palestra na Semana Nacional da Saúde

08/04/2025

Hemorio realiza nova campanha de doação de sangue no TJRJ

07/04/2025

TJRJ abre Semana Nacional da Saúde com atendimentos gratuitos e ações de prevenção

07/04/2025

Cipop-Rua/RJ completa um ano com cerca de 29 mil atendimentos

04/04/2025

TJRJ promove Semana Nacional da Saúde

02/04/2025

Autismo em debate



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER)
SECRETARIA GERAL DE SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE SOCIAL
(SGSUS)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

02/04/2025

TJRI promove evento sobre autismo

02/04/2025

Rumo ao futuro: integrantes do projeto "Justiça Pelos Jovens" se formam após dois anos no TJ

02/04/2025

Presidente da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão do TJRI, desembargadora Regina Lúcia Passos, participa de seminário na Alerj

01/04/2025

Cosus traça metas de sustentabilidade para biênio 2025/2026

01/04/2025

Feira Orgânica dá destaque aos povos de matriz indígena

31/03/2025

Tribunal realiza semana de doação, exposição e venda de produtos para cães e gatos

31/03/2025

Museu da Justiça inaugura exposição em celebração ao Dia Mundial da Água

28/03/2025

Feiras de produtos orgânicos no TJRI e Fórum do Méier serão realizadas dias 1º e 2 de abril

27/03/2025

Exposição "Águas de Março" celebra Dia Mundial da Água

25/03/2025

Desembargador Elton Leme representará o TJRI no Fórum Ambiental do CNJ

19/03/2025

TJRI reconhece direito de filha de portadora de hanseníase a receber indenização do Estado

19/03/2025

TJRI envia Plano Inicial de Descarbonização ao CNJ

18/03/2025

Judiciário fluminense avança na construção da Política de Acessibilidade e Inclusão

14/03/2025

Mês da mulher: jovens de projetos sociais do TJRI assistem palestra sobre violência doméstica

12/03/2025

TJRI promove encontro com especialistas sobre Salas de Apoio à Amamentação

12/03/2025

Primeira feira orgânica de 2025 destaca o Dia Mundial da Poesia

27/02/2025

TJRI participa de oficinas do CNJ para criação da Política Nacional das Pessoas com Deficiência em Âmbito Judicial

26/02/2025

Casamento Comunitário do TJRI realiza o sonho de 14 casais no Fórum de Madureira



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER)

SECRETARIA GERAL DE SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE SOCIAL (SGSUS)

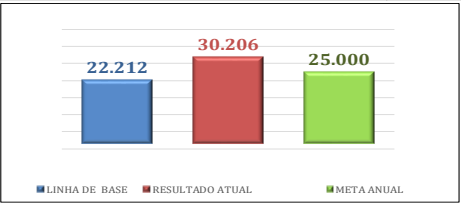
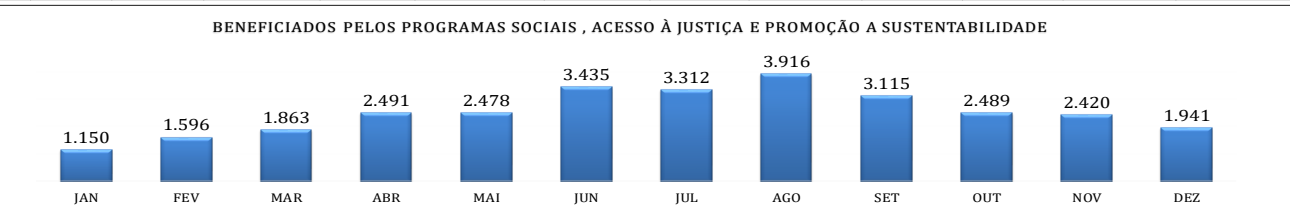
ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

15 PLANILHAS DE INDICADORES - ESTRATÉGICOS, GERENCIAIS E OPERACIONAIS



PLANILHA DE INDICADORES

IMPORTANTE: Sempre verifique no site do TJRJ se a versão impressa do documento está atualizada.

UNIDADE ORGANIZACIONAL	SGSUS	INDICADOR DE OBJETIVO ESTRATÉGICO	X	INDICADOR DE PROJETO		INDICADOR DE PROCESSO DE TRABALHO		INDICADOR DE OBJETIVO DA QUALIDADE							
TEMA	Promoção de Direitos da Cidadania			OBJETIVO ESTRATÉGICO		Ampliação de boas práticas de cunho social e de desenvolvimento sustentável do PJERJ									
INDICADOR	Pessoas beneficiadas pelos Projetos Sociais, Acesso à Justiça e Promoção da Cidadania			PROJETO, PROCESSO DE TRABALHO OU OBJETIVO DA QUALIDADE		PROJETO ESTRATÉGICO									
FINALIDADE	Verificar o envolvimento do PJERJ na promoção da cidadania, inclusão social e gestão ambiental						CRITÉRIO DE ACOMPANHAMENTO		Acumulado						
PERIODICIDADE	Mensal	INDICADOR DE ACOMPANHAMENTO		INDICADOR DE DESEMPENHO		INDICADOR DE EFICIÊNCIA		INDICADOR DE EFETIVIDADE	x						
FÓRMULA	Número de pessoas diretamente beneficiadas pelos Projetos Sociais, Acesso à Justiça e Promoção da Cidadania						SENTIDO DE MELHORIA		MM						
META	Attingir 120.000 pessoas diretamente beneficiadas pelos projetos sociais até 31/12/2025					ORIGEM DOS DADOS		Planilhas da SGSUS		UNIDADE DE MEDIDA	Nº de Pessoas				
EVOLUÇÃO DO INDICADOR 2024			JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Beneficiados pela Perícia Judicial			472	871	1.146	1.427	1.646	2.819	2.514	2.776	2.272	1619	1199	1320	20.081
Beneficiados pela Perícia Genética			471	504	520	415	528	404	529	468	522	553	432	333	5.679
Beneficiados nas campanhas (doação de sangue, medula óssea)			0	0	0	460	0	0	0	0	0	0	356	0	816
Beneficiados do Estudar para Qualificar			0	0	0	0	0	0	0	20	23	18	16	0	77
Beneficiados do Circuito Cultural			0	0	0	0	25	27	21	20	26	0	0	0	119
Beneficiados do Bem Me Quer			0	9	15	17	11	17	14	15	12	24	17	12	163
Beneficiados do Casamento Comunitário			0	0	0	0	96	0	0	374	0	0	102	0	572
Informática para Todos			7	22	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	29
Beneficiados do Inclusão Legal			49	49	48	47	46	44	78	76	77	76	100	80	770
Beneficiados do Justiça Pelos Jovens			63	53	52	52	41	41	53	62	62	62	53	53	647
Beneficiados do Começar de Novo			42	42	36	36	35	33	43	48	48	48	48	42	501
Beneficiados do Jovens Mensageiros			46	46	46	37	50	50	60	57	73	89	97	101	752
BENEFICIADOS PELOS PROGRAMAS SOCIAIS , ACESSO À JUSTIÇA E PROMOÇÃO A SUSTENTABILIDADE			1.150	1.596	1.863	2.491	2.478	3.435	3.312	3.916	3.115	2.489	2.420	1.941	30.206
RESULTADOS NO PERÍODO															
LINHA DE BASE	22.212														
RESULTADO ATUAL	30.206														
META ANUAL	25.000														
ANÁLISE CRÍTICA	Para análise do ano de 2025, tomou-se como referência o ano de 2024, sem contabilização da Justiça Itinerante, pois a unidade não faz mais parte do quadro da SGSUS. No ano de 2025, o indicador "Pessoas beneficiadas pelos Projetos Sociais, Acesso à Justiça e Promoção da Cidadania", alcançou 30.206 pessoas, superando a meta para o ano. A SGSUS realizou outras atividades, como a feira orgânica, a feira de artesanato, a feira da SUIPA, a Festa Junina, no entanto, tais atividades não é possível mensurar a quantidade de pessoas participantes. A Perícia Genética e a Perícia Judicial são serviços gratuitos que atendem pessoas de baixo poder aquisitivo.														
AÇÕES GERENCIAIS	Com o objetivo de melhorar o desempenho e promover a melhoria contínua dos serviços e projetos, foi incluído uma ferramenta de controle metas. As unidades organizacionais devem informar o plano de ação e acompanhar o progresso e resultado de suas metas específicas.														
Responsável:	NILSON ALMEIDA DE ARAÚJO				Responsável (aprovação e divulgação):				CARLOS EDUARDO MENEZES DA COSTA				Data: 20/01/2025		



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER)

SECRETARIA GERAL DE SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE SOCIAL (SGSUS)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

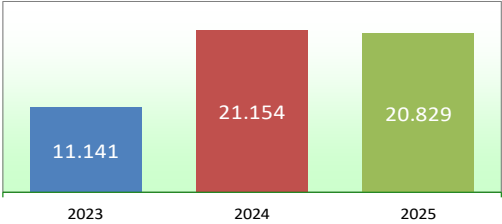
		PLANILHA DE INDICADORES								
IMPORTANTE: Sempre verifique no site do TJRJ se a versão impressa do documento está atualizada.										
UNIDADE ORGANIZACIONAL	SGSUS	INDICADOR DE OBJETIVO ESTRATÉGICO	X	INDICADOR DE PROJETO		INDICADOR DE PROCESSO DE TRABALHO		INDICADOR DE OBJETIVO DA QUALIDADE		
TEMA	Promoção da Sustentabilidade			OBJETIVO ESTRATÉGICO		Gestão sustentável ambiental, de contratações e de documentos				
INDICADOR	Índice de Desempenho de Sustentabilidade			PROJETO, PROCESSO DE TRABALHO OU OBJETIVO DA QUALIDADE		PROJETO ESTRATÉGICO				
FINALIDADE	Verificar o envolvimento do PJERJ na promoção da Sustentabilidade						CRITÉRIO DE ACOMPANHAMENTO	Pontual		
PERIODICIDADE	Anual	INDICADOR DE ACOMPANHAMENTO		INDICADOR DE DESEMPENHO	X	INDICADOR DE EFICIÊNCIA		INDICADOR DE EFETIVIDADE		
FÓRMULA	Calculado pelo CNJ pelo método AHP (analytic hierarchy process), conforme a Resolução CNJ nº 201/2015.						SENTIDO DE MELHORIA	MM		
META	Até 2026, elevar o índice de desempenho de sustentabilidade (IDS) do TJRJ, aos níveis dos melhores tribunais estaduais de grande porte					ORIGEM DOS DADOS	Balanço do CNJ	UNIDADE DE MEDIDA	Percentual	
EVOLUÇÃO DO INDICADOR			2021		2022		2023		2024	MÉDIA
Índice de Desempenho de Sustentabilidade do TJRJ			50,50%		50,60%		42,40%		38,90%	45,60%
RESULTADOS NO PERÍODO		ÍNDICE DE DESEMPENHO DE SUSTENTABILIDADE								
LINHA DE BASE (2023)	42,40%									
RESULTADO ATUAL (2024)	38,90%									
META ANUAL	70,00%									
ANÁLISE CRÍTICA	O TJRJ possui problemas de sustentabilidade no: I) Consumo crescente de água e energia elétrica, sem consolidação de ações de eficiência. II) Baixa adesão a fontes renováveis (menos de 1% do consumo total). III) Aumento do uso de plásticos descartáveis para água mineral em sentido oposto à política de resíduos. IV) Custos elevados com serviços gráficos e telefonia, indicando resistência à degitação. V) Limitações na alta gestão de equidade de gênero. Esses resultados explicam a manutenção do TJRJ na última posição do IDS em 2024.									
AÇÕES GERENCIAIS	Apesar do desempenho histórico, o TJRJ encontra-se em fase de transformação. Para superar esse cenário, será essencial acelerar a execução do Plano de Descarbonização, fortalecer a Governança prevista no Ato Normativo TJRJ nº 28/2023 e priorizar ações de racionalização e inovação tecnológica. O alinhamento às diretrizes do CNJ, a implementação do Plano de Logística Sustentável (PLS) e as metas definidas no Plano Inicial de Descarbonização criam base sólida para melhorias. Durante o ano de 2025, uma série de ações foram executadas e recomendadas: - reduzir progressivamente o consumo de água, energia e insumos descartáveis. - Expandir o uso de fontes renováveis (migração para o mercado livre de energia - (SEI 2025-06032715); e contratação de mais painéis solares para a instalação em unidade com viabilidade; e tecnologias de eficiência energética (troca de lâmpadas LED, instalação de sensores de presença de acionamento de iluminação); - Reduzir o consumo de água envazada (SEI 2025-06244501); - Reduzir o consumo depapel e geração de resíduos com a implementação da contrafé eletrônica (SEI 2025-06283598) - Aprimorar a gestão de resíduos e ampliar a economia circular nas nas unidades; - Promover a equidade plena na magistratura e liderança institucional; - Integrar soluções digitais para racionalizar processos e custos operacionais (Sistema de monitoramento energético, sistema de monitoramento da qualidade e temperatura DO AR); - Realizar reflorestamento compensatório com a mão-de-obra de projetos sociais do TJRJ; - Analisar a troca da frota atual para veículos de baixa emissão de carbono; -Substituir os gases refrigerantes de maior imnpacto climático para gases menos poluentes; - Definir metas de redução de GEE conforme o Inventário de GEE do TJRJ 2024.									
Responsável: NILSON ALMEIDA DE ARAÚJO				Responsável (aprovação e divulgação): CARLOS EDUARDO MENEZES DA COSTA				Data: 20/01/2026		



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER)

SECRETARIA GERAL DE SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE SOCIAL (SGSUS)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

 PLANILHA DE INDICADORES															
IMPORTANTE: Sempre verifique no site do TJRJ se a versão impressa do documento está atualizada.															
UNIDADE ORGANIZACIONAL	SGSUS	INDICADOR DE OBJETIVO ESTRATÉGICO				INDICADOR DE PROJETO			X	INDICADOR DE PROCESSO DE TRABALHO				INDICADOR DE OBJETIVO DA QUALIDADE	
MACRODESAFIO	Garantia dos Direitos Fundamentais					OBJETIVO ESTRATÉGICO			Promoção da garantia dos direitos das minorias e a inclusão social						
INDICADOR	Média de expedientes movimentados pelos Jovens Mensageiros					PROJETO, PROCESSO DE TRABALHO OU OBJETIVO DA QUALIDADE			PROCESSO DE TRABALHO						
FINALIDADE	Verificar a produção dos participantes do Projeto Jovens Mensageiros na movimentação dos expedientes do PJERJ.												CRITÉRIO DE ACOMPANHAMENTO	Acumulado	
PERIODICIDADE	Mensal	INDICADOR DE ACOMPANHAMENTO			X	INDICADOR DE DESEMPENHO				INDICADOR DE EFICIÊNCIA				INDICADOR DE EFETIVIDADE	
FÓRMULA	total de processos movimentados por mês/ total de participantes do projeto Jovens Mensageiros												SENTIDO DE MELHORIA	MM	
META	N/A									ORIGEM DOS DADOS		Planilhas do SGSUS		UNIDADE DE MEDIDA	nº processos
EVOLUÇÃO DO INDICADOR	2023	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL	
	Nº PROCESSOS	825.054	707.090	1.048.272	779.840	921.638	1.080.984	1.002.552	1.086.724	1.002.356	1.050.390	1.142.312	692.032	11.339.244	
	Nº PARTICIPANTES	90	100	94	95	94	88	97	83	77	77	74	66	86	
	Nº PROC/PART	9.167	7.071	11.152	8.209	9.805	12.284	10.336	13.093	13.018	13.641	15.437	10.485	11.141	
	2024	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL	
	Nº PROCESSOS	972.104	827.522	1.007.794	1.220.346	1.249.676	1.357.994	1.422.734	1.245.988	1.177.720	1.350.110	855.600	837.142	13.524.730	
	Nº PARTICIPANTES	64	Programa não funcionou no período de fevereiro a agosto de 2024								47	47	46	46	50
	Nº PROC/PART	15.189								25.058	28.726	18.600	18.199	21.154	
	2025	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL	
	Nº PROCESSOS	957.950	784.980	928.256	932.508	1.043.524	1.083.426	1.095.818	1.030.356	1.171.856	1.234.660	997.716	710.440	11.971.490	
Nº PARTICIPANTES	46	46	46	37	50	50	60	57	73	89	97	97	62		
Nº PROC/PART	20.825	17.065	20.179	25.203	20.870	21.669	18.264	18.076	16.053	13.873	10.286	7.324	20.829		
RESULTADOS NO PERÍODO															
2023	11.141														
2024	21.154														
2025	20.829														
ANÁLISE CRÍTICA		O projeto retornou a atividade em setembro de 2024 e seguiu funcionando no ano de 2025. A queda de demanda de processos em relação a 2024 deve-se a maior atuação do processo eletrônico. No entanto, a SGSUS reduziu o número de participantes no programa, o que manteve elevada a média do indicador (nº processos/participantes) no ano de 2025..													
AÇÕES GERENCIAIS		Não houve ações gerenciais necessárias. Indicador somente de acompanhamento.													
Responsável pela emissão do relatório:					Responsável (aprovação e divulgação):					Data:					
NILSON ALMEIDA DE ARAUJO					CARLOS EDUARDO MENEZES DA COSTA					20/01/2026					



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER)

SECRETARIA GERAL DE SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE SOCIAL (SGSUS)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

		PLANILHA DE INDICADORES																							
IMPORTANTE: Sempre verifique no site do TJRJ se a versão impressa do documento está atualizada.																									
UNIDADE ORGANIZACIONAL		SGSUS		INDICADOR DE OBJETIVO ESTRATÉGICO				INDICADOR DE PROJETO			INDICADOR DE PROCESSO DE TRABALHO		x		INDICADOR DE OBJETIVO DA QUALIDADE										
MACRODESAFIO		Garantia dos Direitos Fundamentais						OBJETIVO ESTRATÉGICO			Promoção da garantia dos direitos das minorias e a inclusão social														
INDICADOR		Índice de Não Reincidência do Programa Começar de Novo						PROJETO, PROCESSO DE TRABALHO OU OBJETIVO DA QUALIDADE			Processo de trabalho														
FINALIDADE		Acompanhar a não reincidência dos participantes do Programa Começar de Novo, um ano após seu desligamento, com o objetivo de aferir se houve a modificação no comportamento dos participantes, após integrarem o projeto, buscando, dessa forma minimizar os índices de reincidência criminal por meio de ações de inclusão social.												CRITÉRIO DE ACOMPANHAMENTO		STATUS									
PERIODICIDADE		Anual		INDICADOR DE ACOMPANHAMENTO		x		INDICADOR DE DESEMPENHO		INDICADOR DE EFICIÊNCIA				INDICADOR DE EFETIVIDADE		x									
FÓRMULA		nº de participantes desligados no ano que não cometeram delito até o final do ano subsequente/ nº de participantes desligados no ano.												SENTIDO DE MELHORIA		MM									
META		Attingir 90% de participantes, desligados há um ano do projeto, sem ocorrência de reincidência								ORIGEM DOS DADOS		Planilhas da SGSUS		UNIDADE DE MEDIDA		Nº de Pessoas									
EVOLUÇÃO DO INDICADOR	INDICADORES		2014 Apurado em 2015		2015 Apurado em 2016		2016 Apurado em 2017		2017 Apurado em 2018		2018 Apurado em 2019		2019 Apurado em 2020		2020 Apurado em 2021		2021 Apurado em 2022		2022 Apurado em 2023		2023 Apurado em 2024		2024 Apurado em 2025		MÉDIA
	Nº DE PARTICIPANTES DESLIGADOS NO ANO, NÃO REINCIDENTES (APURADOS NO ANO SUBSEQUENTE)		36		27		36		44		24		31		39		Programa não funcionou		Programa não funcionou		3		20		260
	Nº DE PARTICIPANTES DESLIGADOS NO ANO		38		29		41		47		27		33		41		Programa não funcionou		Programa não funcionou		3		25		284
	VARIAÇÃO PERCENTUAL		95%		93%		88%		94%		89%		94%		95%		Não funcionou		Não funcionou		100%		80%		92%
RESULTADOS																									
2014			95%																						
2015			93%																						
2016			88%																						
2017			94%																						
2018			89%																						
2019			94%																						
2020			95%																						
2021			Programa não funcionou																						
2022			Programa não funcionou																						
2023			100%																						
2024			80%																						
META			90%																						
ANÁLISE CRÍTICA			O Programa “Começar de Novo” tem por objetivo possibilitar a reinserção no mercado formal de trabalho a cidadãos com condenação criminal, estimulando e propiciando o desenvolvimento de suas potencialidades e a construção de novos valores. O programa promove, ainda, ações de capacitação com vistas à elevação da escolaridade e qualificação profissional. Na apuração dos desligados de 2024, houve apontamento em 2025 de 80% de não reincidência em ato infracional.																						
AÇÕES GERENCIAIS			Não houve ações gerenciais																						
Responsável pela emissão do relatório:			Nilson Almeida de Araújo						Responsável (aprovação e divulgação):			Carlos Eduardo Menezes da Costa						Data:		20/01/2025					



		PLANILHA DE INDICADORES																									
IMPORTANTE: Sempre verifique no site do TJRJ se a versão impressa do documento está atualizada.																											
UNIDADE ORGANIZACIONAL		SGSUS		INDICADOR DE OBJETIVO ESTRATÉGICO			INDICADOR DE PROJETO				INDICADOR DE PROCESSO DE TRABALHO		X		INDICADOR DE OBJETIVO DA QUALIDADE												
TEMA		Garantia dos Direitos Fundamentais					OBJETIVO ESTRATÉGICO		Promoção da garantia dos direitos das minorias e a inclusão social																		
INDICADOR		Índice de Não Reincidência do Programa Justiça pelos Jovens					PROJETO, PROCESSO DE TRABALHO OU OBJETIVO DA QUALIDADE		Processo de trabalho																		
FINALIDADE		Acompanhar a não reincidência dos participantes do Programa Justiça pelos Jovens, um ano após seu desligamento, com o objetivo de aferir se houve a modificação no comportamento dos participantes após integrarem o projeto, buscando, dessa forma minimizar os índices de reincidência de ato infracional por meio de ações de inclusão social.										CRITÉRIO DE ACOMPANHAMENTO		status													
PERIODICIDADE		Anual		INDICADOR DE ACOMPANHAMENTO		X		INDICADOR DE DESEMPENHO				INDICADOR DE EFICIÊNCIA				INDICADOR DE EFETIVIDADE		X									
FÓRMULA		nº de participantes desligados no ano que não cometeram ato infracional até o final do ano subsequente/ nº de participantes desligados no ano.										SENTIDO DE MELHORIA		MM													
META		Attingir 90% de participantes, desligados há um ano do programa, sem ocorrência de reincidência								ORIGEM DOS DADOS		Planilhas da SGSUS		UNIDADE DE MEDIDA		Nº de Pessoas											
EVOLUÇÃO DO INDICADOR		INDICADORES		2014 Apurado em 2015		2015 Apurado em 2016		2016 Apurado em 2017		2017 Apurado em 2018		2018 Apurado em 2019		2019 Apurado em 2020		2020 Apurado em 2021		2021 Apurado em 2022		2022 Apurado em 2023		2023 Apurado em 2024		2024 Apurado em 2025		MÉDIA	
		Nº DE PARTICIPANTES DESLIGADOS NO ANO, NÃO REINCIDENTES (APURADOS NO ANO SUBSEQUENTE)		44		57		41		47		44		29		50		Programa não funcionou		Programa não funcionou		13		23		39	
		Nº DE PARTICIPANTES DESLIGADOS NO ANO		50		60		51		55		46		32		52		Programa não funcionou		Programa não funcionou		15		29		43	
		VARIAÇÃO PERCENTUAL		88%		95%		80%		85%		96%		91%		96%		Não funcionou		Não funcionou		87%		79%		89%	
RESULTADOS																											
2014		88%																									
2015		95%																									
2016		80%																									
2017		85%																									
2018		96%																									
2019		91%																									
2020		96%																									
2021		Programa não funcionou																									
2022		Programa não funcionou																									
2023		87%																									
2024		79%																									
META		90%																									
ANÁLISE CRÍTICA		O gráfico demonstra que não houve reincidência de ato infracional em 79% dos participantes desligados, apurados um ano após o término do período de atuação no programa. Na média, ao longo dos anos, o indicador manteve-se em 89%. O acompanhamento da não reincidência, fundamental para a avaliação da efetividade do programa, é realizado pela Divisão de Ações Sociais. Cabe ainda ressaltar que o programa promove ações de capacitação objetivando a elevação da escolaridade e qualificação profissional.																									
AÇÕES GERENCIAIS		Não houve ações gerenciais																									
Responsável pela emissão do relatório:				Nilson Almeida de Araújo				Responsável (aprovação e divulgação):				Carlos Eduardo Menezes da Costa				Data:				20/01/2025							